

Museu Imperial.
Anuário do Museu Imperial, 1940-
v. 26cm.
142 p.

1. Brasil - História - Periódicos. I. Título.

CDD-981.05

Biblioteca
do M. I.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
SECRETARIA DA CULTURA/PRÓ-MEMÓRIA
MUSEU IMPERIAL

ANUÁRIO
DO
MUSEU IMPERIAL

Volume 42/43 1981/82



Petrópolis

1984

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Ministros de Estado

RUBEM CARLOS LUDWIG/ESTHER DE FIGUEIREDO FERRAZ

SECRETARIA DE CULTURA/PRÓ-MEMÓRIA

ALOÍSIO MAGALHÃES/MARCOS VINÍCIOS VILAÇA

MUSEU IMPERIAL

Diretor

LOURENÇO LUÍS LACOMBE

Assessor

GERALDO DE ABREU CAMARGO

Coordenadora Técnica

DORA MARIA PEREIRA REGO CORREIA

Coordenador Administrativo

ROBSON DE ALMEIDA LACERDA

Chefes de Divisão

ÁUREA MARIA DE FREITAS CARVALHO

Divisão de Documentação e Divulgação

MARIA DE LOURDES PARREIRAS HORTA

Divisão de Acervo Histórico e Artístico

Chefes de Seção

CARLOS FERNANDES XAVIER DA SILVA

Seção de Serviços Gerais e Segurança Interna

DAVID JOSÉ SCHMIDT

Seção de Material

ISABEL VARGAS DE FREITAS

Seção de Pessoal

LÉA DE OLIVEIRA PAULA

Seção de Atividades Educativas e Culturais

LÚCIA ELOY MACIEIRA BARBOSA

Seção de Finanças

MARIA ANTONIETA ABREU DA SILVA

Seção de Museografia

Responsáveis

ALCINDA GLÓRIA DOS SANTOS

Laboratório de Conservação e Restauração

REGINA CÉLIA FIGUEIREDO

Biblioteca

SÉRGIO FLÁVIO FERREIRA

Almoxarifado

Apresentação

No intuito de colocar em dia a edição de seu Anuário edita o Museu Imperial este volume correspondente aos anos de 1981/82.

Como tem sido o objetivo da direção da Casa do Imperador, além da divulgação de palestras proferidas no auditório, divulga ainda trabalhos de especialistas, com o objetivo do melhor conhecimento da biografia de d. Pedro II e da época em que viveu.

Lourenço Luiz Lacombe
Diretor do Museu Imperial

Durante o período em curso, tivemos a lamentar a perda do secretário da Cultura, Aloísio Magalhães, ocorrida em Pádua (Itália), a 13 de junho de 1982, onde se encontrava em missão oficial.

Registrando seu passamento, reconhecemos o quanto ficamos a dever a quem tanto fez e tanto se distinguiu na vida cultural brasileira.

O Museu Imperial presta-lhe, aqui, sua derradeira homenagem.

SUMÁRIO 81/82

Novas sugestões em torno de d. Pedro II, **13**
Gilberto Freyre

A filosofia política de d. Pedro II, **23**
D. Odilão Moura, O.S.B.

Os timbres nos brasões de armas brasileiras dos I e II reinados, **41**
Aristides Monteiro

Evolução do sistema eleitoral no Império, **71**
Vicente Barreto

Duas visitas de d. Pedro II ao sul de Minas, **85**
Hilton Federici

Estudo grafológico da personalidade de d. Pedro II, **117**
Odete Serpa Levy

Noticiários de 1981/82, **123**

**Novas sugestões em
torno de d. Pedro II**

Gilberto Freyre

Terá o filho de Pedro I e da austríaca Leopoldina, e neto de João VI e da espanhola Carlota Joaquina, nascido com vocação para tornar-se Pedro II? O “quero já” do menino terá sido uma afirmação de consciência de destino pessoal, coincidente com uma imposição dinástica?

O problema é dos de caráter psicológico condicionados por circunstâncias históricas, suscetível, portanto, de adaptar-se ao célebre “eu, só eu, e minhas circunstâncias”, sabiamente orteguiano.

Atribui-se a Pedro II a consciência de uma vocação para mestre, professor, pedagogo, educador, e é possível que não tenha faltado tal pendor a quem foi, desde menino, dado entusiasticamente ao estudo, à leitura, aos livros.

Mas, considerado o seu exercício do poder, do governo, do mando, o “quero já” não terá exprimido, no menino criado tão sem meninice, o desejo de antecipar-se em continuador, ainda em verde idade, do pai, na função de governar o Brasil por direito dinástico com o qual se conciliasse uma vocação pessoal?

É o que procuraremos considerar juntos, na reunião de hoje, conferencista e público, num segundo contato do mesmo conferencista com quase o mesmo público e num mesmo recinto, ainda sobre o mesmo assunto, Pedro II, por convocação do mesmo professor Lourenço Lacombe, diretor deste ilustre Museu Imperial. Diretor identificado com seu ofício e, este ofício, em harmonia com uma vocação de museólogo, do tipo mais idôneo e mais dinâmico: aquele que não se contenta em zelar por preciosas relíquias mas procura suscitar, em torno delas, estudos e interpretações dos seus significados atuais. Entre essas relíquias, as que recordam o desempenho por Pedro II de sua missão, do seu papel, de sua função de chefe de Estado dentro de uma imposição dinástica, tradicional, litúrgica. Revestido, em solenidade, de um muito significativo manto imperial e, esse manto, assinalado por um brasileiríssimo papo de tucano a dar caráter, teoricamente tropical, à sua glória de mandar.

Dado o feitio de Pedro de Bragança ter incluído certo espírito filosófico, pode-se concluir desse fato certo repúdio, de sua parte, a essa espécie de glória: corresponderia ela àquela “vã cobiça”, de que fala Camões, em versos que foram decerto do conhecimento de dom Pedro: “oh glória de mandar, ou vã cobiça!” “Vã cobiça” que, entretanto, não terá faltado de todo ao segundo imperador do Brasil: “quero já” que o diga.

Não lhe terá faltado a consciência de, à sua revelia, ter se encontrado sob uma imposição histórica que lhe impunha a missão de mando. A chefia de

um Estado. Um mando ligado a um destino nacional e esse destino o do Brasil. Não cobiçava só para si esse mando. Não buscava o que nele implicava em glória pessoal. Mas esse mando, era do seu dever exercê-lo. Era de sua obrigação, desempenhá-lo. E com esse desempenho ele, menino, se dispôs a querer sem demora identificar-se quase, como se o mando, fosse um dever religioso.

Mais: aos quinze anos ele estava consciente do fato de que fora preparado para essa missão. Ele estava consciente de que não fora menino, com a mesma liberdade de brincar dos outros meninos, mas dentro de tais restrições que, o adulto, madrugara no menino quase sufocando-lhe a infância. Uma quase negação de infância: infância substituída pelo aprendizado rígido, severo, repita-se, que, quase religioso, do ofício de chefe de Estado.

Foi como príncipe, e não como menino igual aos outros, que aprende História, Geografia, Religião, Moral, Línguas, Filosofia, História Natural, Matemática. É esse aprendizado encontrou nele uma grande predisposição a instruir-se nessas matérias embora seja de presumir ter, por vezes, lhe feito falta brincar, jogar, divertir-se, empinar pipa, gritar e rir à vontade, em vez de tanto estudar, tanto comportar-se já como adulto, tanto ser mais príncipe do que simples menino brasileiro: sobretudo daqueles, dentre as famílias mais importantes do país, algumas quase rivais da própria família imperial, que cresciam à sombra de casas-grandes patriarcais, nos cafezais, nos canaviais de engenhos, nas fazendas de criar, tendo por companheiros de brinquedo, malungos vindos das senzalas e, por vezes, columis, conhecedores dos matos e dos rios bons para a natação e os mergulhos. E em afronegras das mesmas senzalas, suas iniciadoras no amor físico, na culinária mais verdadeiramente brasileira, na música também mais misturadamente afro-brasileira, em mitos, lendas, palavras igualmente assim misturadas. Brasileirismos, misturas, que raramente devem ter chegado aos olhos, aos ouvidos, ao olfato, ao tato de um Pedro menino isolado no palácio imperial da cidade, guardado por frades e tutores, de libertinagens infantis; cercado de livros; desde cedo acadêmico, privilegiado, puritanizado na sua formação de menino e de adolescente.

Alheio, como menino assim isolado do mundo, do vasto mundo brasileiro, elaborado menos na Corte, ou em cidades, do que em fazendas, em engenhos, em espaços livremente pastoris ou agropastoris, através de contatos entre brancos e afronegros e índios, através de misturas e interpretações de culturas diversas, das quais já vinha emergindo no Brasil dos dias do Império, a um novo tipo de gente e um novo tipo de civilização. A família patriarcal, um dos fatores desse novo tipo de civilização e dessas novas formas de gente: as mais caracteristicamente brasileiras.

Daí, tenderem a pecar pelo literalismo, aqueles analistas da formação da civilização brasileira, que ligam o principal dessa civilização à raiz urbana, da palavra civilização, que viria de *civita*, cidade. Um desses analistas, em recente e brilhante estudo, Joaquim Ponce Leal, que se apresenta sob boa influência *spengleriana*. Não lhe falta discriminação crítica capaz de surpreender, em aparentes contrários, conciliações. Esse estudo, o intitulado *Os Homens e as Armas*, (Brasília 1980).

A tese desse estudo é a de ter o Brasil nascido sob o signo barroco, tendo esse processo barroco de formação brasileira – tese aceitável – culminado num tal conflito de uma futura cidade, sociologicamente imperial, com espa-

ços suscetíveis de ser designados como “campo”, que esse conflito se tornaria um choque freqüente entre autoridade e liberdade. Mas com este paradoxo: o de terem surgido dos espaços livres separatismos ou caudilhismos, e, através deles, desvios do sentido nacional do destino brasileiro, com a cidade sustentando, contra eles, a autoridade por assim dizer civilizadora, centralizadora, unificadora dos Brasis. Daí resultando um equilíbrio ou uma paz entre o Estado, representado pela Cidade, e a liberdade, vinda do Campo.

A tese tem muito de sugestivo para a interpretação das inter-relações da simbólica Cidade, e do simbólico Campo, na formação social, e não apenas política, do Brasil, quer como Estado-Nação, em particular, quer como sociedade ou cultura nacional, em geral. É dentro da perspectiva que sugere poder-se situar o papel representado, no seu longo reinado, por d. Pedro II, como representante da ação centralizadora e unificadora da Cidade, no caso, especificamente, a Corte – em face, ora de despotismos com tendências, alguns deles, a caudilhescos, vindos de movimentos aparentemente só libertários, de origem rústica, regional, provincial.

A essa tese é preciso, entretanto, que se oponha esta restrição essencial: a de não se poder atribuir, a que já se definiu como um tipo brasileiro de civilização, o caráter específico de ser uma criação quase que só decorrente do domínio das cidades sobre campos. Ou, em dias talvez decisivos, da Corte Real ou Imperial, sobre espaços rurais e patriarcais, não de todo rústicos ou agrestes, desde que neles é que, principalmente, elaborou-se, em casas-grandes, e à sombra de influentes famílias patriarcais rurais, um tipo brasileiro telúrico, ecológico, em grande parte eurotropical, de civilização nacional. E não exclusivamente, ou sequer principalmente, nas cidades ou na Corte, quando o Brasil, monárquico, embora nessa Corte, tenha ocorrido o desenvolvimento, um tanto anarquicamente criativo, dessa civilização, a sua coordenação em Estado-Nação com o Estado decisivamente representado por um sistema político-jurídico de forma monárquica, ao mesmo tempo que autoritária, em face do Campo, civilizadamente e civilizadoramente, à sua maneira, democrático-liberal nas suas expressões.

Foi essa conciliação paradoxal que o reinado de Pedro II em grande parte representou, de modo o mais expressivo, o mais significativo, o mais construtivamente brasileiro. Foi nessa civilização que a figura de Pedro II, de chefe de uma família imperial, entrou, por vezes, em conflito com alguns dos chefes de famílias quase autoritariamente, e, ao mesmo tempo, libertariamente – do ponto de vista estatal brasileiro – patriarcais. Mas os conflitos superados por uma harmonização de antagonismos: processo de harmonização que da época monárquica se transferiu para a republicana, com estadistas do tipo dos mais valiosos colaboradores de Pedro II tornando-se estadistas da República, como o barão de Lucena, os conselheiros Rodrigues Alves, Afonso Pena, Gonçalves Ferreira, Rosa e Silva, o próprio barão do Rio Branco e, como José Bonifácio, sem título algum de nobreza monárquica porém monárquicos nas suas principais convicções políticas e sociais, Joaquim Nabuco.

Como encarnação de uma Corte, essencial à consolidação do Brasil em Estado-Nação, d. Pedro II desempenhou, com suas contradições – a de liberal e autoritário, uma delas – papel importantíssimo. Exerceu o chamado “Poder Moderador” com uma arte política de mestre de uma nova aplicação

ou expressão – a brasileira – desse princípio que, de origem européia, talvez, em país nenhum, não-europeu, tenha tido uma aplicação ou uma expressão igual à brasileira.

Para encarnar o que de autoritário sua missão de civilizador, no sentido efetivo e atuante de representante, ante um vasto Brasil rural, patriarcal, por vezes tendente a antinacionalmente anárquico, representava de superação de brasileirismos demasiadamente agrestes nas suas expressões, ora regionalmente libertárias, ora regionalmente despóticas, parece ter faltado, a Pedro II, o exato ânimo liturgicamente imperial, esteticamente autoritário, carismaticamente monárquico. Não parece ter ostentado com entusiasmo o papo de tucano. Nem a própria coroa de imperador. Nem o manto, simbolicamente tão expressivo, de imperador.

Ninguém, como monarca, menos marcial: o que representou, do ponto de vista psicologicamente social de detentor de poder político, um dos seus maiores erros. Nem sequer parecia à vontade montado a cavalo: deficiência evidente, em homem público brasileiro de uma época brasileira tão assinalada pelo domínio do cavalo por homem senhorialmente patriarcal, chefe de família, compadre, padrinho, senhor quase sempre benigno, de escravos de pedestres de filhos sociológicos. Ao que se acrescente o fato desses patriarcas, tão influentes na formação brasileira, serem, quando não, viscondes ou barões, comendadores, como o famoso Breves do Rio de Janeiro, e, alguns, vindos do fim da era colonial, portadores de títulos militares ou de mando, tão importantes como os de futuros titulares do Império: o de Sargento-Mor, o de Capitão-Mor, o de Capitão-de-Cavalos.

Não só um lúcido descendente de Pedro II, o príncipe d. Luís de Bragança em *Sous la Croix du Sud*, como outros autores argutos, lamentariam, no último imperador do Brasil, a falta de brio marcial. Ou de maior identificação de sua parte, com aquele Exército que, no desempenho de áspera, difícil missão militar do maior interesse nacional, vencera no Paraguai o caudilho, aliás bravo, Solano Lopes.

Eça de Queirós, na última carta de Fradique Mendes, sem especificar a crítica que levanta, lamenta ter faltado ao Brasil, posterior a Pedro I, um chefe de Estado monárquico, marcial. Isto é – pode-se acrescentar – que se apresentasse aos olhos dos brasileiros menos de sobrecasaca e cartola burguesas, pedagógicas, superburocráticas, que a cavalo e, naqueles trajos militares, que a gente brasileira, mais do povo, identificava com chefes de Estado. Esta uma das graves deficiências, do ponto de vista psicológico social, de Pedro II, no desempenho de sua função e na expressão do seu status, perante uma gente como a maioria da brasileira do seu tempo, sensível àquele “aparato da realeza” de que fala Joaquim Nabuco.

Aos mestres de sua meninice de futuro imperador parece ter faltado um com alguma coisa de intuitivo – para a época – precursor de psicologia social, que, juntando-se aos sábios preceptores que o instruíram em tantos saberes, predispondo-o até ao estudo do Hebraico e da Astronomia, o tivesse iniciado na arte mágica de encarnar, perante seus compatriotas, a figura, para a sua época, ideal de um chefe de Estado, não para um Estado burguês, racional, burocrático, mas para uma nação de numerosa gente intensiva, criada ouvindo histórias de reis, de príncipes, de cavaleiros heróicos. Semelhante

mestre, dessa espécie de arte mágica, parece ter faltado de todo ao menino, sob aspectos lógicos, racionais, convencionais, tão bem preparado para ser imperador, mas, despreparado para um dos aspectos essenciais de sua missão: o seu relacionamento com o que a maioria dos seus súditos esperava dele. O monarca quase sempre a cavalo. O chefe de Estado mais de farda de almirante ou de uniforme de general do que de sobrecasaca de burguês, sempre de cinzento ou de preto, como se fosse inimigo de cores num Brasil de gente entusiasta de cores. Um monarca mais caçador em matas brasileiras, mais pescador em águas de rios brasileiros, mais entusiasta de comidas brasileiras, de músicas brasileiras, de São Joões dos alegremente, ludicamente, religiosamente comemorados no interior do Brasil. Menos da cidade-corte e mais desse interior que parece ter visitado quase como turista europeu.

Mesmo que se admitam tais deficiências em Pedro II, a favor de quem recorde-se ter, ao que parece, preferido, como brasileira de sua especial amizade, uma descendente não muito remota de beleza afro-negra, a uma loura, louríssima, como a quase de toda francesa na aparência e no modo de ser baronesa – ilustre figura da época imperial que conheci, e de quem tive a fortuna de ouvir confidências sobre o último imperador do Brasil: a baronesa de Estrela – fato é que, deu ao desempenho do seu papel, de chefe de Estado monárquico, uma sabedoria política que nele corrigiu, quase sempre, o que poderia ter sido o excesso de seus saberes abstratos e livrescos. O seu saber de Hebraico. O seu saber de Astronomia. Os seus saberes acadêmicos aos quais faltou o de um maior contato com o Brasil rústico, folclórico, popular.

Mesmo assim, não lhe faltou, da parte desse Brasil mais rústico, mais folclórico, mais popular, uma simpatia pelo que, no seu desempenho do papel de chefe de Estado, correspondeu a uma harmonização, talvez quase à sua revelia, com a tradição que encarnou. Com o Campo que quase ignorou no seu empenho de valorizar, politicamente, socialmente, culturalmente a Cidade civilizadora, unificadora, racionalizadora do processo de desenvolvimento brasileiro.

Através dessa valorização ou dessa promoção, cumpriu um papel histórico. Dedicou-se ao governo do Brasil como se cumprisse um dever religioso. Paradoxalmente, pelo gosto do próprio campo brasileiro, não teria sido desterrado, nem desterrado, nem exilado. Ao morrer não foi defunto sem choro. Muitos os brasileiros que choraram por ele. Muitos os que custaram a aceitar de coração seus substitutos republicanos.

Nele – na sua, por argentino ilustre, chamada “democracia coroada” – tornou-se culminante a vantagem do Brasil, sobre os demais Estados-Nações do continente, de ter tido uma experiência monárquica na sua formação nacional. Uma experiência que concorreu para consolidar a unidade brasileira. Para conciliar campo e cidade. Para conciliar autoridade e liberdade. Para conciliar quantidade e qualidade, e até para conciliar o barroco, tão presente na formação brasileira, com um pós-barroco, que não chegasse àquela, como que tentativa de substituição, da fé Católica pela adoração de Clotilde de Vaux, como deusa Positivista de uma Razão – Razão, caracterize-se, com R maiúsculo – a que se refere Joaquim Ponce Leal no seu já referido *Os Homens e as Armas*.

É o mesmo e lúcido analista, discípulo de Spengler, que destaca, na história política do Brasil imediatamente posterior ao reinado de Pedro II, o paradoxo de ter se constituído contraditoriamente, com Floriano Peixoto, como presidente da República em dias turvos, em República inesperadamente sucessora da “centralização personificada nos antigos imperantes”. Poderia ter acrescentado que, de forma notável, por Pedro II. E ao notar que na constante centralizadora se integrariam, já a República de 89 sob governantes civis presidentes como Rodrigues Alves e Afonso Pena, “velhos conselheiros”, isto é, homens públicos vindos dos dias de Pedro II, como que repete Ponce Leal o que, em meu estudo da transição no Brasil, da Monarquia para a República – *Ordem e Progresso*, o título desse livro – destaca-se ter sido, tão importante: a presença desses conselheiros do Império das lideranças republicanas já civis. Civis e já consolidadoras de uma República que precisou da sabedoria política vinda do Brasil de Pedro II, para estabilizar-se.

Desse modo, mesmo substituída formalmente, no Brasil, a Monarquia pela República, continuou o exemplo do exercício do “Poder Moderador” por Pedro II, a inspirar um necessário senso de autoridade aos estadistas republicanos, em face de excessos libertários dos liberais, alguns com alguma coisa de demagogos, tão empenhados em bolivarizar o Brasil quanto alguns líderes de Estados-Nações da América Espanhola, em se inspirarem na experiência monárquica do Brasil para conterem, em suas ações, desvios dos chamados bolivarianos: dos negativos que presumem não são confundidos com os positivos, porque há indícios de o próprio Bolívar ter procurado retificar na maturidade, excessos de jovem libertário, que foi de maneira tão brilhante e tão romântica.

Bem menos brilhante que Bolívar ou do que os sutis e, sob vários aspectos admiráveis libertadores da América, Pedro II ficará na história do todo ou do complexo hispânico total da América, como exemplo de homem público que exerceu o poder, durante longos anos, conciliando a responsabilidade autoritária, com o respeito pela crítica ou pela oposição ao seu modo de ser chefe de Estado. Deixando-se criticar, comentar, contestar, caricaturar dos modos os mais livres e, até mais irreverentes, sem que isto viesse a importar em perda do seu prestígio moral, sempre tão incisivo. Daí um dos contrastes de sua figura com a de alguns dos caudilhos da América Espanhola, ostensivamente republicana, seus contemporâneos. Daí o respeito por ele de europeus e de estadunidenses ter se juntado aos de brasileiros, quer dentre os mais cultos, quer dentre os mais rústicos.

Evidência de que o menino criado no Palácio de São Cristóvão – menino de Corte, educado para suceder o malcriado primeiro Pedro no governo do Brasil – soube, com deficiências, e até cometendo erros que o prejudicaram desempenhar o essencial do seu papel histórico de modo o mais digno. Quase religiosamente digno. Deixando um exemplo, que se projetou sobre o regime político, que substituiu aquele de que foi chefe por tantos anos: desde menino a velho.

A tal ponto que o regime substituto, quando começou a fracassar, em pontos importantes, seu arremedo de modelo exótico mal assimilado, recorreu – acentue-se – a sobreviventes do sistema presidido pelo imperador deposto. Velhos, ou quase velhos, como ele, de sobrecasaca e de cartola burguesas.

Como ele, mistos de liberais e autoritários. Como ele, na infância, alunos de latim de padres mestres ou de gramáticos caturras. Como ele, mais afrancesados, ou anglicizados que já ianquizados na sua educação e nas suas leituras e nos seus saberes políticos. Como ele, exemplarmente honestos: incapazes, como homens públicos, de negociatas. Como ele, desconfiados até, e injustamente, progressistas dos propósitos de bons Mauás. Como ele, inclinados a valorizarem e prestigiarem jovens com vocações para homens públicos, a que não faltasse o senso ético: o próprio senso ético do mando.

marco significativo na evolução educacional no Brasil e corresponde bem à denominação que lhe foi dada, de *Símbolo da Independência Nacional*.

A filosofia política de d. Pedro II

Dom Odilão Moura, O.S.B.

SUMÁRIO

I – Um imperador político

II – O liberalismo

III – Aparecimento do Positivismo

IV – A presença maçônica

V – O Regalismo

Os princípios doutrinários, que nortearam o pensamento político dos homens do II Reinado, não fugiram das diretrizes ideológicas da mentalidade e da ação dos políticos do reinado de d. Pedro I e da Regência. Imperavam ainda, no II Reinado, as teses do Liberalismo, revestidas, como sabemos, das idéias do Iluminismo. No tocante ao relacionamento entre Igreja e Estado, aquele elemento constitutivo da nação brasileira, e, quiçá, deste, prevaleciam as teses do Regalismo. Com as suas afirmações ideológicas, condizentes com o Liberalismo e contrárias ao Dogma católico, a mentalidade maçônica levava os Filhos da Viúva, que exerciam funções políticas e administrativas em todos os setores da vida pública, a agirem conforme as suas idéias e planos, traçados no sigilo das Oficinas, na elaboração das leis, na rotina burocrática e nos conselhos levados ao Monarca. A atuação dos positivistas na política não se faz notável nos tempos de Pedro II. Mostrar-se-á esta, mais tarde, na República. Sem dúvida, novas idéias vão surgindo, ou se afirmando, naqueles tempos – o ideal republicano, o federalismo, o parlamentarismo, o abolicionismo – mas não se relacionam diretamente com o saber filosófico como tal, razão por que não serão tratadas especialmente, nesta exposição.

Não se pode, porém, abordar o tema proposto, sem se realçar a personalidade ímpar de d. Pedro II. Educado conforme as idéias reinantes na Corte, o bom imperador delas não se eximiu. Recebeu-as, e, como político atuante que foi por sua vez, reafirmou-as no seu governo. Era homem do seu tempo. Não obstante tais idéias não serem aceitáveis por uma sã filosofia política, d. Pedro II como exímio artista da república, modelou uma política hábil e honesta, de meio século, consolidando a unidade nacional, e legando, para a desagregação republicana, o Brasil respeitado, geograficamente definido e politicamente organizado. Mesmo rejeitando-se muitas das idéias e decisões do firme e sereno imperador, é de se admirar o seu tino político, o seu patriotismo, a sua honestidade, qualidades essas marcantes também do seu governo. Ademais, é inegável ter d. Pedro II feito a política do II Reinado. Sabia descobrir os reais valores e queimar os falsos; equilibrar, na balança política, as aspirações dos partidos; ouvir, sagaz, os conselhos; fazer respeitada a sua autoridade. Sem alarde, movimentava muitas vezes as peças do tabuleiro político, com lances extraordinários. Respeitou a dignidade e a liberdade dos cidadãos. Por tudo isso, não é exagerar dizer que d. Pedro II mostrou-se o mais notável político de seu tempo.

As nossas considerações acerca do tema a ser desenvolvido tentarão focalizar as notas dominantes da ideologia política do II Reinado. Por considerar-

mos Pedro II o principal promotor da política desse período histórico, evidenciaremos de modo especial a sua personalidade, para que também se tenha mais nítida visão histórica das idéias políticas encarnadas nos homens e na sociedade. Analisaremos o Liberalismo na medida em que ele possa ser situado no campo filosófico, sem a consideração das suas repercussões no setor jurídico, na área da economia e na esfera da política científica. Mestres abalizados já discorreram sobre essas repercussões, neste painel do II Reinado, organizado pelo Museu Imperial em conjunto com a Universidade Católica de Petrópolis.

I – Um Imperador Político

Não foram vãs as esperanças de d. Pedro I, ao deixar para sempre o Brasil, de que seu filho menino estava entregue a boas mãos, confiando-o à nação brasileira. Realmente, José Bonifácio e o marquês de Itanhaém, secundados pela nobre mulher dona Mariana Carlota Verna de Magalhães Coutinho, que supriu ao órfão o cuidado e o carinho maternos, de que ele se vira cedo privado, conseguiram plasmar a personalidade daquele que será todo rei. Junte-se aos três, quem por mais de vinte anos esteve ao lado de d. Pedro II, primeiramente, por nove anos, como seu “pedagogo”, o Carmelita, frei Pedro de Santa Mariana e Sousa. A função deste era, com relação ao menino imperial: “Que não só assistisse às suas lições e às das princesas, como o preservasse de adquirir as idéias falsas das coisas, aumentando-lhe pela lição os conhecimentos indispensáveis ao monarca constitucional dando, para assim dizer, unidade e sistema à educação”¹. Este frade teve real importância na educação do futuro imperador, quer no que se refere à cultura e à moral, quer, às virtudes políticas. Não sem razão devotou-lhe, Pedro II, diuturna e intensa amizade. Já homem, solicitava-lhe sempre os conselhos. Quis ter sempre junto de si o “prudente e sábio mestre”, e jamais permitiu que ele residisse fora do Paço de São Cristóvão, onde faleceu, em 1864. Para patentear a sua gratidão, o imperador conseguiu, para o velho mestre, a dignidade episcopal – a de bispo titular de Crisópolis². A educação de Pedro II foi toda informada pela idéia de fazê-lo imperador. Desde cedo foi reduzido à propriedade do bem comum. Sacrificados lhe foram os direitos a uma infância espontânea, aos ardores dos sentimentos juvenis, àquela liberdade despreocupada que alegra e enriquece a primavera da vida. As razões de Estado, as exigências do cargo e os protocolos da corte roubaram-lhe a infância, o amor que tanto domina os filhos de Adão, e a privacidade desejada por todos...³ O imperador viveu sempre mais em função do cargo e dos outros do que de si mesmo.

A existência austera, rígida, do frade, que devia seguir as rigorosas e minuciosas instruções – um longo, prudente e cuidadoso código educativo⁴ – recebidas do tutor do menino imperial, logrou incutir, neste, qualidades que ostentará na sua ação política e administrativa: vida cronometrada, probidade e seriedade, exato senso de justiça, recato nas atitudes, delicadeza no trato, espírito de pobreza e sacrifício, compaixão pelos que sofrem⁵. A bondade semeada, pela futura condessa de Belmonte, no coração daquele filho de Pedro I, carente de afeto paterno e materno, germinou e deu belos frutos na al-

ma do atencioso imperador, que zelava pelos abrigados ⁶, atendia a pobres mulheres ⁷, exigia atenção para os prisioneiros ⁸, e socorria os necessitados que dele precisavam ⁹.

A formação recebida na infância e na juventude, sólida e intensa, quanto ao aprendizado científico e literário, fizera de Pedro II, desde cedo, um apaixonado pelas ciências, um inveterado leitor de todas as literaturas, e um ansioso pesquisador de todos os ramos do saber. Frei Pedro, mestre que fora de matemática na Academia Militar, transferira-lhe grande interesse pelas matemáticas. Mas as suas tendências intelectuais conduziram-no para campos ilimitados do saber: literatura, física, química, astronomia, história, desenho, línguas vivas, latim, grego, hebraico... Ainda menino, preferia ele os livros e a tranqüilidade dos estudos, aos brinquedos; homem feito, o seu mundo querido, o seu desejado lazer, mais amados do que as festas e as enfadonhas reuniões protocolares da corte, eram as leituras. Nelas ele se encontrava. Lendo, ele era um homem; não um imperador.

Porém, não fora o nosso sábio governante dotado de inteligência pronta, nem profunda. Contudo, a curiosidade intelectual e o hábito de muita leitura, unidos à tenacidade, permitiram-lhe adquirir uma cultura universal, se bem que um tanto superficial e dispersiva. Aliás, também sob esse aspecto, foi homem do seu tempo, quando a literatura e as ciências valiam mais que o saber metafísico – d. Pedro lera Platão e Comte. Mas, sem dúvida, preferia, aos filósofos, um Vítor Hugo, um Gobineau... Modesto e objetivo, o culto monarca reconhecia as limitações da sua inteligência. Escreve, em 1879, à condessa de Barral: “Cada vez reconheço mais que sei muito menos que muita gente e que não é pela inteligência que me distingo, embora com perseverança tudo possa aprender”. Lê-se, na sua Fé de Ofício, escrita no exílio: “O que sei, devo-o sobretudo à pertinácia. Reconheço que sou muito somenos no relativo aos dotes da imaginação, que posso bem apreciar nos outros” ¹⁰.

Se o imperador não se elevou muito acima do comum dos mortais no campo do saber especulativo, no *recta ratio especulabilium*, dos Escolásticos, nas áreas da vida prática, nas do *recta ratio agibilium*, da prudência, mostrou-se extraordinário. Vimos, até aqui, o varão prudente na sua vida pessoal. Consideremos, agora, a sua prudência política ¹¹, isto é, a arte de coordenar com habilidade o jogo das opiniões dos cidadãos, de administrar a coisa pública em função do bem comum, de solucionar os problemas sociais sem provocar discórdias profundas e duráveis, de intervir, a seu tempo, no fluxo da vida social, enfim, de promover na sociedade a paz, o amor e a justiça.

Complexo o quadro político e social dos tempos do nosso segundo imperador. Encontrou este a nação brasileira com uma estrutura constitucional de formas jurídicas bem definidas, mas para serem atualizadas em um povo há pouco independente, com facções políticas radicalizadas, e com as revoluções que perduraram de 1831 a 1848.

Em meio século de reinado, iniciado pelo adolescente de quinze anos e terminado com o ancião doente, o nosso governante enfrentou questões de real gravidade: além das revoluções dos primeiros tempos, as lutas armadas no sul, que culminaram na desgastante Guerra do Paraguai; a chamada Questão Religiosa; as lutas partidárias; o abolicionismo; o republicanismo; a ascensão gra-

dativa do poder militar; as críticas contundentes e desrespeitosas na Imprensa.

Foi no reinado de d. Pedro II que, de fato, o Brasil conseguiu entrar em regime constitucional estável. As condições do povo recém-libertado e o temperamento do imperador, primeiramente; depois, o regime híbrido da Regência (misto de Monarquia e República), nos anos desta e de Pedro I, impediam a estabilidade política. Conseguiu-a, d. Pedro II, com o seu tato, sensível no conhecer os homens e hábil na solução dos problemas.

A Constituição, promulgada por d. Pedro I, procurava conciliar democracia com poder monárquico, estabelecendo, como fonte de poder, a própria nação, representada pelo imperador e a Assembléia Geral. Dos quatro poderes reconhecidos por essa Constituição, o imperador dirigia o Poder Moderador e o Poder Executivo. Deve-se ainda considerar que: “O Poder Moderador era a chave de toda a organização política”, cabendo, ao seu chefe: “Exercê-lo de modo a conseguir a manutenção, independência, equilíbrio e harmonia dos demais poderes”. Mais ainda: “A pessoa do imperador é inviolável e sagrada: ele não está sujeito a responsabilidade alguma”, lê-se no artigo 99 da Constituição de 1824. Com uma soma de poderes quase ilimitada, um governante desavisado que a tivesse nas mãos, facilmente seria tentado para os abusos e exorbitâncias. Se o foi, d. Pedro II jamais se deixou levar pelos caminhos da prepotência. Ao contrário, a norma constitucional e jurídica informava-lhe os atos. Críticas cruéis e pertinazes recebeu o imperador devido ao chamado Poder Pessoal. Oliveira Viana, que analisa exaustivamente a “hipertrofia do poder central”, reconhece, contudo, que “tornando hipertrófico o poder central, os estadistas imperiais não o fazem, porém, por nenhum espírito de ortodoxia doutrinária: obedecem apenas a uma necessidade de adaptação do aparelho político”¹². D. Pedro, naturalmente, resguardava com muito cuidado a sua autoridade. Mas o poder não lhe era obsessão, como o é a tantos governantes¹³. Se fosse, não teria ele permitido que o parlamentarismo se solidificasse, pois fora este se infiltrando no nosso quadro político como “uma Constituição não escrita”¹⁴. Em 1847, aparece naquele quadro a figura do presidente do gabinete, que não desaparecerá até o fim do II Reinado. Em 1868, temos a reforma eleitoral, uma das soluções políticas mais desejadas pelo imperador¹⁵. Ora, o parlamentarismo o governo de gabinete, a liberdade de imprensa e as eleições mais democratizadas, conquistou-os o próprio imperador, não obstante cerceadores que eram de sua ação política. Assim, ao seu vituperado Poder Pessoal, é melhor chamar de “exercício da prudência política” de um governante cioso da sua responsabilidade. Prudência esta que revelava o nobre caráter do nosso Monarca, pois, como escreve um lúcido historiador: “Durante os quarenta anos do seu reinado efetivo, ninguém foi deportado, ninguém foi processado por motivos políticos, nenhuma restrição se impôs à liberdade de pensamento”¹⁶.

A personalidade do político Pedro II está admiravelmente descrita, por Calógeras, nas linhas seguintes: “Nunca teve favoritos, nem tolerou adulares. Ouvia e respeitava todas as opiniões; delas fazia o seu proveito e aceitava conselhos, quando lhes reconhecia valor. Sua confiança recaía sobre poucas personalidades, mas a todas dava ocasião para se revelarem: nunca se deixou influenciar por simpatias cegas, nem por desconfiança sem fundamento; sua vi-

da, tanto a pública como a privada, foi imaculada. Notava todos os detalhes, com intuito de os aplicar, no que tivessem de bom, ao seu país. Acima de tudo, colocava o dever, fosse qual fosse o interesse no caso. Talvez tenha sido o melhor, o primeiro, e sincero republicano do Brasil. Cada vez mais, tornava-se, de modo absolutamente natural, o *primus inter pares*. Pelos setenta, poucos eram os estadistas que se poderiam apontar de peso comparável ao dele: São Vicente, Cotegipe, Rio Branco, Zacarias, Paulino José de Sousa, Caxias. Na era dos oitenta, encontram-se ainda os nomes de Sousa Dantas, João Alfredo, Afonso Celso, Lafayette Rodrigues Pereira. Mas, acima de todos, pela experiência, atividade de ofício de governar, atividade incessante, pairava o imperador”¹⁷.

Foi Pedro II um político notável pelo bom senso. O tranqüilo filho de d. Pedro I manifestou, no seu governo, aquele espírito cristão que deveria ser o tributo próprio dos políticos brasileiros. O que escreveu, em carta a Gobineau, a respeito do fardo imperial, retrata a alma daquele responsável chefe do Poder Moderador: “Nada de grande importância a vos comunicar, pois sabeis que a vida que levo, e a política, não são para mim senão um duro cumprimento do dever. Sinto-o ainda mais no dia de hoje, pois há trinta e três anos que carrego a minha cruz”¹⁸.

II – O LIBERALISMO

O pensamento político dos homens do Brasil independente desenvolveu-se no clima das idéias do Iluminismo francês, do século XVIII. A quase totalidade dos constituintes de 1823 estava com as cabeças prenhes das novas idéias, idéias liberais. Muitos deles receberam formação filosófica e jurídica na Universidade de Coimbra, já reestruturada segundo a filosofia e os métodos pedagógicos de Verney, o cérebro do regime pombalino¹⁹. A superficialidade daquelas idéias, facilmente exploradas no clima de inovações políticas, permitiu que elas se vulgarizassem. Maciel Costa, deputado para a nossa primeira Assembleia Constituinte, chegou a afirmar, no plenário, que as obras de Montesquieu e Rousseau estavam “nas mãos de todos”. Após uma fase de afirmação mais intensa do Liberalismo em nossa política, no I Reinado e na Regência, nesta com as conhecidas manifestações em lutas armadas, é ainda essa ideologia política que será a base para o pensamento político do II Reinado. Então: “O Liberalismo passa a ser um fato, um dado não só da lei, como também convicção da elite brasileira”²⁰.

Novas contribuições foram recebendo, as idéias liberais, de outras correntes filosóficas – de Kant, Maine de Biran e Victor Cousin – nas primeiras décadas do II Reinado. Apresentam-se, então, mais ecléticas e menos radicalizadas. Os ensinamentos jurídicos e filosóficos adquiridos pelas nossas elites intelectuais, nas escolas de Direito de São Paulo e do Recife, certamente contribuiram para amenizar o entusiasmo apaixonado pelo Liberalismo, aliás, bastante superficial, dos nossos primeiros políticos. É nessas escolas que floresceram as correntes ideológicas abolicionistas, federalista, republicana e o Positivismo. O ideal de liberdade inspirava ainda tais correntes, com exceção do Positivismo, que dava primazia à ordem autoritativa da sociedade. O Libera-

lismo, no II Reinado, revestiu-se de roupagens mais jurídicas e constitucionais, não se apelando tanto para os seus fundamentos filosóficos.

Desde o início, o Liberalismo manifestou-se mais como corrente de idéias do que como doutrina sistemática e formulada em termos filosóficos: um conjunto de idéias dispersas, com repercussões nas diversas linhas do pensamento, e nas atividades políticas, ligadas, entre si, pela idéia da liberdade. Não partindo, porém, de uma definição exata da liberdade humana, o Liberalismo insistia na autonomia do cidadão e nos direitos dela decorrentes. Independência no pensar, independência no agir, independência para exteriorizar as próprias opiniões, direito de ser autocrata – eis algumas das notas peculiares do Liberalismo. Com relação à Religião, o Liberalismo defendia a absoluta liberdade de consciência, rejeitando os dogmas religiosos e as normas morais deles provenientes. O homem tornou-se o seu deus. Com relação ao Estado, devia o cidadão estar livre das coações deste, e com o direito de opinar sobre os problemas sociais. Pode-se definir o Liberalismo como sendo um humanismo antropocêntrico. Opõe-se, assim, ao humanismo teocêntrico, dos cristãos. Pela sua própria estrutura ideológica, pois, o Liberalismo, naturalmente, levava os seus sequazes a tomarem atitudes de resguardo e desconfiança a respeito de tudo que viesse da Igreja Católica.

É, sem dúvida, paradoxal a posição doutrinária dos nossos políticos liberais do II Reinado, e raros foram os que atinaram com a posição em que se punham. Pedro II não fez exceção a eles. Formados em ambiente social impregnado de religião católica, recebendo, desde cedo, os sacramentos da Igreja, seguindo, formalística ou protocolarmente, os atos do culto, viviam tranqüilos, inconscientes do disparate doutrinário das suas mentes. É inegável, porém, que havia algumas idéias boas e aceitáveis nas afirmações liberais, e até aspirações respeitáveis referentes à dignidade humana. Porém, a carência de princípios filosóficos definidos e profundos, de coerência doutrinária e de visão mais elevada do universo depreciava todo o conjunto. A mentalidade liberalista invadiu todas as áreas políticas e governamentais do Império, fundamentando-se nela o nosso direito e a nossa legislação. Os próprios homens da Igreja não ficaram imunes ao seu contágio. A incoerência doutrinária, dos nossos políticos e homens da Igreja de então, objetivamente reprovável, talvez não lhes seja motivo para imputabilidade subjetiva. O formalismo religioso da época, o clero manietado pelo governo e não muito afinado com a ortodoxia ²¹, e a ignorância religiosa, possivelmente lhes garantirão um julgamento mais benigno. Estavam condicionados à sua época e ao seu meio social.

III – APARECIMENTO DO POSITIVISMO

Não é de se ressaltar a presença das teses positivistas nas atividades políticas do II Reinado. As idéias de Comte só apareceram aqui no último vinteno do império, É em 1876 que os positivistas mostram-se, entre nós, com estrutura mais consistente, Na década dos oitenta, já se fazem notar pelo proselitismo apaixonado e polêmico, pela atuante freqüência nas cátedras jurídicas

e militares. Foi dessas cátedras que alguns dos políticos e dos soldados que implantaram a República receberam as suas idéias comtistas.

Deve-se reconhecer que os positivistas contribuíram indiretamente para a queda do Império, Contudo, na novel República, não foram grandes as suas conquistas constitucionais, visto terem encontrado, no Congresso Constituinte de 1890, forte oposição de Rui Barbosa e de alguns deputados católicos. Após terem conseguido gravar, no auri-verde pendão da nossa terra, a bela divisa Ordem e Progresso, retiraram estrategicamente as trincheiras para os pampas. Na terra de Júlio de Castilhos, instituíram um governo conforme as suas idéias, fundamentado numa Constituição muito original. Temos, aí, a sementeira de uma filosofia política que, por meio século, imperou no Rio Grande do Sul, e que, até hoje, orienta os soldados políticos da República, sem que, talvez, esses bravos homens das armas o tenham percebido. Não obstante o barulho que as idéias positivistas fizeram na sua época, o que o Positivismo conquistou, após a queda de d. Pedro II, foi mais devido ao prestígio dos homens que as ostentavam do que ao peso intrínseco das mesmas, como bem acentuou Oliveira Viana, que também desperta a nossa atenção para o número diminuto dos que as seguiam ²².

Talvez não seja fora de propósito apresentar aqui um bosquejo das idéias políticas do Positivismo, até porque elas estavam presentes nos últimos anos do Império. Limitando o conhecimento humano ao plano do conhecimento sensitivo, rejeitando toda a realidade transcendente e absoluta – “Tudo é relativo” – afastando do estado positivo da humanidade a metafísica e a teologia, baseado em tais pressupostos, Augusto Comte idealizava, para a sociedade, um governo de ditadura republicana, Esta seria o centro necessário da ordem social, que, sem ela, cairia na desordem e na desagregação. As raízes da função diretiva dessa ditadura republicana estavam na própria sociedade, e ela realizava-se no mando, ao qual correspondia a obediência dos cidadãos. Por sua vez, as massas buscam um governo espontâneo, encarnado em um dirigente, possuidor das qualidades de mando. O poder do dirigente é de força moral e intelectual, não, porém, de força material. Evitando a dispersão social das idéias, sentimentos e interesses, o dirigente coordena e unifica a força material da sociedade (fundamentada no número e na riqueza), a força intelectual (própria dos sábios e dos sacerdotes), e a força moral (constituída pelos sentimentos altruístas, fixados mais nas mulheres, que são a força mais nobre). Todos os esforços do dirigente devem ser levados para a instituição *estado positivo*, fase da humanidade na qual haverá harmonia e paz, uma espécie de paraíso do homem na terra, mais ou menos assemelhado ao estágio do comunismo final, de Marx. Infelizmente, a época do estado positivo não se iniciou na data preestabelecida pelo pensador de Montpellier: o ano de 1841... Sem embargo desse esquema simples e leve sobre a ordenação política e social dos homens, o Positivismo foi, entre nós, levado a sério por muitos.

Embora subversivo da ordem política do nosso Império, o monarca foi muito tolerante para com os positivistas. Atento, ouvia-os defendendo suas teses, nas escolas. Por duas vezes convidou Benjamin Constant para professor das princesas, naturalmente por ser o ilustre militar versado nas matemáticas, área do saber tida como a máxima naqueles idos ²³.

IV – A PRESENÇA MAÇÔNICA

É inegável a atuação da maçonaria, em nossa história política, desde a independência aos nossos dias. Difícil, porém, delimitá-la com exatidão, não só devido ao sigilo de que os planos dos Filhos da Viúva é revestido, e ao impedimento da pesquisa nos seus arquivos, bem como à parcialidade dos que dela tratam, quer sejam maçons, quer não. Contudo, é realidade patente que percentagem considerável dos homens públicos do tempo de d. Pedro I e de d. Pedro II pertenceram às lojas, e que a presença deles na administração, nos parlamentos, nos conselhos e na magistratura, traçou muitas direções da nossa vida pública.

Embora seja a maçonaria uma sociedade destinada a marcar o roteiro da vida social e política dos povos, organizando seus planos de modo a que os seus sequazes, unidos por firme solidariedade e pelo severo segredo, se apossem dos cargos mais atuantes dos governos, ela supõe uma ideologia. Ideologia um tanto vaga, constituída de conceitos muito superficiais sob o aspecto filosófico, mas suficiente para congregar os irmãos, e para dar um conteúdo racional à ação dos mesmos. Por outro lado, as idéias maçônicas talvez satisfazam às veleidades religiosas dos que não se aprofundam muito no mistério do universo. Assim é que, sob o aspecto religioso, essas idéias resumem-se num deísmo indefinido²⁴. No que toca à moral, na aceitação de princípios morais de ordem puramente natural²⁵. Pensando, os maçons, que as suas idéias constituem uma filosofia²⁶, satisfazem-se com esse punhado de pensamentos inconsistentes, dispersos e ecléticos. O segredo, elemento essencial da articulação maçônica, não é apenas exigência de medida prudencial, mas, também, privilégio dos iniciados, visto que: “Considerando a espécie humana naturalmente levada para o mal, os sábios das eras primitivas temiam espalhar, indiscriminadamente, certos conhecimentos, por saber que o povo tinha dificuldade em compreender certas verdades que poderiam ser perigosamente desvirtuadas”²⁷. Na verdade, as idéias-chave dos maçons não se distanciam muito dos princípios do Liberalismo, até porque estes e aquelas surgiram do Iluminismo.

A simples apresentação desse resumo dos fundamentos ideológicos maçônicos já está a revelar a oposição essencial existente entre maçonaria e Igreja Católica. Deve-se, por isso, compreender porque a maçonaria opõe-se à Igreja Católica, sendo esta, para aquela, um empecilho ao proselitismo doutrinário e à ação na sociedade. Fica, também, explicado por esse e por outros motivos decorrentes da índole católica do povo brasileiro e da estrutura religiosa da Constituição imperial, a luta, ora velada, ora patente, que perdurou, desde o I Reinado, entre Estado e Igreja, e que culminou na conhecida “Questão Religiosa”²⁸. De fato, não era suportável, para os maçons daqueles tempos, a aceitação de uma realidade política, que, de direito, estava ligada ao catolicismo, e que, de fato, supunha e respeitava a presença do clero nas decisões governamentais. Os conflitos seriam conseqüentemente, inevitáveis.

D. Pedro II jamais foi maçom. Mas sendo como uma ilha católica cercada de maçons por todos os lados, mui dificilmente o nosso bom imperador, não obstante a sua vivência política e conhecimento dos homens, deixaria de ser envolvido pelas malhas da rede maçônica, pelas pressões e argumentos cap-

ciosos dos sagazes Filhos da Viúva, sigilosos e solidários calculistas. Não foi d. Pedro II, com relação aos maçons, tão avisado como o seu pai. Cedo não atinara que a mesma Maçonaria, que havia concorrido para elevar ao trono o menino imperial, mais tarde, tramaria para que o velho e doente monarca dele fosse jogado fora. E sem compaixão.

V – O REGALISMO

O Regalismo, forma hipertrofiada e exorbitante do poder do rei relativamente ao setor religioso, radicado que estava no Liberalismo de Rousseau, merece especial consideração nesta exposição. Tratado deve ser aqui, máxime por ter sido o motivador de sérios conflitos entre Igreja e governo civil, de desentendimentos entre bispos e governantes, que perduraram do início ao fim do nosso Império. Ademais, as lutas, surdas ou ruidosas, que provocou encontraram em Pedro II um defensor parcial. De fato, este monarca, por convicção doutrinária e por diretrizes que a si impôs para a ação governamental, manifestou-se um regalista convicto, até porque as idéias regalistas estavam concordes com as suas idéias liberais.

Rousseau, em quem os fautores do Regalismo buscavam os fundamentos ideológicos de suas posições, admitia a distinção entre poder civil e poder religioso. Relegava, porém, as atividades do poder religioso ao plano da vida pessoal, visto que o soberano *na point de compétence dans l'autre monde*. O soberano, no entanto, podia estabelecer os fundamentos de uma fé *purement civile, non pas précisément comme dogmes de religion, mais comme sentiments de sociabilité*. Tal religião, teria como artigos fundamentais, semelhantes, aliás, aos da Maçonaria: *L'existence dela divinité puissante, i'ntelligente bienfaisante, prévoyante et pourvoyante, la vie à venir, le bonheur des justes, le châtement des méchants, la sainteté du contract social et les lois*. Esses os dogmas positivos, havendo só este dogma negativo: proibição da intolerância²⁹. Note-se que o termo intolerância significava o que de mais repugnante poderia caracterizar uma mentalidade. Por meio desse termo eram destruídas todas as afirmações católicas. Intolerância e ultramontanismo definiam, para os políticos, desde os tempos da primeira Assembléia Constituinte, as posições firmes e coerentes da Igreja, por eles rejeitadas.

Através da história, poucas não foram as manifestações de exorbitância do poder civil nas relações com a Igreja, nascidas das circunstâncias das épocas, suscitadas pelo arbítrio dos governantes, ou, mesmo, pela imprudência dos clérigos. O que distingue, porém, o Regalismo, dessas hipertrofiadas manifestações governamentais, é o seu respaldo ideológico. Nos séculos XVIII e XIX, deu-se ao Regalismo o nome de Josefismo³⁰, porque praticado por José II (1765-1790), imperador da Áustria. Tal monarca, pressionado por três cortesãos – Heink, Kaunitz e Cobenzl – adeptos do racionalismo francês e jansenistas, estabeleceu um sistema de governo, no qual evocava para si a elaboração das leis eclesiásticas referentes à disciplina do clero, à nomeação dos bispos e vigários, às dispensas matrimoniais, à formação dos seminaristas, etc. A tal ponto chegou a presunção real, que José II determinava o número de velas a serem acesas nos altares, nas funções litúrgicas. Com feliz ironia, Frederico, o Grande, qualificou José II de: “O arqui-sacristão do Sacro Império

Romano”. Difundia-se, então, pela Europa, o princípio *cujus regio, ejus religio*, evidentemente não aceito pela Igreja, motivando-se, por isso, fortes discórdias entre esta e os Estados. Assim, segundo esse princípio, os reis que já não mais reconheciam a transcendência e a autoridade da Igreja, seriam considerados como representantes de Deus. Isentos de prestar satisfação de seus atos à alguma autoridade da Terra, e os cidadãos lhes deviam obedecer às determinações em matéria religiosa.

O Regalismo brasileiro encontrava apoio doutrinário e exemplar nas cortes europeias. Mas, aqui, mostrou-se ele com características próprias, devido às disposições da Constituição do Império, aos privilégios concedidos pela Santa Sé a Portugal, que passaram para o Brasil, e aos inimigos da Igreja, que deles se valiam, para agir com maior eficácia. A Constituição imperial outorgava à Igreja Católica consideráveis privilégios. Lê-se, no seu artigo 59: “A religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas, com seu culto doméstico ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo”. Não podiam ser eleitos, para deputação ou senatório quem não professasse a religião do Estado (art. 95). Contudo, por motivo de religião, ninguém podia ser perseguido (art. 179, 5º). Aos quatorze anos, o herdeiro presuntivo do trono prestava juramento de: “manter a religião Católica Apostólica Romana”, exigência a ser cumprida também pelos conselheiros de Estado, ao serem empossados nas suas funções (art. 106 e art. 141). É interessante considerar-se que, com a vinda dos protestantes que para cá emigraram, uma abertura foi sendo feita em nossa legislação. O registro civil dos filhos de imigrantes europeus, os assentamentos dos casamentos e dos óbitos, as normas sobre os cemitérios, o reconhecimento dos divórcios havidos entre os protestantes; tudo isso pressionou os nossos legisladores a elaborarem leis especiais para os não-católicos que, agora, pertenciam ao povo brasileiro. Tais assuntos foram tratados com longas discussões, no Conselho de Estado e nas sessões da Câmara dos Deputados, nas quais eram debatidas teses teológicas e jurídicas. A leitura das atas dessas discussões evidenciam a cultura e a erudição dos políticos daqueles tempos. Como chefe do Poder Executivo, que exercia por intermédio dos ministros, cabia ao imperador: “nomear bispos e prover os benefícios eclesiásticos” (art. 102, 2º). Se já pela Constituição o imperador detinha em suas mãos, grandes poderes quanto às coisas religiosas, os costumes e os privilégios, recebidos dos ancestrais portugueses, os do chamado Padroado³¹, estendiam-se para campos ilimitados e diversos do setor eclesiástico. É conhecida a questão originada pela não aceitação da bula do Papa Leão XII, *Praeclara Portugalliae*, de 1827. Essa bula que transferia para o imperador do Brasil os privilégios dos reis portugueses, bem que não mais exercidos de fato, fora solicitada pelo governo imperial da nação recém-instituída mas rejeitada pela assembléia. Como o artigo 59 da Constituição de 1824 dizia que a religião católica continuava a ser a religião do Estado não viam os deputados razão para uma nova concessão dos privilégios do Padroado implicitamente conservados no texto daquele artigo. Tais privilégios vinculavam-se para os nossos legisladores liberais, o dispositivo constitucional brasileiro mas não à nova concessão do Papa. Conforme essa interpretação, ardentemente defendida, mais tarde, por Nabuco de Araújo³² realmente teria-

mos no Brasil um arremedo da Igreja Anglicana, subordinada ao monarca e desligada do Papa. Assim sendo, as disposições disciplinares do clero deveriam ser estabelecidas pelo governo, e as decisões do pontífice romano só seriam aceitas, no Brasil, se recebessem autorização do imperador, o seu *placet*. O imperador, porém, só podia decidir sobre esses assuntos, após audiência do seu Conselho. Com a promulgação do ato adicional, que concedia direitos quase estatais às províncias, estas foram avocando para si o direito de também interferir nos assuntos eclesiásticos. São longas e curiosas as respostas às consultas feitas ao governo imperial, debatidas com esclarecimentos históricos e jurídicos no Conselho de Estado. Referiam-se elas a nomeações para os benefícios eclesiásticos, a introdução do casamento civil, do registro civil, do sepultamento nos cemitérios leigos, ao reconhecimento do divórcio, aos conflitos entre padres e bispos, etc.³³. Seria longo recordar aqui todas as decisões imperiais referentes a assuntos eclesiásticos e as suas conseqüências provocadoras de desentendimentos entre Igreja e Estado³⁴. Ressaltem-se, como bastante notáveis, a circular de 19 de maio de 1855, que proibiu a entrada de noviços nas ordens religiosas, visando extingui-las, e as decisões que provocaram a Questão Religiosa.

A Questão Religiosa, que convulsionou a nação de 1872 a 1875, suscitada pela renitência do governo imperial na sua arrogância sobre os direitos da Igreja, e pela firmeza dos bispos na manutenção desses direitos³⁵, teve sérias conseqüências. Além de debilitar o prestígio do monarca, concorreu para a sua queda. Para a Igreja, trouxe-lhe, como resultado positivo, o despertar da consciência católica, até então de certo modo entorpecida pelas exorbitâncias do Regalismo³⁶. Se injustos e cruéis foram os ataques que a Igreja rejeitou da maçonaria, grandiosas foram as atitudes dos dois bispos prisioneiros; exemplares, as de tantos leigos que, com sabedoria e coragem, defenderam as suas convicções religiosas e os direitos do catolicismo.

Formado por mestres imbuídos das idéias de seu tempo, para que não só na sua estrutura mental, como na sua atividade política, fosse por elas dirigido, d. Pedro II, deveras, não pôde fugir das influências que recebera desde a infância, agravadas pelo fato de que os seus auxiliares seguiam-nas também. Racionalista e evolucionista em filosofia³⁷, liberal e regalista em política, o erudito monarca, mais amante das belas-lettras do que da sólida metafísica, embora católico por tradição familiar, convicção pessoal e cumprimento dos mandamentos, foi vítima do ecletismo em que estavam mergulhadas as cabeças do século XIX. Não conseguiu ele aperceber-se de que a tolerância doutrinária que defendia era sinônimo de incoerência. Embora válida seja, muitas vezes, a tolerância, no plano moral, principalmente naquilo que toca às fraquezas humanas, é inadmissível no plano das idéias. Em matéria religiosa, d. Pedro II não admitia o ateísmo. Em 1871, fez-se sócio da Liga francesa contra o ateísmo³⁸. Cumpria os deveres religiosos, praticava a caridade, preparou-se piedosamente para a morte. Sua religião, porém, não se ajustava em todos os pontos com a ortodoxia católica³⁹. Joaquim Nabuco atribui-lhe preconceitos anticlericais⁴⁰.

Retratam o pensamento teológico de d. Pedro II estas palavras que deixou escritas: “Sou religioso, porque a moral, condição da inteligência, é a base da idéia religiosa... mas sem exageração, graças à educação de que sempre serei

grato àqueles a quem a devo. A fé religiosa não a separo da esperança, pois espero da infinita misericórdia de Deus que serão por fim premiados todos os homens que houverem cumprido os seus deveres, conforme permite a imperfeição humana, nem da caridade, a que repugna a intolerância”⁴¹. Vê-se, nesse texto, que a sua religião dava o primado à moral, não à Fé. Assim, não discordava da mentalidade que dominava o catolicismo de então. Se o respeitável sacerdote que o formou conseguiu transmitir-lhe amor pelos princípios morais elevados, não soube, porém, formar o discípulo segundo a ortodoxia da fé. Educado que fora no notório Seminário de Olinda⁴², o bispo de Crisópolis, padre de vida exemplar numa corte mundana, porém mais entregue aos estudos matemáticos⁴³ que aos teológicos, fora também, como outros sacerdotes, vítima das distorções intelectuais reinantes naquele seminário. Por isso, estava impossibilitado de levar ao aluno os ensinamentos de uma autêntica teologia.

A deficiente formação teológica de d. Pedro II explica, em parte, a intransigência da sua atitude condenatória na questão dos bispos. Estava convicto de que agia, naquela delicada situação, segundo princípios verdadeiros e visando ao bem público. Assim é que escrevia, nessa ocasião, ao barão de Cotegipe: “Eu não posso deixar de repetir que os bispos praticavam um crime, excluindo das Irmandades membros delas, sem ser em virtude dos compromissos aprovados pelo poder civil, e fazendo-o eles em cumprimento de Bulas não placitadas... A questão em si não tem nada de religiosa”⁴⁴. Essa era a sua íntima persuasão. Coerente, decidi-a, seguindo-a. Pode-se-lhe imputar, no caso, erro por carência de nítida visão teórica do assunto, uma falta objetiva. Não, porém, uma falta moral subjetiva. Foi, nesta e em muitas outras questões, para as quais devia apresentar soluções, homem condicionado à sua época, vítima de uma deficiente formação religiosa, embora sempre honesto. Por esse e por outros motivos, o julgamento da história conceder-lhe-á um saldo altamente positivo.

NOTAS

1. Relatório apresentado em 15/05/1835, à Assembléia Legislativa, pelo marquês de Itanhaém. Apud Lira, Heitor – *História de D. Pedro II*, Itatiaia Ed., Belo Horizonte, p. 44, v. I.
2. “O imperador, que lhe assistiu os últimos momentos, esteve presente aos funerais, em companhia da imperatriz. Todos os anos, no aniversário de morte do velhinho, d. Pedro II ia ao convento da Lapa, para ouvir missa em intenção de sua alma”. Citação de Rodolfo Garcia, apud Lira, Heitor – ob. cit.
3. Cf. *Anuário do Museu Imperial*, ano XVII, 1956; Monteiro, Mozart – *A vida amorosa de d. Pedro II*.
4. “Instruções para serem observadas pelos mestres do imperador na educação literária moral do mesmo” – in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1925, pp. 103 ss.
5. Eis algumas diretrizes das Instruções: – “Deverão os mestres pôr todos os seus deveres para mostrarem ao imperador, palpavelmente, o acordo e a harmonia da religião com a política e, de ambas, com as ciências todas; porquanto se a física estabeleceu a famosa lei da resistência na impenetrabilidade dos corpos, é verdade também que a moral funda ao mesmo tempo a tolerância e o mútuo perdão das injúrias, defeitos e erros; essa tolerância ou mútuo perdão, que sabe velar a perfeição do cristianismo, revela também os quilates das almas boas” [...]. “Lembrem-se, pois, os mestres, que o imperador é homem e partindo sempre desta idéia fixa, tratem de lhe dar conhecimentos exatos e reais das coisas, sem gastarem o tempo com palavras e palavrões que ostentam uma erudição estéril e prejudicial, pois, de outra forma, virá o seu discípulo a cair no vício, que o nosso divino Redentor tanto combateu no Evangelho, quando clamava contra os doutores que invertiam e desfiguravam a lei, enganando às viúvas e aos homens ignorantes com discursos compridos e longas orações, e empoados de sábios sendo apenas uns pedantes palradores”. Apud Revista do IHGB, loc. cit.
6. Em carta, de 1868, a Paranaguá, após ter visitado o asilo Bom Jesus, determinou Pedro II ao ministro que providenciasse “boas camas na enfermaria” e “bancos decentes” no refeitório. Cf. Revista do IHGB, p. 402, 1925.
7. Rebouças, no seu diário, descreve como encontrou o imperador, numa audiência: “Que ouvia um sem número de mulheres pobres que o cercavam. Tinha a mão esquerda carregada de petições”. Calmon, Pedro – *O Rei Filósofo*, 2ª ed. Ed. Nacional, 1939, p. 114.
8. Eis o que escreve em uma carta a Cotegipe: “Estive no quartel dos fuzileiros. Os gêneros dos ranchos eram muito ruins. Disseram que assim vinham da intendência. Nicolau Mendes está preso há mais de um ano no xadrez do quartel, porque não sabe se é livre ou escravo. Desejo informações sobre Benjamin Patacoro da Silva. Diz que não é ele o verdadeiro criminoso, mas outro que já está preso”. Apud Pinho, Wanderley – *Cartas do Imperador Pedro II ao Barão de Cotegipe*, BPB, Brasileira, 1933, p. 32, v. 12.
9. Cf. Celso, Afonso – *O Imperador no Exílio*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1893, pp. 85 ss.
10. Cf. Holanda, Sérgio Buarque de – *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico*, SP, Difel S/A., 1972, p. 19, II, v. 5.
11. Escreve S. Tomás: “A prudência referente ao bem comum chama-se política” (ST, II, II, 47, 1 ad 1); “Esta (a política) diz-se prudência enquanto conforme o conceito comum da prudência, isto é, enquanto reta razão das ações; diz-se, porém, política enquanto ordenara para o bem comum” (II, II, 47, II ad 1); “Porque pertence à prudência retamente dar conselho, julgar e determinar, com relação às coisas que conduzem ao fim legítimo, é evidente que a prudência não se refere ao bem privado de um homem, como também ao bem comum da multidão” (II, II, 47, 10).
12. Viana, Oliveira – *Evolução do Povo Brasileiro*, 2ª ed., BPB, (Brasília, X) Ed. Nacional, SP, 1933, pp. 282-283.
13. “O poder pessoal do imperador foi uma expressão proverbial da fraseologia política do Brasil durante o longo reinado de d. Pedro II, o qual, entretanto, se defendeu de haver jamais exorbitado

das suas atribuições constitucionais, que o revestiam da dignidade de moderador ou árbitro, mas não o deveriam reduzir a um títere mecânico, joguete de todos os ambiciosos". Lima, Oliveira – *O Movimento da Independência – O Império Brasileiro (1821-1889)*. SP, 2ª Ed. Melhoramentos.

14. Holanda, Sérgio Buarque de – Ob. cit., p. 21.

15. Escreve d. Pedro II: "A nossa principal necessidade política é a liberdade de eleição; sem esta, e a da imprensa, não há sistema constitucional, na realidade". Apud Torres, João Camilo de Oliveira – *A Democracia Coroada*, Rio, José Olympio Ed., 1957, p. 533,

16. Torres, J. C. de Oliveira – Ob. cit., p. 527.

17. Calógeras, J. Pandiá – *Formação Histórica do Brasil*. 3ª ed., BPB (Brasiliana V) v. 42 Ed. Nac., 1938, pp. 295-296.

18. Apud, Calmon, Pedro, ob. cit., p. 310, Escreve Oliveira Lima:

"A consciência do dever foi a regra por excelência de sua existência, e revestiu-o dessa notável coragem moral, que ficará como um traço impercível da sua memória e sobre a qual descansa a sugestão de sua grandeza de homem e de soberano" – Ob. cit., p. 403.

19. Cf, Moura, OSB, D. Odilão – *As Idéias Filosóficas e Religiosas nos Debates da Constituinte de 1823*. *Revista Brasileira de Filosofia*, SP, v. XXV, 98, pp. 192 ss.

20. Macedo, Ubiratan Borges de – *A Liberdade no Império*. S. Paulo, Ed. Convívio, 1977, p. 145; *Metamorfoses da Liberdade*, Ibrasa/MEC 1978; Barreto, Vicente – *Ideologia Política no Pensamento de José Bonifácio de Andrada e Silva*. Rio, Zahar Ed., 1977, p. 123

21. No nosso trabalho supracitado (nota 19), é analisada a Teologia de Lion, que teve grande repercussão no clero da época. Escreve Oliveira Lima: "O clero nacional era decididamente liberal e parte dele até maçon. Mais perto estava, em bom número, das prerrogativas do Estado que dos privilégios canônicos, do temporal que do espiritual" – Ob. cit., p. 436.

22. Viana, F. J. Oliveira – *O Idealismo da Constituição*. Rio, Ed. Terra e Sol, 1927; *O Ocaso do Império*. SP, Melhoramentos, 1925, p. 125. Sobre o Positivismo e a sua ação no Brasil, ver: Paim, Antônio – *História das Idéias Filosóficas no Brasil*, SP, Grijalba, 1967, p. 180; Torres, J. C. de Oliveira – *O Positivismo no Brasil*. Petrópolis. Vozes, 1943; Lins, Ivan – *História do Positivismo no Brasil*. 2ª ed. SP, Ed. Nac., 1967; Costa, João Cruz – *Contribuição para a História das Idéias no Brasil*. Rio, José Olympio Ed., 1956. p. 138.

23. Cf. Torres, J. C. de Oliveira – Ob. cit. p. 79.

24. Aslan, Nicola – *Grande Dicionário Enciclopédico da Maçonaria e simbologia*. Ed. Arte Nova S/A, 1974, v. I, p, 290.

25. Aslan, Nicola – Ob. cit. p. 336.

26. Aslan, Nicola – Ob. cit. p. 338.

27. Aslan, Nicola – Ob. cit. p. 339.

28. Kloppenburg, Boaventura – *A Maçonaria no Brasil*, 2ª ed. Petrópolis, Vozes, 1956; Benimeli, J. A. F. e outros – *Maçonaria e a Igreja Católica, ontem, hoje e amanhã*, SP, Ed. Paulinas, 1981. Tradução e adaptação de Valério Weberton, do Livro *La Masoneria despues del Concilio*. Para esclarecimento do leitor, é de se saber que conservam a vigência das proibição da Igreja, no tocante ao ingresso dos católicos na maçonaria, conforme as declarações da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, de 19 de julho de 1974, e de 17 de fevereiro de 1981. Sobre a atuação da maçonaria em nossa história política é sempre útil a leitura da obra de Gustavo Barroso: – *A História Secreta do Brasil*, não obstante o seu caráter polêmico e algumas conclusões exorbitantes. Cf. Barroso, Gustavo – *Historia Secreta do Brasil*. BPB, Brasiliana, 3 v., n. 76.

29. Rousseau, J. J. – *Contrat Social*. Paris, Garnier, 1931, p. 335.

30. Cf. Vacant – *Dictionnaire de Théologie Catholique*, VIII, col. 1543, Josephisme.

31. Os privilégios eclesiásticos concedidos aos reis de Portugal são enumerados, na ordem histórica, por João Camilo de Oliveira Torres: – Em 1319 o Papa João XXII instituiu a Ordem de Cristo, em Portugal, em sucessão aos templários, por iniciativa do rei Dinis, o Lavrador; em 13 de março de 1455, o Papa Calixto III, atribuía ao grão-prior da Ordem de Cristo, como Prelado Nullius, jurisdição episcopal nos domínios ultramarinos de Portugal; em 19 de março de 1525, o Papa Adriano VI concedeu ao rei João III o grão-mestrado da Ordem de Cristo e o direito de recolher os dízimos e gastá-los, em parte, a serviço do Estado; em 30 de dezembro de 1531, o Papa Júlio III autoriza a incorporação das ordens religiosas militares (Cristo, Avis e Santiago) à Coroa, com as obrigações respectivas”. *Democracia Coroada*, pp. 467-468. Ver, também, embora escrita com tendências não muito favoráveis à Igreja, a obra: Domas Filho, João – *O Padroado e a Igreja Brasileira*. São Paulo, Ed. Nacional, BPB, (Brasília, V. 125).

32. Cf. Nabuco, Joaquim – *Um Estadista do Império*, 2ª ed. São Paulo, Ed. Nac., 1936, v. II, p. 246.

33. Cf. *Consultas do Conselho de Estado sobre Negócios Eclesiásticos*, compiladas por ordem do senhor ministro do Império – Rio de Janeiro, 1869.

34. Ver: Maria, Júlio – *O Catolicismo no Brasil*, (Memória Histórica), Agir, 1950, p. 138, 158 ss.

35. Cf. Nabuco, Joaquim – Ob. cit., v. II, p. 259,

36. Cf. Calógeras, Pandiá – Ob. cit., pp. 310 ss. Lê-se na Carta Pastoral Coletiva dos Bispos Brasileiros, de 1890, o seguinte: “Entre nós a opressão exercida pelo Estado em nome de um pretense Padroado foi uma das principais causas do abatimento da Igreja, do seu atrofiamento quase completo. Era uma proteção que nos abafava. Não eram só incursões contínuas no domínio da Igreja; era a frieza sistemática, para não dizer desprezo, respondendo quase sempre às urgentíssimas reclamações dela; era a prática de deixar dioceses, por largos anos, viúvas de seus pastores, sem se atender ao clamor dos povos e à ruína das almas; era o apoio oficial dado a abusos que estabeleciam a abominação da desolação no lugar santo; era a opressão férrea a pesar sobre os institutos religiosos – eflorescência necessária da vida cristã – vedando o Noviciado, obstando-se a reforma e expiando-se baixamente o momento em que expirasse o último frade para se por mão viva sobre esse sagrado patrimônio chamado de mão morta. Chegou-se até à perseguição! E a Igreja do Brasil viu, com horror, dois de seus Bispos como se foram vis criminosos, condenados, por sentença de justiça, a carregar baldes e a varrer a liberdade da consciência católica, em face da prepotência do Cesarismo”. São Paulo, Tipografia Salesiana, 1890, p. 45.

37. “Sou evolucionista...” – afirmou ele lendo a obra de Pressencé, *Les Origines*. Apud Calmon, Pedro. Ob. cit., p. 109.

38. Cf. Ob. cit., p. 110.

39. “D. Pedro II tinha o espírito fortemente imbuído do preconceito anti-sacerdotal. Ele não era propriamente anticlerical, não via perigo por parte do clero: o que lhe inspirava interesse era a própria vocação religiosas”. Nabuco, Joaquim. Ob. cit., v, II, p. 259.

40. “Não era o soberano um católico pessoalmente praticante, ou melhor dito militante. (...) Diferente e até generoso nos seus atos, era porém emancipado nas suas idéias ou pelo menos independente, como recorda Basílio Magalhães, que por isso o trata de católico livre-pensador, como já o tratara Nabuco de católico limitado. Lima, Oliveira – Ob. cit., p. 437.

41. Cf. Calmon, Pedro. Ob. cit., p. 109.

42. “O Seminário de Olinda era um ninho de idéias liberais, e idéias liberais eram idéias subversivas, escreveu Oliveira Lima”. Leopoldo, D. Duarte – *O Clero e a Independência*. Rio, Ed. Centro D. Vital, 1923, p. 77.

43. Cf. Lira, Heitor – Ob. cit., v. I, pp. 44 ss.

44. Cf. Pinho, Wanderley – Ob. cit., p. 240. “A um sacerdote que diante do imperador afirmava caber à Igreja a preeminência nas questões que se discutiam sobre o *placet*, este responde de imediato: “Como chefe do poder civil e defensor nato da Constituição Brasileira, protesto”. Calmon, Pedro. Ob. cit., p. 314.

**O timbres nos brasões de armas
brasileiras dos 1º e 2º Reinados**

Aristides Monteiro

O uso de ornamentos fixados aos elmos vem de épocas remotíssimas. Desde a Antigüidade e até a Idade Média (em seu período pré-heráldico), os guerreiros costumavam trazer seus elmos adornados das mais extravagantes formas e, com notável preferência, por figuras de animais. Alguns autores procuram divisar, nesse hábito, traços de manifestações materiais de origem totêmica. Mas, já no tempo dos torneios, tais ornatos passaram a revestir-se de caráter eminentemente pessoal e identificador dos respectivos portadores, que ficavam irreconhecíveis dentro da armadura. Até essa época, os mais antigos estudiosos da Armaria silenciaram sobre os atributos externos dos brasões de armas, e sua representação só passou a merecer atenção quando se cuidou especificamente da doutrina heráldica.

Ao consolidar normas gerais regulamentadoras da composição e do uso das armas, a ciência heráldica não pode esquivar-se de considerar esse meio de identificação individual. Desde então, o vocábulo “timbre” passou a designar todos os ornamentos do brasão de armas colocados do lado externo e superior do escudo, para distinguir os diversos graus de nobreza e dignidade, inclusive elmos, coroas e coronéis. O timbre aparece somente em fins do séc. XIII e se generaliza no decorrer do séc. XIV, mas seu uso não era constante.

Vários heraldistas discordam dessa designação genérica e preferem restringir seu significado apenas ao enfeite do elmo (cimeira) que assim se confunde com o timbre. Almeida Langhans, por exemplo, chega a declarar que: “Em Armaria, timbre é a cimeira ornamental e simbólica do elmo”.

Em geral, a cimeira é uma parte do timbre e representa-se por uma figura assentada no cimo do elmo, ao qual se fixa pelo virol ou torçal e às vezes por atilhos. A essa figura os franceses chamam *cimier*, os italianos *cimiero*, os espanhóis *cimera*, os alemães *helmteeken* e os ingleses *crest*.

Embora esteja estritamente ligada ao elmo, a cimeira adquiriu tamanha importância em alguns países, notadamente na Alemanha e na Inglaterra, que passou também a ser representada isoladamente, sem o escudo-de-armas e independente do elmo ou do coronel, assentada apenas no virol.

Na heráldica brasileira, são poucos os brasões de armas cujas cartas de concessão mencionam a cimeira e, quando o fazem, dão-lhe o nome de timbre, indicando à parte a coroa e o paquife.

É interessante notar que, muitas vezes, essas cartas de brasão outorgam timbres pertencentes a brasões de armas da nobreza lusitana, sem entretanto descrevê-los, limitando-se à indicação do apelido familiar de seus portadores. Outras vezes, descrevem tais timbres portugueses, mas imperfeitamente, quando não com algumas omissões e erros evidentes.

Por força de sua origem, ordinariamente não se concediam timbres aos não combatentes, como os eclesiásticos e às mulheres, embora haja exceções.

O indicador que se segue habilita os leigos à identificação – pelos timbres – dos titulares brasileiros que os usaram em seus brasões de armas; e para facilidade da consulta arrola as figuras e peças em ordem alfabética.

As descrições em itálico foram transcritas tal como constam do *Arquivo Nobiliárquico Brasileiro*, organizado pelos barões de Vasconcelos e Smith de Vasconcelos, onde se relacionam títulos criados de 1822 a 1889 por d. Pedro I, d. Pedro II e pela princesa imperial regente, d. Isabel. Alguns deles tinham sido anteriormente criados pelo príncipe regente (depois d. João VI) quando de sua permanência no Rio de Janeiro (1808-1821) e estes foram confirmados para o Brasil e elevados de categoria por seu filho, nosso primeiro imperador.

É sabido que aquela obra pioneira se ressentia de falhas e por isso as transcrições vão acompanhadas de comentários elucidativos, baseados nas seguintes fontes: *Armorial Português*, de G. L. Santos Ferreira (1920-23); *Nobiliário Sul-rio-grandense*, de Mário Teixeira de Carvalho (1937); *Brasonário de Portugal*, de Armando de Matos (1940-43); *Armorial Lusitano*, da Editora Enciclopédia Ltda. (1961); *Anuário do Museu Imperial*, Petrópolis; publicações do *Instituto Genealógico Brasileiro*, São Paulo, e de notas esparsas divulgadas em artigos diversos.

Tenentes, suportes e apoios foram raramente usados na ornamentação exterior dos brasões de armas dos titulares brasileiros dos 1º e 2º Reinados. *O Arquivo Nobiliárquico Brasileiro* descreve apenas cinco deles, nos verbetes Escragnolle, Maranhão, Mauá, Muriaé e Taunay. Por ali se vê que o barão e visconde de Mauá usava como tenentes dois Mercúrios de carnação, com manto azul e asas, caduceu e bolsa de ouro; também como tenentes o barão e a viscondessa de Muriaé usavam dois índios ornados de penas coloridas tendo na mão um ramo de cana e café, apoiados sobre um listel de vermelho com a legenda em letras de prata: *spes crux mea est*.

Como suportes, o barão de Escragnolle usava duas águias de sua cor; o marquês do Maranhão, dois galgos; o visconde de Taunay, um leão à destra e uma águia à sinistra. Parece que o barão do Catu usava como apoios palmas de coqueiro rematadas por cocos, mas estes não estão mencionados no *Arquivo Nobiliárquico Brasileiro*.

AÇOR

Um açor com uma perdiz nas unhas do pé direito, tudo de sua cor (Fig. 1).

1º barão de Pati do Alferes, depois visconde de Lorena e marquês de Jacarepaguá. O timbre concedido foi o dos Velosos, de Portugal: um açor de sua cor, armado de ouro, segurando na garra destra uma perdiz também de sua cor.

ÁGUIA

Uma águia estendida de prata (de uma só cabeça) coroada de ouro (Fig. 2).

Barão de Itapema. O brasão não consta do *Arquivo Nobiliárquico Brasileiro*, mas o barão usou as armas dos Alves, de Portugal.

Uma águia de preto estendida (Fig. 3).

1º barão de Nova Friburgo.

Uma águia preta estendida (Fig. 4).

2º barão, visconde e conde de Nova Friburgo.

1º barão, visconde e conde de São Clemente.

2º barão de São Clemente.

Uma águia de negro aberta e coroada da mesma cor (Fig. 5).

Dr. Carlos Dias Delgado de Carvalho, não titular. O timbre é dos Duque-Estrada, de Portugal.

Uma águia de sable abezantada de prata (Fig. 6).

Barão de Maroim. O timbre é dos Melo, de Portugal.

Uma águia de preto, estendida, com uma estrela de prata, de seis pontas, no peito (Fig. 7).

1º barão e visconde do Rio Seco, por Portugal, marquês de Jundiaí.

Uma águia de sua cor, com um saleiro de ouro no bico (Fig. 8).

Barão de Santo André, Paulo de Amorim Salgado, não titular. O timbre é dos Salgados, de Portugal.

AMOREIRA

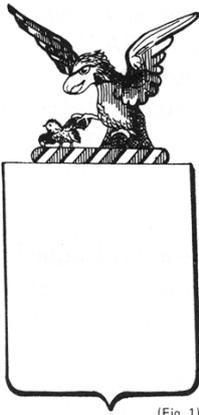
Uma amoreira verde (Fig. 9).

João Batista Pereira Lobo, não titular. Francisco Joaquim Pereira Lobo, idem. Francisco Leopoldino de Gusmão Lobo, idem. O timbre concedido foi o dos Campelos, que usavam as antigas armas dos Moraes, de Portugal, cujo timbre era uma amoreira arrancada, de verde.

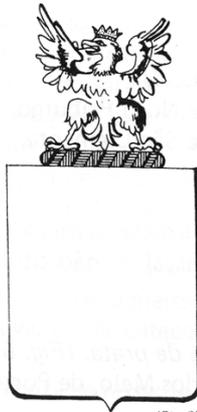
ASA

Um coto de águia de ouro (Fig. 10).

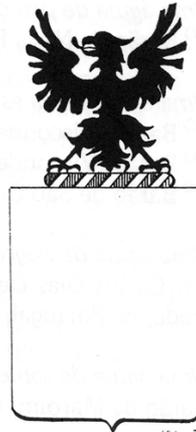
Barão do Serro Largo. Barão de Teresópolis. As armas do barão de Serro Largo não constam do Arquivo Nobiliárquico Brasileiro. O timbre concedido é o dos Abreus, de Portugal: uma asa de ouro.



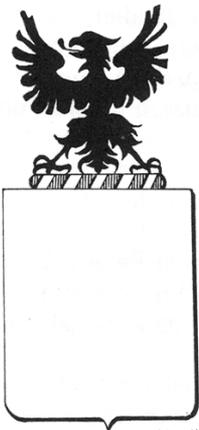
(Fig. 1)



(Fig. 2)



(Fig. 3)



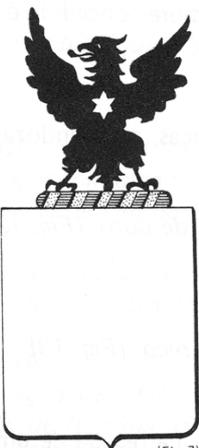
(Fig. 4)



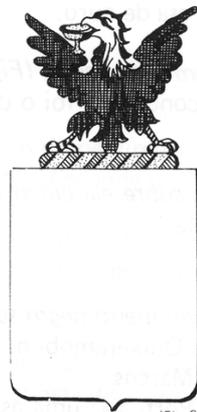
(Fig. 5)



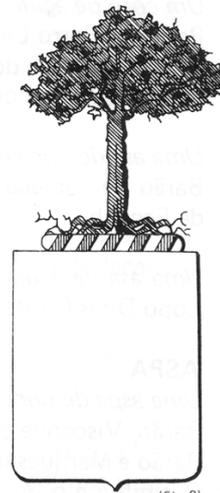
(Fig. 6)



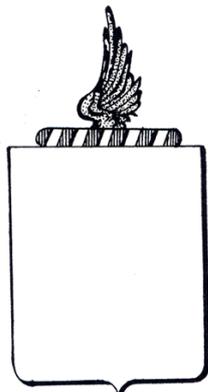
(Fig. 7)



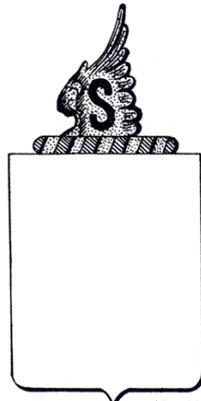
(Fig. 8)



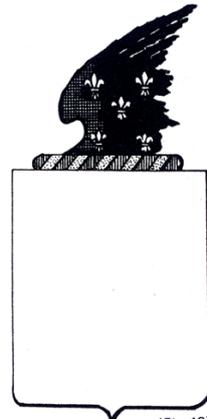
(Fig. 9)



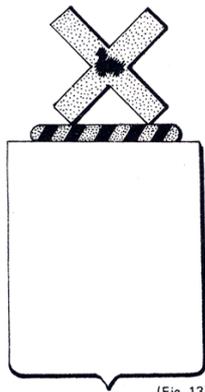
(Fig. 10)



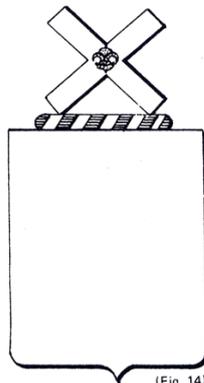
(Fig. 11)



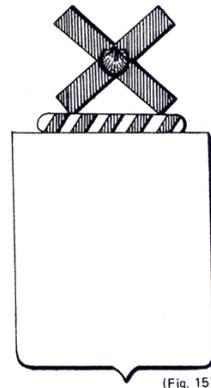
(Fig. 12)



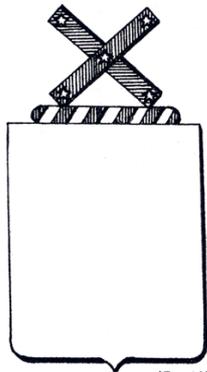
(Fig. 13)



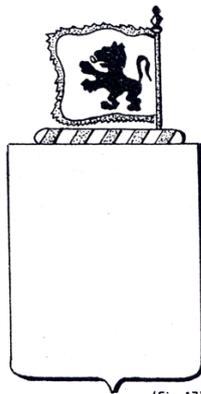
(Fig. 14)



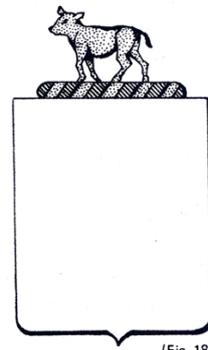
(Fig. 15)



(Fig. 16)



(Fig. 17)



(Fig. 18)

Uma aspa de prata com uma flor-de-lis de ouro (Fig. 14).

Barão de Japurá.

Barão, visconde, conde e marquês de Tamandaré.

Joaquim Miguel Ribeiro Lisboa, não titular. O timbre concedido foi o de Oliveiras (de Domingos Joanes), mas no timbre destes a flor-de-lis é de vermelho e não de ouro.

Uma aspa de vermelho com uma vieira por cima (Fig. 15).

1º barão de Palmeiras.

2º barão de Palmeiras.

Barão de Werneck.

Luís Quirino da Rocha Werneck, não titular.

O timbre concedido é o dos Rochas, de Portugal: uma aspa de vermelho carregada de uma vieira de ouro.

Uma aspa vermelha e azul, uma perna de cada cor, e carregadas nela cinco estrelas de ouro (Fig. 16).

Barão do Engenho Novo.

1º barão de Itu.

Visconde, conde e marquês de Itu.

1º barão de Piracicaba.

2º barão de Piracicaba.

Barão de Tatuí.

O timbre é o dos Barros, de Portugal. Uns mencionam, em vez de “aspa vermelha e azul, uma perna de cada cor”, “um bastão de vermelho e outro de azul, passados em aspa”. As estrelas são de seis pontas.

BALUARTE

(Ver: canto de muralha).

BANDEIRA

Uma bandeira de prata com um leão de negro dentro dela, com as franjas e haste de ouro (Fig. 17).

Baronesa de Alenquer.

O timbre não consta do Arquivo Nobiliárquico Brasileiro e sim na carta-de-brasão escrita por Luís Aleixo Boulanger e assinada pelo rei-de-armas Manuel dos Santos Canramona, em 10/08/1872, a qual está publicada na Revista do Instituto Genealógico da Bahia, n. 1945, p. 82. Nela se lê: “servindo-lhe de timbre a mesma Bandeira do Escudo”, cuja descrição foi transcrita na carta. Mas no brasão descrito pelos barões de Vasconcelos, a bandeira é de ouro, franjada de prata com um leão rompente de azul, armado de púrpura, e a bandeira enfiada em uma haste de ouro com os ferros de sua cor.

BEZERRO

Um bezerro sem chifres (Fig. 18).

Benjamim Franklin Torreão de Barros, não titular.

O timbre é tirado dos Bezerras, de Portugal: uma bezerra de ouro (andante, com o rabo sobre a anca).

BRAÇOS

Dois braços armados de prata com uma caldeira de negro nas mãos, com asas formadas de serpes também negras (Fig. 19).

Barão e visconde de Pirapetinga. O timbre concedido foi o dos Vilhegas: dois braços armados de prata, as mãos de carnação, segurando uma caldeira de negro com asas serpentíferas de verde.

BRAÇOS DE LEÃO

Dois braços de leão de ouro, em aspa (Fig. 20).

João Antônio de Araújo Freitas Henriques, não titular. O timbre concedido foi o dos Freitas, de Portugal: dois braços de leão, de ouro, passados em aspa.

BUSTO

Ver MOÇA e NÁIRE.

CABEÇA DE ÍNDIO

Uma cabeça de índio arari com turbante (canitar) de penas de cores (Fig. 21).

1º barão do Amparo.

2º barão do Amparo.

Barão e visconde de Barra Mansa.

Barão do Rio Negro.

CABEÇA DE LEÃO

Uma cabeça de leão de ouro, saindo-lhe da boca um cardo de verde, florido de prata (Fig. 22).

Cândido José Cardoso, não titular.

Francisco José Cardoso, idem.

Francisco José Cardoso Júnior, idem.

José Francisco Cardoso, idem.

Manuel José Cardoso, idem.

O timbre concedido é o dos Cardosos, de Portugal: uma cabeça de leão de ouro com um cardo de verde na boca; ou uma flor de cardo de prata, com haste e folhas de verde, saínte em pala da boca de uma cabeça de leão de ouro.

CABEÇA DE NEGRO

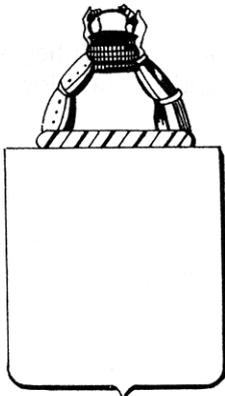
Uma cabeça de negro com pendentes nas orelhas e nariz, e colar, tudo de ouro (Fig. 23).

Francisco Martins de Almeida, não titular. O timbre concedido foi o dos Gomes: uma cabeça de negro com colares e pingentes de ouro nas orelhas e no nariz. É igual ao dos Minas: uma cabeça de negro com colares e argolas de ouro nas orelhas e nas ventas.

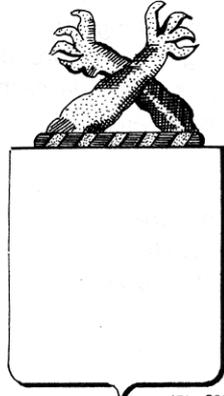
CABEÇA DE SERPE

Uma cabeça de serpe de ouro (Fig. 24).

Luís Moutinho de Lima Álvares e Silva, não titular, enviado diplomático em Roma. Não consta do Arquivo Nobiliárquico Brasileiro. Foi encontrado por José Heitgen numa carta timbrada de 17 de maio de 1851, conf. *Anuário do Museu Imperial*, IV, 169.



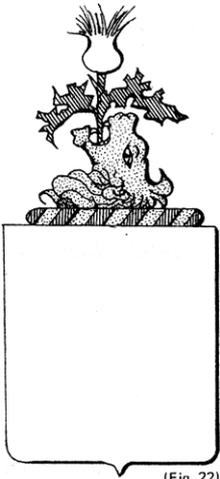
(Fig. 19)



(Fig. 20)



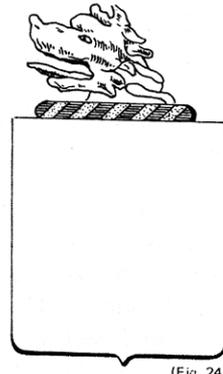
(Fig. 21)



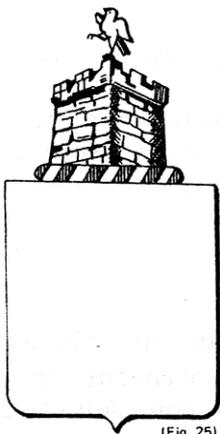
(Fig. 22)



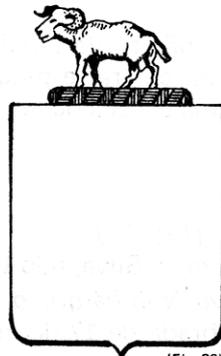
(Fig. 23)



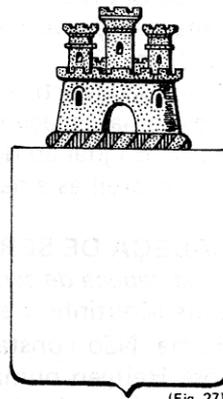
(Fig. 24)



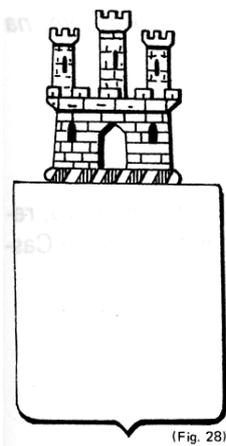
(Fig. 25)



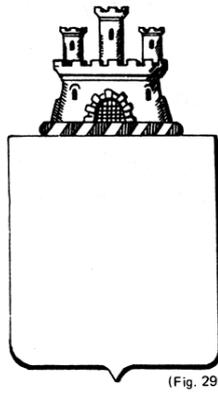
(Fig. 26)



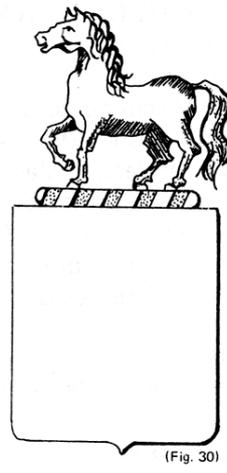
(Fig. 27)



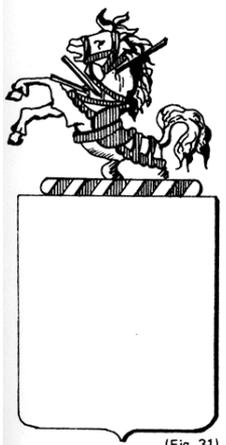
(Fig. 28)



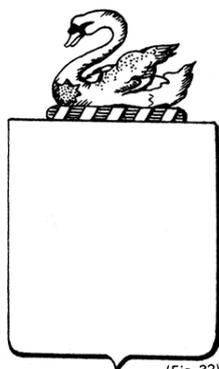
(Fig. 29)



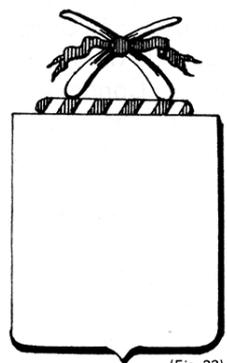
(Fig. 30)



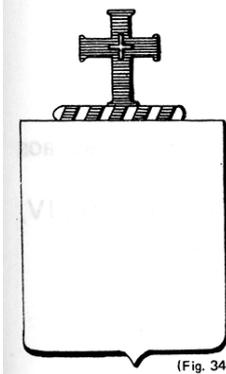
(Fig. 31)



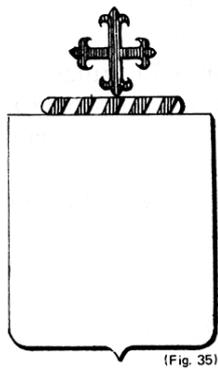
(Fig. 32)



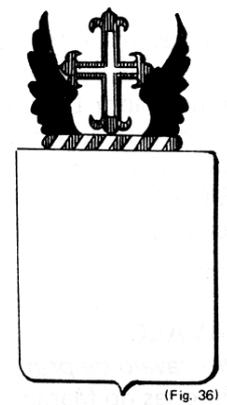
(Fig. 33)



(Fig. 34)



(Fig. 35)



(Fig. 36)

CANTO DE MURALHA (BALUARTE)

Um baluarte ou canto de muralha de prata, posto de quina, e sobre ele, na ponta, um pombo do mesmo metal (Fig. 25).

1º visconde de Castro

2º visconde de Castro

Viscondessa e marquesa de Santos

Barão de Sorocaba.

O timbre é o dos Cantos de Portugal: baluarte de prata, lavrado de negro, rematado por um pombo vigilante do mesmo metal. Há vários timbres de Castros diferentes deste.

CÃO

(Ver: AÇOR e LEBRÉU)

CARNEIRO

Um carneiro de prata, passante, armado de ouro (Fig. 26).

1º barão e 1º visconde de Araruama.

2º barão e 2º visconde de Araruama.

Barão de Monte de Cedro.

Barão e visconde de Quissamã.

Barão de São Brás.

Visconde de São Salvador de Campos.

Barão e conde de São Simão.

1º barão de Ururáí.

2º barão e visconde de Ururáí

Barão e conde de Vila Nova de São José.

O timbre concedido foi o dos Carneiros, de Portugal.

CASTELO

Um castelo de ouro (Fig. 27).

Francisco de Barros Falcão Cavalcanti e Albuquerque, não titular, Pedro Alexandrino de Barros Cavalcanti de Lacerda, não titular.

Um castelo de ouro foi o timbre usado por muitas famílias de Portugal e Espanha, como por exemplo: Avalos, Carrilhos, Emaús, Fróis, Lafetá, Ledo, Moura, Patalim, Sousas de Arrouches, Torel e outros.

Um castelo de (esmalte?) (Fig. 28).

Um castelo de prata 29/3 (Fig. 29).

Comendador Luís de Sousa Dias, não titular.

Não consta do Arquivo Nobiliárquico Brasileiro.

Foi encontrado por José Heitgen num passaporte datado de Bruxelas, aos 18/06/1827.

No desenho, parece tratar-se de uma torre. Ver An. do Museu Imperial, IV, 160.

CAVALO

Um cavalo de prata, andante (Fig. 30).

Marquês do Maranhão.

Meio cavalo branco com três lançadas no pescoço em sangue, bridado de ouro, com cabeçada e rédeas de vermelho (Fig. 31).

1º barão do Rio Bonito.

2º barão e visconde do Rio Bonito.

3º barão do Rio Bonito.

O timbre concedido foi o dos Faros, de Portugal: um cavalo saínte de prata, enfreado de ouro, bridado de vermelho, as rédeas de ouro, e três lançadas no pescoço, vertendo sangue.

CISNE

Um cisne de prata com uma estrela de ouro no peito (Fig. 32).

Úrsula Maria de Almeida Carvalho, não titular. O timbre concedido foi o dos Carvalhos, de Portugal: um cisne de prata, membrado e armado de ouro, com uma estrela do mesmo, de oito raios no peito. É de notar que, em regra geral, as mulheres não deviam usar timbres. Há timbres de Carvalhos diferentes.

COSTAS

Duas costas em aspa atadas com um torçal vermelho (Fig. 33).

Barão, visconde e marquês da Gávea.

Barão e visconde da Penha.

O timbre concedido foi o dos Costas, de Portugal: duas costas de prata, passadas em aspa e atadas de vermelho. As costas ou costelas eram instrumentos do ofício de sapateiro.

CRUZ

Uma cruz de azul, com uma cruzeta de prata colocada no centro (Fig. 34).

Barão de Muriaé.

Baronesa e viscondessa de Muriaé.

A cruz do brasão é elevada.

Uma cruz de goles, florida e aberta (Fig. 35).

Barão de Cruangi.

Barão de Ouricuri.

Timbre inspirado nos dos Portos, Reinosos e Tolosas, de Portugal.

Uma cruz vermelha, florida e vazia, entre dois cotos de asas de anjo (Fig. 36).

Barão da Gamboa.

2º barão da Soledade.

Timbre inspirado no dos Pereiras, de Portugal.

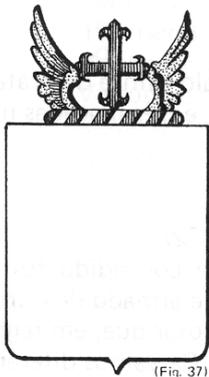
Uma cruz vermelha, guarnecida e florida de prata, entre duas asas de anjo (Fig. 37).

Barão de Saquarema.

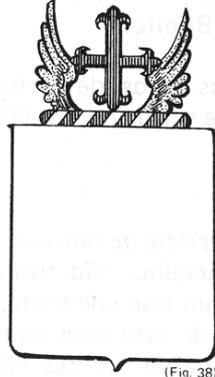
Timbre inspirado no dos Pereiras, de Portugal.

Uma cruz vermelha florida, entre duas asas de ouro abertas. (Fig. 38)

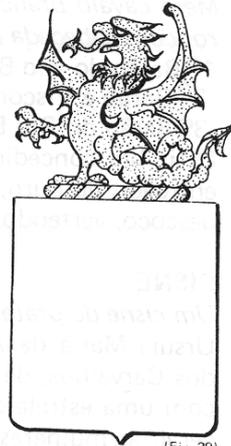
Barão de Ivinheima.



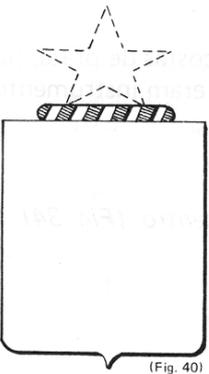
(Fig. 37)



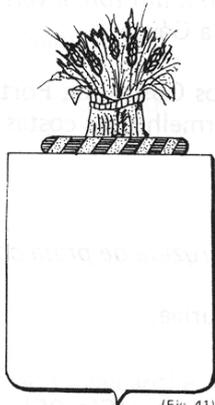
(Fig. 38)



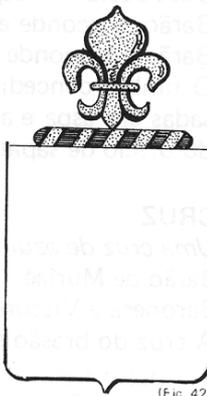
(Fig. 39)



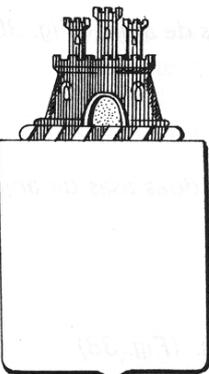
(Fig. 40)



(Fig. 41)



(Fig. 42)



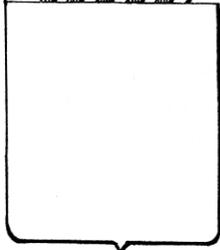
(Fig. 43)



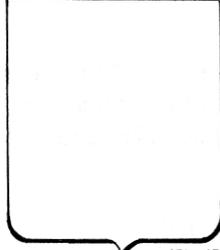
(Fig. 44)



(Fig. 45)



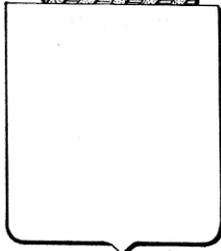
(Fig. 46)



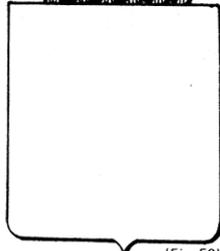
(Fig. 47)



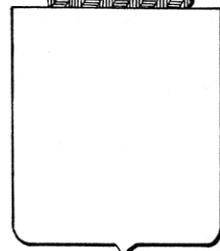
(Fig. 48)



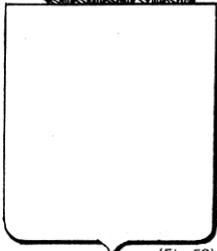
(Fig. 49)



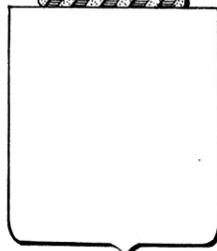
(Fig. 50)



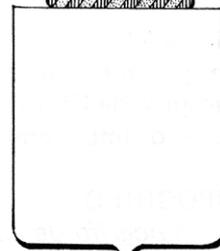
(Fig. 51)



(Fig. 52)



(Fig. 53)



(Fig. 54)

2ª baronesa de Vasconcelos.

Timbre dos Pereiras, de Portugal.

Sobre os quatro últimos timbres mencionados, é de notar que os registros se referem à cruz florida, ou como se fosse a mesma usada pelos Pereiras portugueses, que é florenciada ou flordelizada.

DRAGÃO

Um dragão de ouro (Fig. 39).

José Ferreira Porto, não titular. Era Moço da Câmara Honorário de s. m. i. d. Pedro II. Em 16/08/1879, foi-lhe concedido brasão-de-armas, descrito no Nobiliário Sul-Rio-Grandense, p. 175. Era irmão do barão de Caí.

ESTRELA

Uma estrela de (esmalte?) (Fig. 40).

1º barão de Javari

Não consta do Arquivo Nobiliárquico Brasileiro. Foi encontrado por José Heitgen num passaporte datado de Paris, a 11/06/1851, conferir An. do Museu Imperial, IV, 167. É de notar que o título de Brasão só foi concedido por decreto de 17/07/1872.

FEIXES DE TRIGO (MOLHOS)

Três molhos de trigo de sua cor com espigas (Fig. 41).

Visconde e marquês de Olinda.

A concessão se refere ao timbre dos Casados (Quesados). Dizem alguns que os “molhos de trigo com espigas” não passam de mosquetos de arminho, mal descritos por incompreensão do desenho.

FLOR DE CARDO

(Ver cabeça de leão)

FLOR-DE-LIS

Uma flor-de-lis de ouro (Fig. 42).

João Huet Bacelar Pinto Guedes Souto Maior, não titular.

O timbre concedido foi o dos Huets, de Portugal.

FORTALEZA

Uma fortaleza de vermelho (Fig. 43).

Tomás José da Silva, não titular.

No desenho do brasão figura uma torre, e não uma fortaleza ou castelo.

GRAVATÁ

Um gravata de verde (Fig. 44).

Baronesa de Gravataí.

Notar o timbre em armas femininas.

HIPOGRIFO

Um hipogrifo de castanho com asas e levantado sobre os pés, entre chamas (de ouro) (Fig. 45).

Visconde de Cavalcanti.

Barão de Muribeca.

Barão e visconde de Suaçuna.

O timbre concedido foi o dos Cavalcantis, de Portugal: hipogrifo rompente de sua cor entre chamas. Os Cavalcantis de Florença usavam: hipogrifo de negro com asas meio-abertas, erguendo o vôo entre chamas de ouro e vermelho (Fig. 46). E os Cavalcantis e Cavalcantis-Lins, de Pernambuco, usavam: hipogrifo partido de prata e de ouro, com uma asa de azul e outra de vermelho, ambas gotadas de ouro, erguendo o vôo sobre chamas de ouro e de vermelho (Fig. 47).

HOMEM

Homem saínte, vestido de azul, sem braços, com chapéu e cinto de ouro (Fig. 48).

Barão e visconde do Rio Grande.

O brasão não consta do Arquivo Nobiliárquico Brasileiro. Foi encontrado por José Heitgen num passaporte datado de Paris, aos 28/09/1846, conf. Anuário do Museu Imperial, IV, 165.

LEÃO

Um leão de ouro rompente (Fig. 49).

Francisco Maria dos Guimarães Peixoto, não titular.

Guimarães Peixoto, não titular.

Um leão de ouro rompente, armado de goles (Fig. 50J).

Barão de Anadia.

Barão de Castelo Branco.

Jacinto Pais de Mendonça, não titular.

O brasão do barão de Castelo Branco não consta do Arquivo Nobiliárquico Brasileiro.

O timbre concedido foi o dos Castelos Brancos, de Portugal: leão de ouro, armado e lampassado de vermelho. Segundo Braamcamp Freire, o leão é “andante”.

Um leão de ouro rompente, armado de prata, com uma folha de figueira ao natural, na testa (Fig. 51).

1º barão de Carapebus.

2º barão, visconde e conde de Carapebus.

Barão do Paraná.

Visconde e marquês de Paraná.

Barão de Santa Maria.

O timbre é o dos Netos, de Portugal: leão de ouro, armado de negro, rematado por uma folha de figueira de verde; ou leão de ouro, armado de negro, carregado de uma folha de figueira verde na testa.

Um leão de ouro rompente com um ramo de pinheiro na mão (Fig. 52).

Visconde de São Leopoldo.

O brasão não consta do Arquivo Nobiliárquico Brasileiro, mas acha-se publicado no Nobiliário Sul-rio-grandense, de Mário Teixeira de Carvalho, Porto Alegre, 1937.

O timbre concedido foi o dos Pinheiros, de Portugal (ramo de Barcelos).

Um leão de ouro rompente com uma maçã de ouro em ambas as mãos (Fig. 53).

Barão de Iguaçu.

Francisco Maria dos Guimarães Peixoto, não titular.

Pedro Leopoldo dos Guimarães Peixoto, não titular.

Um leão de ouro nascente, bandado de vermelho (Fig. 54).

Barão de Atibaia.

Barão, visconde e conde do Pinhal.

O timbre concedido foi o dos Botelhos, de Portugal, Há representações diversificadas desse timbre, como por exemplo: três frechas invertidas de vermelho, armadas de prata, postas em roquete e atadas de ouro; ou um leão saínte de ouro, carregado de quatro bandas de vermelho; ou leão saínte de ouro, armado e lampassado de vermelho, carregado de quatro bandas do mesmo, com um feixe três setas de vermelho, armadas de ouro; ou um leão saínte de ouro, bandado de sete peças de vermelho, lampassado de negro; aliás três setas de ouro postas em roquete e atadas de vermelho.

Um leão de ouro nascente com uma flor-de-lis de vermelho na espádua (Fig. 55).

1º barão de São João do Rio Claro.

O timbre concedido foi o dos Rodrigues: leão de ouro saínte com uma flor-de-lis de vermelho na espádua. Este é o mais antigo timbre dos Rodrigues, de Portugal. Há outros mais modernos, diferentes.

Um leão de prata com um crescente de lua na espádua esquerda (Fig. 56).

Barão de São Fidélis.

Não há indicação do esmalte do crescente.

Um leão de prata rompente, carregado de duas faixas enxadrezadas de púrpura e ouro, uma pelo pescoço e outra pela barriga (Fig. 57).

Zózimo Bráulio Barroso, não titular.

A concessão menciona o timbre dos Barrosos, mas este é em geral descrito como: leão de prata armado e lampassado de ouro, carregado de três faixas do mesmo; ou leão de prata, faixado de três peças de ouro enxequetadas de vermelho, de três tiras.

Um leão saínte, de prata (Fig. 58).

José Ribeiro da Silva, não titular.

Não consta do Arquivo Nobiliárquico Brasileiro. Foi encontrado por José Heitgen numa carta timbrada, conf. Anuário do Museu Imperial, IV, 168.

José Ribeiro da Silva foi ministro do Brasil na Rússia, onde casou com a princesa Lubanoff de Rostoff.

Um leão de goles, rompente (Fig. 59).

Barão de Caiará.

Barão de Sousa Leão.

Barão e visconde de Tabatinga.

2º barão de Vila Bela.

D. Francisco Baltasar da Silveira, não titular.

Luís Filipe de Sousa Leão, não titular.

Embora não constem do Arquivo Nobiliárquico Brasileiro como usando este timbre, adotaram-se também:

Barão de Campo Alegre.

Barão de Gurjaú.

Barão de Jaboaão.

O barão de Morenos, que era do mesmo clã, trazia o leão com uma grinalda de prata.

Um leão de vermelho, armado de ouro (Fig. 59).

Visconde e marquês de Aracati.

Um leão de goles rompente, com uma grinalda de prata florida sobre a cabeça (Fig. 60).

Barão de Morenos.

Timbre inspirado no dos Sousas do Prado, de Portugal.

Um leão rompente de vermelho, com uma grinalda florida de verde (Fig. 61).

Baltasar Rangel de Sousa Coutinho, não titular.

O registro menciona o timbre dos Sousas, mas o descrito foi o dos Sousas do Prado. É de notar que o leão deve ser de púrpura e a grinalda de prata.

Um leão rompente de ouro e vermelho, com uma grinalda florida de verde (Fig. 62).

Barão de Limeira.

Barão de Sousa Queirós.

O registro menciona o timbre dos Sousas do Prado, mas na descrição indica o leão “de ouro e vermelho” em vez de púrpura, além de não esclarecer o esmalte da grinalda, que é de prata.

Meio-leão rompente de azul, coticado de ouro (Fig. 63).

Manuel de Azevedo Coutinho Messeder, não titular. A descrição melhor seria: leão saínte, em vez de meio-leão.

Um leão azul, armado de ouro, com uma alabarda nas garras, cabo de ouro e o ferro de sua cor (Fig. 64).

Barão Homem de Melo.

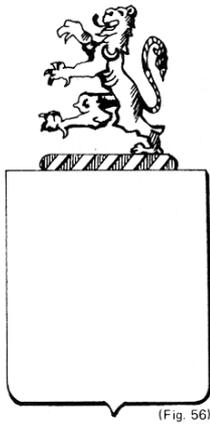
2º barão e visconde de Pindamonhangaba.

O timbre é inspirado no dos Homens, de Portugal: um leão de azul, armado de ouro, com um machado-de-armas de prata, encabado de ouro, nas mãos.

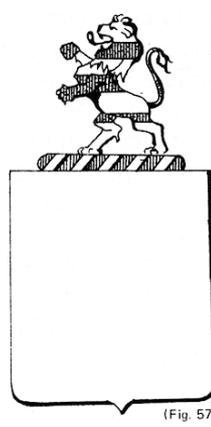
Um leão preto, andante, com três faixas veiradas e contraveiradas de prata e



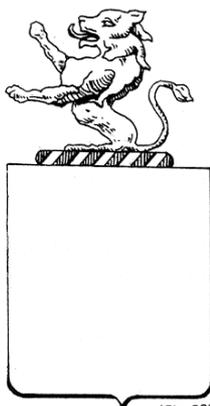
(Fig. 55)



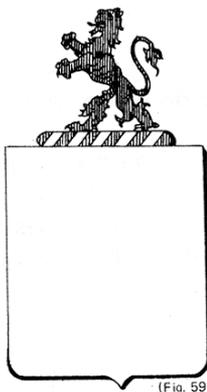
(Fig. 56)



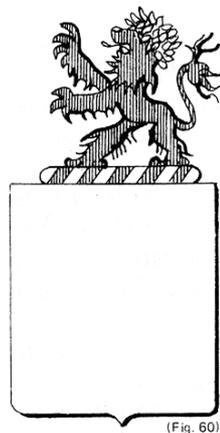
(Fig. 57)



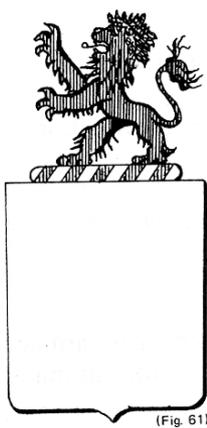
(Fig. 58)



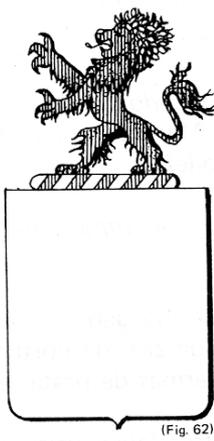
(Fig. 59)



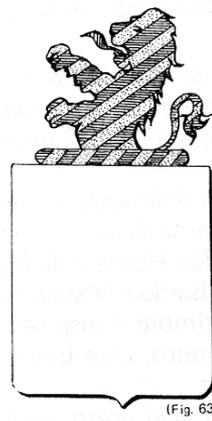
(Fig. 60)



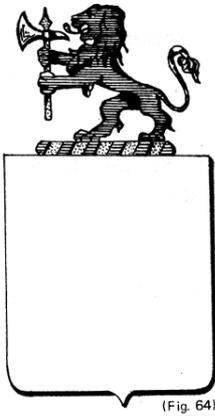
(Fig. 61)



(Fig. 62)



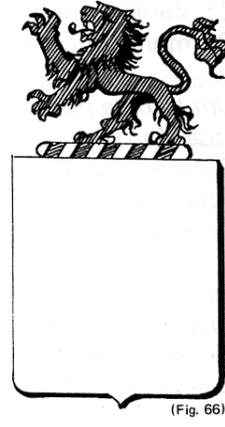
(Fig. 63)



(Fig. 64)



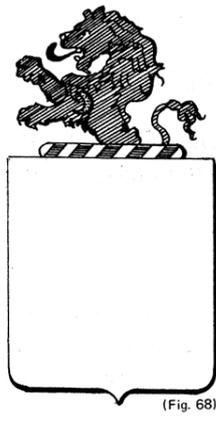
(Fig. 65)



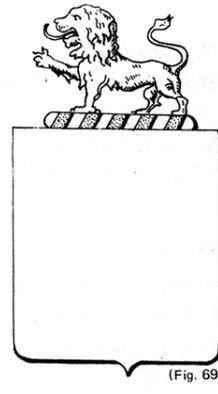
(Fig. 66)



(Fig. 67)



(Fig. 68)



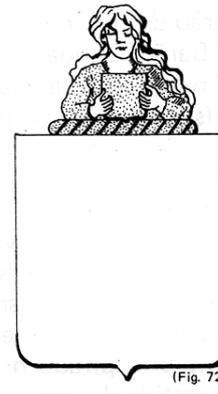
(Fig. 69)



(Fig. 70)



(Fig. 71)



(Fig. 72)

goles (Fig. 65).

2º barão de Vasconcelos.

O timbre concedido foi o dos Vasconcelos e o leão deve ser rompente.

Um leão de púrpura, armado de azul (Fig. 66).

José Marques Lisboa, não titular.

O decreto concede o timbre dos Limas, que usavam o dos Silvas: leão de púrpura, armado de azul; ou leão de púrpura, armado e lampassado de vermelho ou de azul.

Um leão rompente de púrpura, com uma espada de ouro na garra destra e uma estrela de prata na sinistra (Fig. 67).

Cândido José Pereira Codeço, não titular.

José Alexandre Pereira Codeço, não titular.

Um leão saínte de púrpura, com um crescente de ouro na espádua, armado de prata (Fig. 68).

1º visconde e 1º marquês de Paranaguá.

O timbre é o dos Barbosas, de Portugal.

Um leão passante... (esmalte?) (fig. 69).

Barão da Pedra Branca.

O brasão não consta do Arquivo Nobiliárquico Brasileiro. Foi encontrado por José Heitgen num passaporte datado em Paris, a 01/07/1826, conf. Anuário do Museu Imperial, IV, 158.

LEBRÉU

Um lebréu de sable com a boca aberta (Fig. 70).

Dr. Joaquim Cândido Soares de Meireles, não titular.

Timbre inspirado no dos Meiras, de Portugal, às vezes confundido com o dos Meireles.

LEOPARDO

Um leopardo de prata com uma estrela de goles na espádua (Fig. 71).

Barão de Geraldo de Resende.

Barão de Resende.

1º barão, conde e marquês de Valença.

2º barão de Valença.

Luís Ribeiro de Sousa Resende, não titular.

O timbre concedido foi o dos Ribeira, de Portugal.

MOÇA (busto)

Uma meia-donzela vestida de ouro, com um escudo nas mãos (Fig. 72).

Pedro Antônio Teles Barreto de Meneses, não titular.

Francisco Teles Cosme dos Reis, não titular.

Pascoal Teles Cosme dos Reis, não titular.

Timbre inspirado no dos Meneses, de Portugal e Espanha: uma donzela, saínte, vestida de ouro com um escudo do mesmo nas mãos.

MOLHOS DE TRIGO

(Ver feixes de trigo)

NÁIRE

Um náire da cintura para cima vestido ao modo da ladra, com o escudo das armas na mão (Fig. 73).

Visconde de Maranguape.

Caetano Maria de Paiva Lopes Gama, não titular.

O timbre concedido foi o dos Gamas (de Vasco da Gama), que está descrito incompletamente no registro. Ver os que se seguem.

Meio náire vestido ao modo da Índia com uma trunfa e um bolante que lhe cai pelas costas, braços nus e na mão direita um escudo das armas dos Gamas, e na esquerda um ramo de canela-verde com rosas-de-ouro (Fig. 73).

1º visconde, 1º conde e marquês de Baependi.

2º visconde e 2º conde Baependi

Barão de Santa Mônica.

Baronesa de São Mateus.

O timbre concedido foi o dos Gamas (de Vasco da Gama).

OLIVEIRA

Uma oliveira verde com frutos e raízes de prata (Fig. 74).

Barão de São João do Príncipe.

Esse timbre é dos Oliveiras de Portugal: oliveira de verde, arrancada de prata e frutada de ouro. Alguns representam a oliveira perfilada de ouro. Ver os seguintes.

Uma oliveira verde com raízes, perfis e frutos de ouro (Fig. 74).

Barão de Tibagi.

Baronesa e viscondessa de Tibagi. O timbre concedido foi o dos Oliveiras, de Portugal: uma oliveira de verde, perfilada e frutada de ouro, arrancada de prata.

SEREIA

Uma sereia com cabelos de ouro (Fig. 75).

Barão e visconde de Guaí.

O timbre é inspirado no dos Marinhos, de Portugal: uma sereia de prata com os cabelos de ouro. Outros representam a sereia “de sua cor”.

Uma sereia com espelho na mão (Fig. 76).

Visconde de Jequitinhonha.

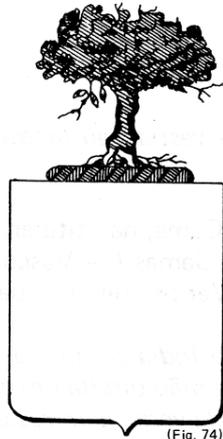
O timbre não consta do Arquivo Nobiliárquico Brasileiro, mas é descrito por José Heitgen no Anuário do Museu Imperial, vol. IV, p. 170, e também por Hélio Viana, em: *Vultos do Império*, p. 103, por onde se vê que o visconde usou dois brasões diferentes. Nenhum dos autores indica os esmaltes da sereia.

TORRE

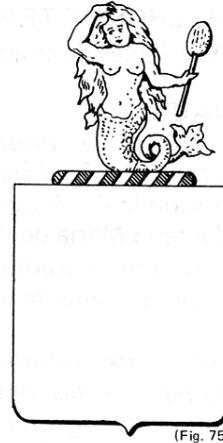
Uma torre de prata com portas e frestas de preto (Fig. 77).



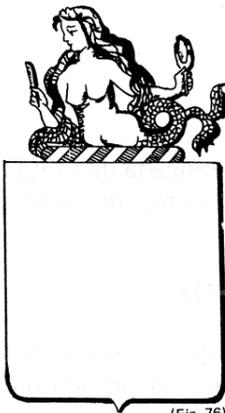
(Fig. 73)



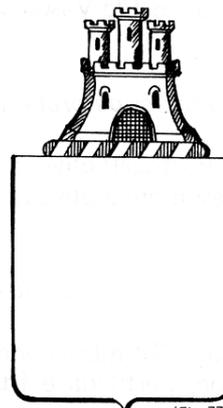
(Fig. 74)



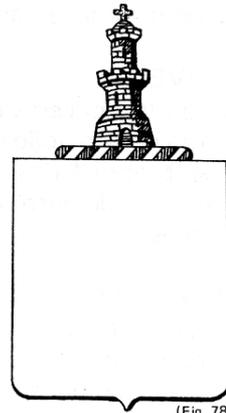
(Fig. 75)



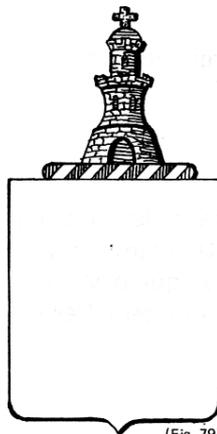
(Fig. 76)



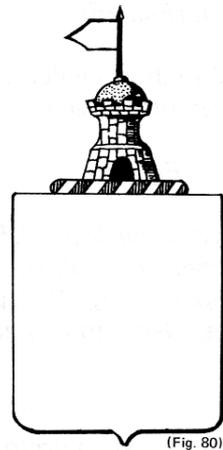
(Fig. 77)



(Fig. 78)



(Fig. 79)



(Fig. 80)

Desenhos: *Claudia Nunes*

1º barão, visconde e conde de Nioaque.

2º barão de Nioaque.

O timbre é inspirado no dos Farias, de Portugal, que usavam a mesma torre de prata, aberta e iluminada de negro, mas rematada por uma flor-de-lis de prata.

Uma torre de prata coberta de azul, com uma cruz de ouro no remate (Fig. 78).

Baronesa de Ramiz.

O timbre concedido foi o dos Saldanhas, de Portugal: torre de prata, aberta, iluminada e coberta de azul, rematada por uma cruz de ouro. Alguns mencionam a torre de prata lavrada de azul, outros de negro.

Notar o timbre em armas femininas.

Uma torre de prata, com portas e frestas de azul, lavrada de preto, coberta de azul, e uma cruz de ouro chã em cima (Fig. 79).

Visconde e marquês de Taubaté.

O timbre concedido foi o dos Saldanhas, de Portugal, já descrito na nota anterior.

Uma torre de prata lavrada de preto, coberta de ouro, e uma bandeira de prata no remate (Fig. 80).

Barão de Guarulhos.

O timbre concedido foi o dos Moraes, de Portugal: uma torre de prata, lavrada de negro, coberta de ouro e rematada por um catavento de prata. Outros apresentam a torre “torreada”, de prata, aberta, iluminada e lavrada de negro, coberta de ouro, e rematada por uma bandeira de prata.

DIVISAS DOS TITULARES BRASILEIROS DOS 1º E 2º REINADOS

AGERE NON LOQUI

Visconde e conde de Figueiredo.

AMBITIO ET IN VIDIA SIT PROCUL

1º barão do Amparo.

2º barão do Amparo.

Barão e visconde da Barra Mansa.

Barão do Rio Negro.

AQUIDABAN

Visconde de Pelotas.

AUTRE NE SERS

Duque de Santa Cruz.

AVANTE!

Barão da Passagem.

BENEFICIENTIA E PRAEMIUM

Barão de Três Serros.

BONUS HOMO DE SONO THESAURO CORDIS SUI PROFERT BONA

Barão de Santa Rosa.

CONSILIUM IN PRO VIDENDO CELERITAS IN CONFICIENDO

Visconde de Abaeté.

COR UNUM VIA UNA

Visconde e marquês de Paraná

Barão do Paraná

Barão de Santa Maria.

DEUS ET CHARITAS

1º barão, visconde e conde de Ipanema

2º barão de Ipanema.

DEUS ET LABOR

Visconde do Rio Branco.

DEUS PATRIA LIBERDADE

Barão de Arroio Grande.

DEVOIR FAIT DROIT

Visconde de Taunay.

ECCE GLORIA MEA

Barão, visconde e conde de Itaguaí.

EX TYRANNIDE LIBERTAS

Visconde de Jequitinhonha.

EXPERTO CREDITE

Barão de Jacuípe.

FAMAM EXTENDERE FACTIS HOC VIRTUTIS OPUS

Barão de Vila Maria.

HONOR VIRTUTIS PRAEMIUM

Barão e visconde de Guaí
2º barão de São Luís.

INS POLIT

Barão de Andra (no 3º do esquartelado).

IN VERBA TUA SUPER SPERAVI

Conde de Santa Fé.

LABOR ET FIDES

Barão de Ramiz
Baronesa de Ramiz.

LABOR IMPROBUS OMNIA VINCIT

Barão e visconde de Mauá.

LIBENTER

Barão do Fonseca.

LONGE FERT LEVIS AURA

Barão de Escragnole.

NON CONFUNDAR IN AETERNUM

Conde de Santo Agostinho.

NUNQUAM DEFLECTO

Barão de Teresópolis.

PARCITAS ET LABOR

Barão de São João de Icaraí.

PATRIOTISMO

Barão de Itaquiatiá.

PERSEVERANTIA

Barão de Vitor.

PLUS HAULT

Dr. Carlos Dias Delgado de Carvalho, não titular.

POTIUS MORI QUAM FIDEM FALLERE

1º barão, visconde e conde de Nioaque.

2º barão de Nioaque.

QUASCUNQUE FINDIT

Barão de Iguaçu.

Francisco Maria dos Guimarães Peixoto, não titular.

Pedro Leopoldo dos Guimarães Peixoto, não titular.

SEMPRE PROMPTO

Barão de Melgaço.

SPES CRUX MEA EST

Barão de Muriaé.

Baronesa e viscondessa de Muriaé.

TIVE SANTO AMOR À LEI

2º barão de Muritiba (a divisa é anagrama de Manuel Vieira Tosta).

UBIQUE PAIRIA MEMOR

Barão do Rio Branco.

VELE NESSA GLORIA

1º barão de São João da Barra.

2º barão e visconde de São João da Barra (a divisa é anagrama de José Alves Rangel).

VIRTUTE ET HONORE

Barão de Avelar e Almeida.

VIRTUTE ET LABORE

Marquês do Maranhão.

Barão de Oliveira Roxo.

1º barão da Vargem Alegre.

2º barão e visconde da Vargem Alegre.

RELAÇÃO DOS TIMBRES

AÇOR
ÁGUIA
AMOREIRA
ASA
ASPA

BALUARTE
BANDEIRA
BEZERRO
BRAÇOS
BRAÇOS DE LEÃO
BUSTO

CABEÇA DE ÍNDIO
CABEÇA DE LEÃO
CABEÇA DE NEGRO
CABEÇA DE SERPE
CANTO DE MURALHA
(BALUARTE)

CÃO
CARNEIRO
CASTELO
CAVALO
CISNE
COSTAS
CRUZ
DRAGÃO
ESTRELA

FEIXES DE TRIGO
(MOLHOS)
FLOR DE CARDO
(VER CABEÇA DE LEÃO)
FLOR-DE-LIS
FORTALEZA

GRAVATA

HIPOGRIFO
HOMEM

LEÃO
LEBRÉU
LEOPARDO

MOÇA
(BUSTO)

MOLHOS
(VER FEIXES DE TRIGO)

NÁIRE

OLIVEIRA

SEREIA
TORRE

**Evolução do sistema
eleitoral no Império**

Vicente Barreto



José Antônio Saraiva (1823-1895). Natural da Bahia, bacharel em Direito; foi senador do Império e ministro em vários gabinetes; além de presidir os gabinetes de 1880 e 1885. Foi o grande artífice da reforma eleitoral.

Biblioteca do Museu Imperial

“Numa sociedade política bem constituída, a opinião pública dirige o governo, mas, nem o governo deve ser o juguete das paixões populares, inflamáveis irrefletidas e muitas vezes brutais, nem a Nação dever ser humilhada e, cabisbaixa, só mover-se ao aceno do governo. Governo e governados devem, reciprocamente, influir uns sobre os outros, de modo que, nem as impressões das massas grosseiras predominem e arrastem o governo, como acontece na demagogia, nem os governados se destinem ao aviltamento da obediência passiva como no despotismo”.

*Francisco Belisário de Sousa – O Sistema Eleitoral do Império,
Cap. I, p. 11*

Se não fosse conhecido o autor do texto acima, como um ilustre e valeroso contribuinte para o conhecimento histórico e análise da questão eleitoral brasileira, em uma época da maior importância, por marcar o período em que o Brasil despontava como Estado soberano, independente, poderíamos afirmar tratar-se de um texto de autor contemporâneo, pela preocupação que demonstra em estabelecer, através da representação política, as relações entre governantes e governados.

Ao ser proclamada a Independência, seguiu-se o período da emancipação política, quando começou a ser criado o novo Estado, desde o início do Brasil independente, cunhado sob a inspiração dos ideais do constitucionalismo liberal das primeiras décadas do século XIX. O grande debate que se travou então, na opinião pública nacional, consistiu, precisamente, na definição jurídica dos ideais políticos de liberdade, igualdade, segurança e propriedade. A dinâmica legal das instituições políticas imperiais explícita de forma precisa o debate contínuo levado a efeito durante o período da monarquia, preocupado em aprimorar as relações entre governantes e governados e expressar aquele ponto de equilíbrio institucional advogado por Francisco Belisário de Sousa, como o modo mais perfeito de assegurar o império da opinião pública. A primeira Constituição brasileira, a Constituição do Império, outorgada em 25 de março de 1824, fixou os dispositivos de cunho eleitoral, que forneceram os fundamentos básicos para todas as regulamentações por que passou o processo eleitoral brasileiro no Império, desde as primeiras instruções eleitorais, baixadas por decreto de 26 de março, no dia imediato à outorga da Constituição, até a acentuada reforma eleitoral introduzida pela Lei de 1881, a famosa Lei Saraiva, que modificou radicalmente o sistema eleitoral até en-

tão utilizado, baseado no sistema das eleições indiretas, instituindo o sistema das eleições diretas, identificado como o processo garantidor da pureza do sistema representativo numa democracia.

A Constituição do Império adotou, quanto à estrutura do Poder Legislativo, o sistema bicameral (2 câmaras): Câmara dos Deputados/Senado que, juntas, formavam a Assembléia Geral.

Outorgando a Constituição, o ato imediato do imperador foi a expedição do Decreto de 26 de março, pelo qual Sua Majestade, justificando seu gesto pela legitimidade garantida pela maioria do povo brasileiro, determinava a imediata eleição dos parlamentares da Assembléia Geral e dos componentes dos Conselhos Gerais de Províncias.

As Instruções Eleitorais de 1824 constituíram a primeira lei eleitoral do Império e, conseqüentemente, do Estado brasileiro, tendo vigorado por mais de 20 anos sem sofrer não mais que pequenas alterações. Em linhas gerais, o processo eleitoral da época pode ser assim descrito: os parlamentares, que constituíam o Poder Legislativo e os membros dos Conselhos Gerais de Província, eram eleitos de forma indireta, por colégios eleitorais, que por sua vez eram compostos por eleitores, escolhidos em eleições primárias, da qual participavam os cidadãos que preenchessem as exigências constitucionais.

Dispondo sobre as eleições, determinava a Constituição que as “nomeações” dos deputados e senadores para a Assembléia Geral e dos membros dos Conselhos Gerais das províncias seriam realizadas através de eleições indiretas, elegendo a massa dos cidadãos ativos, em assembleias paroquiais, os eleitores de províncias, e estes os representantes da Nação e Província.

Nas eleições primárias teriam voto os cidadãos brasileiros no gozo de seus direitos políticos e estrangeiros naturalizados, sendo excluídos de votar nas assembleias paroquiais os menores de 25 anos, religiosos, filho-família, criados de servir e os que não tivessem renda líquida anual de 100\$000 (cem mil réis) “por bens de raiz, indústria, comércio ou emprego” (Const. 1824, art. 92).

Podiam ser eleitores e votar na eleição dos deputados, senadores e membros dos Conselhos de Província todos os que podiam votar na assembleia paroquial; excetuados: 1º) os que não tivessem de renda líquida anual 200\$000 (duzentos mil réis) por bens de raiz, indústria, comércio ou emprego; 2º) os libertos; 3º) os criminosos pronunciados em querela ou devassa (art. 94).

Todos os que pudessem ser eleitores seriam hábeis para serem “nomeados” deputados, excetuados: 1º) os que não tivessem 400\$000 (quatrocentos mil réis) de renda líquida; 2º) os estrangeiros naturalizados; 3º) os que não fossem católicos, religião do Estado.

Qualquer cidadão brasileiro poderia ser eleito deputado ou senador por qualquer província, mesmo quando aí não tivesse nascido, residido ou domiciliado.

A eleição para senador seria feita pela mesma maneira da dos deputados, mas em lista tríplex, sobre a qual o imperador escolheria o terço na totalidade da lista. Constituía requisitos para a eleição de senador, ser brasileiro, maior de 40 anos, pessoa de saber e de preferência, com serviços prestados à

nação, e ter de rendimento anual por bens, indústria, comércio ou emprego a importância de 800\$000 (oitocentos mil réis) (art. 75).

A eleição era um processo longo, necessitando de vários dias para sua concretização, ainda mais porque, antes de qualquer até neste sentido, por ser a Igreja geralmente o centro das comunidades, era obrigatório o procedimento de um culto religioso, na tentativa de acalmar os impulsos e apaziguar os ânimos, o que era quase totalmente inútil, principalmente na fase anterior à das eleições primárias, quando era feita, ou melhor dizendo, deveria ser feita a triagem dos votantes, segundo os preceitos constitucionais. As primeiras instruções eleitorais, com base constitucional, dispunham sobre as eleições das assembleias paroquiais, de onde saíam os nomes dos votantes escolhidos para integrar o corpo de eleitores paroquiais para compor, mais tarde, os colégios eleitorais.

O processo eleitoral, então estabelecido, exigia eleições em duas fases distintas: as de 1º grau, as eleições primárias, quando eram eleitos ou escolhidos, os membros da comunidade que teriam direito a voto para a escolha de cúpula representativa da nação e de suas províncias. A fase das eleições primárias exigia um procedimento preparatório, para a qualificação dos votantes, de acordo com os preceitos constitucionais, que determinavam os requisitos para o exercício do voto. Mesmo sendo exigência constitucional, os primeiros regulamentos eleitorais não estabeleciam qualquer forma pela qual os dispositivos constitucionais fossem cumpridos, daí corroborando o termo, o primarismo das eleições primárias permitia todo a sorte de jogo de interesses visando à participação ativa na situação política.

O primeiro ato do processo eleitoral, a qualificação dos votantes, era sistematicamente marcado por grandes perturbações de ordem, tumultos, discussões acirradas, que não raro se transformavam em agressões físicas, sem precisar mencionar o fato de que as fraudes eram mais do que freqüentes, eram uma constante, que iremos encontrar referida e discutida nos anais do Parlamento durante todo o período imperial.

Esta confusão permaneceu, perturbando as eleições primárias e trazendo conseqüências funestas às eleições secundárias, até entrar em vigor a Lei de 19 de agosto de 1846 – a primeira codificação, que regulamentava de forma sistemática as eleições do Império.

As Instruções de 1824 tinham duas falhas essenciais, que viciariam o processo eleitoral no início do Império. Referindo-se a elas, Francisco Belisário afirmava que o resultado da eleição paroquial dependia absolutamente da mesa eleitoral: seu poder e arbítrio não conheciam limites; sua formação era a mais irregular e filha, sempre, de desordens e demasias. À essa mesa a lei entregava um poder ilimitado. Não havia nenhuma qualificação anterior de votantes: aceitava a mesa os votos de quem queria e recusava outros a pretexto da falta de condições legais.

Em 1842, procurou-se corrigir alguns defeitos evidentes do processo eleitoral. Modificou-se a formação da mesa eleitoral, pela introdução de juntas compostas pelo juiz de paz, do distrito, em que estivesse a Matriz, como presidente, em vez do juiz de fora ou ordinário da cidade ou vila a que a freguesia pertencesse, mantendo a figura do pároco, mas introduzindo um fiscal na figura do subdelegado da paróquia. Com isto, pretendia-se diminuir o poder

de arbítrio ilimitado da mesa eleitoral, da qual dependia absolutamente o resultado da eleição paroquial,

Somente com a Lei de 19 de agosto de 1846 procurou-se modificar de forma mais consistente o sistema eleitoral. E a lei, nascida do projeto apresentado pelos deputados Paulo Barbosa e Odorico Mendes, dispunha sobre a qualificação dos votantes, a formação de juntas de qualificação, criava uma lista geral dos que tivessem direito de votar nas eleições primárias, listagem esta, que era feita sob a supervisão das autoridades competentes, principalmente dos membros das juntas, e que teria uma cópia afixada no interior da Matriz, à vista de todos para serem os nomes conhecidos e permitir denúncias, queixas e reclamações, à cerca de ilegalidades.

Não se pode negar que havia um interesse muito grande em moralizar o voto, no sentido de alcançar um certo grau de estabilidade política no menor prazo possível, levando-se em conta a pouca idade da nação, a inexperiência no exercício da autonomia política. Serviu toda esta insegurança da época, quando menos para demonstrar que os mecanismos legiferantes estavam procurando funcionar, visando, principalmente, atingir a meta do Estado, isto é, fornecer à nação os meios através dos quais fosse aperfeiçoada a autenticidade da representação política.

Porém, mesmo com a alteração contida na Lei de 19 de agosto de 1846, a história comprova que a eleição primária continuava eivada dos mesmos vícios anteriores, a começar pela fase preparatória da qualificação dos votantes, que, na maioria das vezes, qualificava os desqualificados.

A finalidade das assembleias paroquiais era eleger os que seriam eleitores de províncias, os quais deveriam escolher os deputados, senadores e membros dos Conselhos de Província, na fase secundária do processo eleitoral.

As primeiras instruções eleitorais do Império dispunham que esta eleição, ou “nomeação” usando a expressão do próprio decreto, seria regulada pela pluralidade relativa de votos. Eram eleitos por maioria relativa os eleitores da paróquia até o número que a freguesia deveria eleger; os seguintes seriam declarados suplentes, para substituições eventuais.

Após a apuração, eram avisados por carta de sua eleição. Cópias do termo lavrado no livro competente eram distribuídas aos eleitores recém-nomeados e lhes servia, como instrumento hábil, o seu diploma de eleitor.

Toda a paróquia daria tantos eleitores quantas vezes contivesse o número de cem fogos de sua população – por fogo entendendo-se a casa, ou parte dela, em que habitasse uma pessoa livre, ou uma família com economia separada; de maneira que um edifício poderia conter dois ou mais fogos. Competia ao pároco fazer afixar, nas portas de suas igrejas, editais com o número de fogos de sua freguesia, isto é, os que tinham o direito de votar.

A escolha dos eleitores, era, também, repleta de fatores refletindo negativamente no saldo geral do processo político eleitoral.

Prejudicada desde logo pelos vícios contidos nas qualificações dos votantes, não eram raras as vezes que os candidatos permaneciam no desconhecimento, não sendo conhecidos a ponto de serem votados, e muitas vezes, mesmo, as candidaturas eram alteradas, substituídas ou trocadas para freguesias diferentes onde o candidato era um estranho à localidade e que por esta razão não conseguia votação, pois a confiança que o votante deposita no seu

candidato traduzia uma identificação política. Estas situações só faziam enfraquecer as facções políticas, provocando lutas incentivadas pela irritabilidade causada pela situação de desequilíbrio entre as facções que pleiteavam cadeiras nos colégios eleitorais, pois quando as forças políticas se desequilibram totalmente, aparece a preponderância de uma sobre a outra, de modo a obscurecer o partido adverso, submetendo ao seu prestígio os elementos propícios a aliciar e criar, cada vez mais, força e preponderância, de tal modo que chega a colocar em situação de submissão e subserviência os governos centrais ou provinciais, porque estes tinham a competência para nomear as autoridades locais, o que viria a favorecê-los e fortalecê-los mais.

Os partidos políticos que possuíssem a primazia de ter ao seu lado as autoridades públicas locais estavam garantidos contra perseguições de seus adversários.

O governo central passava a ser pressionado no sentido de demitir os que seriam elementos perniciosos ao partido mais fortalecido, nomeando outros de seu interesse, e não é desconhecido por ninguém o fato de que nem sempre os escolhidos são os mais convenientes à situação real. Geralmente, são lembrados os mais convenientes para o fim que se tem em vista, prejudicando a distribuição justa de atividades e funções públicas.

Outro fator negativo da eleição dos eleitores provinciais era a possibilidade de haver um verdadeiro comércio de votos que, não raras vezes, levava pessoas à ruína pela maneira como dilapidava sua fortuna para fazer prevalecer seu interesse no jogo político. Nomeados os eleitores de província, reuniam-se estes formando os colégios eleitorais para votação de deputados e senadores.

Quanto ao procedimento eleitoral para as eleições secundárias, desde as instruções eleitorais de 1824 até a Lei de 19 de agosto de 1846, poucas modificações podem-se notar de forma acentuada.

Os deputados eram eleitos obedecendo ao princípio da pluralidade relativa: os candidatos que se seguissem em número de votos dos vencedores do pleito, seriam designados seus suplentes na ordem de votação obtida.

A votação era efetuada por meio de listas (cédulas) contadas ao final da apuração. A eleição para o Senado, como vimos, era feita por listas tríplexes.

Por ocasião da discussão pelo Senado do projeto de Paulo Barbosa e Odorico Mendes, foram apresentadas inúmeras emendas, das quais sobressaiu-se uma que deixou a semente da criação dos círculos eleitorais, e que viria mais tarde frutificar no sistema de eleição distrital, inovação dos decretos de 1855 e 1860. A Lei de 19 de agosto de 1846 teve sua importância por ter sido a primeira regulamentação da matéria eleitoral oriunda do poder legislativo e, também, por ter, em sua discussão, suscitado a questão do voto distrital que, à época, era chamado também de círculos eleitorais, e por lançar em discussão a idéia das incompatibilidades parlamentares.

Essa lei originou-se da necessidade de controlar o processo eleitoral, retirando-o o mais possível da influência governamental. Na sessão de 14 de fevereiro de 1845, quando se discutia o projeto Odorico Mendes e Paulo Barbosa, Ferreira Pena sintetizou as razões que levaram à apresentação do projeto:

“O pensamento que predominava na atualidade é o seguinte: o Governo supremo, subdelegado, as autoridades constituídas, devem ser considerados como inimigos comuns em tempo de eleições e convém debelá-los por todos meios.”

O mesmo sustentava Bernardo Pereira de Vasconcelos: “É indispensável, o quanto antes, uma lei eleitoral; do contrário, adeus instituições do País! A lei que existe está desmoralizada, mormente pelos últimos excessos de que foi pretexto”.

A discussão do projeto causou as mais diferentes reações. O barão de Uruguaiana considerou-o: “iníquo, parcial, opressivo, tirânico e anti-constitucional”.

Barros Pimentel via no projeto tendências mais que democráticas e demagógicas. Combatia a “exótica” atribuição de influência às memórias, que, a seu ver, nada tinham que intervir.

Outros, porém, esperavam do projeto de lei a correção dos vícios do processo eleitoral. Na verdade, supunha-se que, constituindo árbitro supremo da eleição, o juiz de paz ter-se-ia atingido este objetivo dando-se ao processo maior autenticidade eleitoral.

Torres-Homem (visconde de Inhomirim) entendia que o projeto fechava a porta ao arbítrio: “As fraudes resumiram-se na fórmula muito conhecida: feita a mesa, está feita a eleição; a câmara a destruiu completamente”. A crítica mais contundente feita pelo barão de Uruguaiana acentuava que o projeto pretendia substituir uma ditadura por outra, dando poderes absolutos ao juiz de paz.

No Senado, Paula Sousa e Costa Ferreira (barão de Pindaré) apresentaram diversas emendas, sendo duas importantes: a primeira, criando círculos eleitorais de dois deputados e um senador; a segunda, estabelecendo algumas incompatibilidades parlamentares. Bernardo Pereira de Vasconcelos liderou a crítica à idéia dos círculos, pois sustentava que teria como resultado trazer para o parlamento as celebridades de aldeia: “o sistema representativo era o governo dos melhores, dos mais esclarecidos, dos mais virtuosos”, dizia ele.

Encontra-se nesta ocasião a colocação do problema das representações das minorias nos anais do parlamento brasileiro. A respeito da concomitância da eleição do suplente na mesma ocasião, mas separada da do deputado, Vasconcelos assim colocou a questão: “Senhores, esses suplentes são eleitos da minoria; e o País não interesse ouvir a minoria? Que infeliz não é a condição do governo, que acha uma Câmara uniforme... não pode servir ao País; pode servir a um partido, esmagando todos os outros, que contrariem ao que a Câmara representa. Ora, se o País interessa nas minorias dos corpos legislativos, se quanto mais livre é o País com tanto mais atenção ouve a essas minorias, que vantagens nos resulta se impedirmos que apareçam representantes delas no corpo legislativo? É um dos corretivos do atual sistema, a eleição dos suplentes, como tem sido até o presente considerado”.

A partir de um projeto apresentado pelo senador Paula Sousa, – cujos artigos principais e mais polêmicos eram a eleição por círculos de um senador e dois deputados; eleição especial de suplentes para todos os cargos eletivos; incompatibilidade de alguns funcionários dos distritos de sua jurisdição e, uma pequena elevação do censo pelo cômputo de renda – surgiu a Lei de 19

de setembro de 1855 tornando realidade em nosso passado político eleitoral o que se discute na atualidade: a introdução do sistema do voto distrital.

Apresentando a emenda da comissão encarregada da discussão da Lei de 19 de agosto de 1846, composta por Vergueiro, Costa Ferreira e o próprio Paula Sousa, conseguiu este depois de muitas querelas, que seu projeto fosse aprovado, embora com algumas alterações.

As discussões ao projeto foram travadas de maneira bastante inflamada porque a inovação pretendida, segundo alguns parlamentares, era inconstitucional, pois a divisão das províncias em distritos modificava em sua essência o disposto no artigo 90 da Constituição de 1824, segundo o qual os representantes da nação deveriam ser eleitos por eleitores de província e com o projeto, isso seria alterado, pois, tanto os eleitores, como a própria eleição, passariam a ser não de província, mas de distrito.

Assim, as províncias do Império seriam divididas em tantos distritos eleitorais, quantos fossem os seus deputados na Assembléia Geral, de acordo com o projeto aprovado pela Câmara, com substitutivo do Senado. Esta divisão seria efetivada pelo governo central, ouvidos os presidentes de províncias guardando as seguintes bases: 1) as freguesias de que se compusesse cada distrito eleitoral seriam unificadas entre si, sem interrupção; 2) seriam designados por números ordinários e iguais, quanto possível em população de pessoas livres; 3) o governo designaria para cabeça de cada distrito eleitoral a cidade ou a vila mais central, onde se reuniriam num só colégio eleitoral, no dia marcado para a eleição de deputado e no local designado pelo governo, todos os eleitores do distrito a fim de efetivar a eleição.

Ficaria eleito o deputado que obtivesse maioria absoluta de votos, mesmo que, para tal, tivesse que haver até um terceiro escrutínio no qual o eleitor votaria apenas em um dos dois mais votados no escrutínio anterior.

A cédula também sofreu alterações, passando a ser escrita em papel que a Mesa fornecia, e não contendo assinatura do eleitor. O voto seria secreto.

Cada distrito elegeria um deputado para a Assembléia Geral.

A questão das incompatibilidades também foi determinada pela Lei de 1855, que dispunha sobre a impossibilidade de ser votado para deputado ou senador, nem para nenhuma das Assembléias provinciais, os presidentes de província e seus secretários, os comandantes-de-armas e generais-em-chefe, os chefes de polícia, os inspetores de fazenda Geral ou Provincial, delegados e subdelegados, e, ainda, os juizes de direito e municipais. Estes, nos colégios eleitorais dos distritos em que exercessem autoridade ou jurisdição; os votos que lhes fossem dados seriam computados nulos. Os argumentos em que se baseava a instituição dos círculos eleitorais foram resumidos em nove itens por Francisco Belisário; 1) diminuir a influência do governo e as fraudes eleitorais; 2) pôr o eleito em contato com o eleitor; 3) facilitar a fiscalização da eleição por parte das Câmaras, o que é difícil e embaraçoso, quando se trata de uma província inteira; 4) oferecer menores perigos e abalos à sociedade do que uma eleição geral em toda a província, pondo em jogo o conjunto de paixões e interesses provinciais; 5) moderar o espírito de provincialismo; 6) tirar das grandes deputações o espírito de união e disciplina, que as tornam preponderantes sobre as pequenas; 7) diminuir a pressão, que sobre o governo exercem as grandes deputações vinculadas pelos mesmos interesses; 8) dar lu-

gar a serem consultados os interesses locais, naturalmente melhor conhecido dos deputados do distrito; 9) finalmente, este era o principal fundamento a que já nos temos referido, impedir que as maiorias locais fossem esmagadas e anuladas pelas províncias, de modo a dar entrada no parlamento a todas as opiniões políticas.

A discussão do projeto girou sobre duas idéias centrais: os círculos eleitorais e as incompatibilidades eleitorais, consideradas inconstitucionais por muitos parlamentares. O argumento, contrário ou a favor dos círculos eleitorais, superada a questão da inconstitucionalidade, voltou-se para a análise das conseqüências do estabelecimento do círculo eleitoral para o sistema representativo. A própria questão da eleição especial dos suplentes seria resolvida, ao ver de alguns, pelo estabelecimento dos círculos eleitorais. Sustentava Honório: “Nas eleições provinciais, as maiorias locais, algumas vezes são sufocadas pelas maiorias provinciais; assim, havia talvez vantagens em que o suplente representasse a minoria porque deste modo apareciam no corpo legislativo todas as opiniões; era, portanto, uma correção do sistema entre nós seguido das eleições provinciais. Mas, desde que está adotado outro sistema, que já se dá a possibilidade das maiorias locais terem representação, não vamos estender o círculo a ponto de ir buscar ainda essas pequenas minorias”.

O círculo eleitoral aparecia como a forma de garantir, para os opositores da idéia, o predomínio do mais influente no local das eleições. Assim resumia Gabriel Mendes dos Santos, os inconvenientes para o Poder Legislativo da instituição do círculo eleitoral:

“A organização das câmaras se deverá também muito ressentir desse novo sistema; nem todas essas novas candidaturas menos justificadas serão mal sucedidas. Supondo eleições livres, como se devem desejar, os deputados e senadores não sairão mais dentre as pessoas notáveis e bastante conhecidas para se fazerem aceitar por uma província inteira; os empregados subalternos, as notabilidades de aldeia, os protegidos de alguma influência local, serão os escolhidos. Se as eleições não forem livres, o resultado será pior. Quando se indicarem nomes a uma província, o interesse próprio aconselhará a escolha de pessoa capaz de competir com os outros concorrentes; se a indicação for a um círculo cujos candidatos sejam menos importantes, a concorrência dispensará tanto escrúpulo na escolha.”

O marquês de Paraná, como presidente do Conselho, viria a defender o projeto dos círculos eleitorais na sessão de 20 de junho de 1855: “Facilita-se, diz o orador, a representação de todas as opiniões existentes no país. As maiorias provinciais sufocam hoje as maiorias locais. Uma opinião pode dominar na maioria de uma província, mas não dominar em tais ou tais localidades em que universalmente se adere à outra opinião. Se todos os colégios da província tiverem de votar constantemente numa lista de deputados, é evidente que a opinião local não terá meio de ser representada, porque mesmo a maioria acha meios de prover de suplentes a representação nacional, e conseqüentemente tira a faculdade de serem representadas opiniões realmente existentes no país, quando seria melhor dar-lhes meios de advogarem sua causa, de se fazerem ouvir pelo público do que condená-las a não ter meio de expor suas necessidades para poderem ser atendidas pelos altos poderes do Estado. Quando se trata de obter uma boa representação no país, parece que

não é para desprezar, com efeito, o conseguimento das representações de todas as opiniões”.

O que se observa no debate sobre o círculo eleitoral é o aparecimento da força política local, que iria marcar a história brasileira. Poder-se-ia, mesmo, afirmar que o projeto de Paula Sousa e a Lei de 19 de setembro de 1855 expressam uma fase na história das instituições políticas nacionais que coincide com o amadurecimento da nação brasileira na forma de estado soberano.

Enquanto o sistema eleitoral anterior proclamava o predomínio da província e, através dela, do governo central sobre a localidade, o sistema do círculo mostrava a existência, na base da sociedade política, de forças políticas, econômicas e sociais suficientemente importantes para se fazerem presentes com suas características próprias no cenário nacional. A análise desta época coloca-nos a pergunta: o sistema eleitoral da primeira fase do Império não expressaria a preocupação no fortalecimento do poder central, visando à manutenção da unidade nacional, enquanto que a legislação e os debates pós-1846 refletiriam o amadurecimento político e institucional do país? Em outras palavras, o amadurecimento permitiu o reconhecimento da existência de forças autônomas diante do poder central, e que, nem por isso, eram consideradas ameaçadoras à unidade nacional? Essa é a nossa ver a pergunta essencial diante dos debates sobre o círculo eleitoral em 1855. A Lei de 1855 iria permanecer até 1860, quando surgiu nova regulamentação sobre a matéria em 18 de agosto, trazendo algumas modificações no sistema de eleições por círculo; por sugestão do próprio imperador que, alertado sobre os abusos ocorridos sob a égide da Lei de 1855, preocupava-se em corrigir as distorções daquele documento legal. Na Fala do Trono de 11 de maio de 1860, eram enfatizados os abusos a que dera lugar a execução da lei. Já havia em tramitação um projeto do deputado Sérgio Macedo neste sentido, e para dar-lhe um parecer foi designada uma comissão especial, cujo primeiro signatário era o deputado Antônio Saraiva. Esta concordava com o argumento de que a eleição pós pequenos distritos acarretava graves inconvenientes, porque tendiam a modificar profundamente o caráter do eleitorado, com o predomínio crescente do interesse individual sobre o coletivo. Aliás, era esta a alegação de Vasconcelos, quando da discussão da Lei de 19 de agosto de 1846, ao debater a emenda que colocou o germe da eleição por círculos eleitorais, como vimos anteriormente. Ao mesmo tempo, é sabido que o sistema funcionaria na medida em que as minorias, as quais podemos chamar de maiorias locais, tivessem acesso ao parlamento, permitindo a expansão de todas as opiniões políticas. Estas eram sempre esmagadas e anuladas pelas maiorias provinciais, que pressionavam o governo central segundo seus interesses e paixões, tornando-as grandes bancadas preponderantes sobre as menores. Os interesses locais estariam mais garantidos na medida em que os deputados de distrito deles tivessem conhecimento e lutassem por sua solução. Ainda outra vantagem da eleição pelo voto distrital seria a de que o eleito estaria em contato freqüente com o eleitor o que aumentaria seu grau de responsabilidade pelo povo. E se a decepção não se fez esperar, a ponto de exigir novas modificações em breve tempo, podemos atribuir, pelo menos em parte, ao regime eleitoral de 2 graus existentes na época da qual a lei dos círculos veio avisar os males e

os defeitos. Nas câmaras, tomaram assento pessoas que traziam todos os vícios de sua origem, ou melhor da origem de seu mandato, a começar pelo regime de 2 graus. Paixões, intrigas, lutas pessoais em que o interesse nacional desaparece e o país inteiro sofre as conseqüências inevitáveis desta situação. Este estado de coisas redundou na Lei de 18 de agosto de 1860, determinando o aumento de número de deputados por distrito, passando a dois deputados no mínimo, para cada distrito, pois as províncias seriam divididas em distritos eleitorais de três deputados cada uma; quando porém, fossem só dois deputados ou o número desses não fosse múltiplo de três, haveria um ou dois distritos de dois deputados. Houve, também, o retorno à anterior contagem de votos, passando à maioria relativa novamente. O resultado da Lei de agosto de 1860 não foi, contudo, satisfatório. Os vícios anteriores continuavam e as alterações trouxeram outros problemas difíceis de serem contornados, embora sob certo aspecto, como das incompatibilidades que a nova lei estendeu, ela foi favorável.

O estabelecimento, pela Lei de 1855, do círculo de um deputado aparecia como eleitoral e seria implementado pela votação secreta feita por cada votante em tantos nomes de cidadãos elegíveis quantos correspondessem a 2/3 dos eleitores que a paróquia devia dar; excedendo em múltiplos de três o número de eleitores da paróquia, o votante adicionaria aos 2/3 um ou dois nomes, conforme fosse o excedente.

A partir da Lei de 1860, começaram a aparecer as primeiras tentativas de reforma eleitoral estabelecendo-se as eleições diretas em substituição às indiretas. Os homens públicos preocupados com a situação de insatisfação começaram a manifestar-se no sentido de mudar o regime eleitoral para eleições diretas. Mas estas manifestações não eram veementes, nem brilhantes, devido ao fantasma da inconstitucionalidade em que se esbarrava qualquer idéia neste sentido. A Constituição era taxativa quanto ao sistema de 2 graus.

As vozes que se ouviam no parlamento pronunciando-se a favor da eleição direta eram ainda fracas e poucas. Apareceram artigos em jornais da época na defesa desta tese, pareceres de comissões de câmaras continham alegações a favor, a imprensa referia-se ao assunto. Todas as manifestações destinavam-se a provar que os males maiores do sistema eleitoral do Império residiam no regime das eleições indiretas e que havia necessidade imperiosa de reformar o regime adotando-se o sistema das eleições diretas.

As discussões tornavam-se mais freqüentes e acaloradas e a questão da constitucionalidade pôde então ser desenvolvida mais abertamente. “Na execução da nova lei que regulou o processo eleitoral, dizia a Fala do Trono de 1º de fevereiro de 1877, a expressão do voto popular tivera plena liberdade e, no decurso da eleição, não fora perturbada a ordem pública. Conviria, entretanto, examinar se as disposições da mesma Lei asseguravam suficientemente a desejada e possível pureza da eleição, base fundamental do sistema representativo”. A opinião de ambos os partidos reconhecia a necessidade da transformação do sistema eleitoral, adotando-se a eleição direta. Novamente, em 3 de maio de 1880, a Fala do Trono insistia no assunto: “a substituição do sistema eleitoral vigente pelo de eleição direta continuava a ser uma medida instantaneamente reclamada. Para esse fim, o Governo oferecia o projeto de reforma eleitoral”.

Esta aspiração tornou-se concreta pela promulgação da Lei Saraiva de 1881, abolindo as eleições indiretas em 2 graus, que durante 60 anos constituíram a base do sistema eleitoral brasileiro, mas mantendo, no entanto, a necessidade de uma renda líquida, entre os outros requisitos, para o alistamento eleitoral.

As incompatibilidades eleitorais tornaram-se ainda mais rigorosas pois a Lei Saraiva, como afirmava o barão do Rio Branco, constituiu a melhor forma de legislação eleitoral do Império, não só pela instituição das eleições diretas, mas ainda por ter conferido à magistratura um papel relevante na composição do eleitorado, como elemento indispensável ao bom resultado da inovação.

A Lei Saraiva viria consagrar o estabelecimento final das instituições liberais no Império. Passava o regime a ser fundado na eleição direta e censitária, onde todos os participantes do processo político, os cidadãos ativos, encontravam-se em igualdade de condições jurídicas para escolher os governantes, desde que satisfeitas as exigências econômicas para participar do processo político.

**Duas visitas de d. Pedro II
ao sul de Minas**

Hilton Federici

Relacionamento dessas viagens com as origens da cidade de Cruzeiro

SUMÁRIO

- I – A ferrovia, preâmbulo de uma “cidade-contraste”
- II – O Jornal do Comércio, preciosa fonte de informações
- III – O aparecimento da estrada de ferro Pedro II
- IV – O café, mola propulsora da ferrovia para o sul de Minas
- V – Mauá e a estrada de ferro Rio Verde
- VI – A primeira visita: a inspeção ao túnel da Mantiqueira (1882)
- VII – A segunda visita: viagem até Três Corações (1884)

I) A FERROVIA, PREÂMBULO DE UMA “CIDADE-CONTRASTE”

A não ser ainda na preciosa fonte do noticiário dos jornais da época ¹, até hoje não encontramos nenhuma referência sobre as duas viagens que Pedro II, membros da sua imperial família e mais os elementos da alta cúpula administrativa realizaram à então nascente cidade valeparaibana de Cruzeiro, localizada na fronteira de Minas, bem próxima do vale do rio Passa Vinte, rota já assinalada por Antonil e a via preferida, outrora, pelo bandeirismo.

Essas duas viagens ocorreram nos meses de junho de 1882 e no mesmo mês do ano de 1884. Cumpre não perder de vista que, a essa época, a urbe cruzeirense mal começava a despontar como uma estrela nova na constelação das vetustas cidades do vale do Paraíba, oriundas, quase todas, como sabemos, da fase de penetração e conquista bandeirante e depois revigoradas, nos seus alicerces econômicos, pela expansão cafeeira, o que veio já a ocorrer no período imperial.

Cruzeiro é um contraste chocante, nas suas origens, com todas as irmãs da região. Nada teve a ver diretamente com o bandeirismo, ainda que esses desbravadores tivessem feito de um ponto do seu território ² a base para a arrancada final que os deveria levar para além das escarpas da Mantiqueira, aproveitando o vale do rio Passa Vinte, o qual articulava a região valeparaibana com o Sertão dos Cataguás.

Paradoxalmente, a cidade de Cruzeiro (localizada, como sabemos, aí no vale do Paraíba e muito próxima à área por onde penetrou o café em São Paulo) veio a surgir quando a epopéia cafeeira, que tanto esplendor deu a essa região, entrava em seu período de franco declínio, em busca das novas terras de além-Campinas, no planalto paulista.

Isso é explicado pelo fato de a origem de Cruzeiro prender-se ao aparecimento da ferrovia para a região sul-mineira, num integral aproveitamento da conhecidíssima via de acesso que, outrora, foi tão utilizada pelos nossos primeiros desbravadores e pelos que faziam o comércio de abastecimento das áreas recém-incorporadas ao processo colonizador. Assim, os primórdios de Cruzeiro nada têm de comum com os das demais cidades da região em que se implantou. A sua formação deve-se a quando, no último quartel do século XIX, um fato novo veio tocar-lhe o território; este foi o aparecimento da ferrovia, a nova componente da vida econômica da região, da qual Cruzeiro vai beneficiar-se muito, por ter sido tocada duplamente (por duas estradas de ferro!), sendo a sua área urbana o ponto de interseção das mesmas.

Este preâmbulo torna-se absolutamente necessário para justificar as duas visitas do imperador Pedro II e sua ampla comitiva à área cruzeirense. Assinalamos que S. M. não as fez para visitar a cidade, que ainda inexistia. O fato determinante desses dois deslocamentos da imperial figura de Pedro II e seus acompanhantes foi motivado, inicialmente, para tomar conhecimento das gigantescas obras de construção do túnel da Mantiqueira (junho de 1882). Nessa primeira viagem, a visita ficou somente aquém da escarpa da Mantiqueira, com uma curta visita à pequenina cidade de Passa-Quatro, que ficava do outro lado. Já, na segunda vez, a viagem foi mais longa e efetuada após uma semana da abertura ao tráfego da nova ferrovia. Partindo de Cruzeiro, a imperial comitiva atingiu Três Corações, ponto final da linha, a 170 quilômetros de distância. Fato curioso é que esta segunda viagem foi realizada exatamente dois anos depois, em junho de 1884.

II – O JORNAL DO COMÉRCIO, PRECIOSA FONTE DE INFORMAÇÕES

Quando foi das comemorações do quinquagésimo aniversário da inauguração dessa ferrovia para o sul de Minas, fato ocorrido em junho de 1934, foi dado à publicidade um extenso e metucioso trabalho histórico-descritivo sobre a vida da mesma ³.

Foi neste trabalho que encontramos algumas referências, incompletas e imprecisas, sobre essas viagens de Pedro II. Estão no capítulo III, quando o autor trata das *estradas primitivas*, passando a analisar, então, a fase de formação da rede ferroviária sul-mineira, iniciada pela companhia inglesa que aí por primeiro se instalou.

Como o objetivo do referido trabalho era limitado à vida da própria estrada de ferro, é justificável que nele encontremos pouca coisa do tema de nosso presente estudo.

Para nós, nas pesquisas a que procedemos, a fonte mais preciosa de que nos valemos foram os exemplares do arquivo do veterano órgão da imprensa carioca – o *Jornal do Comércio* – cujas páginas foram por nós cuidadosamente rebuscadas e depois xerografadas, para que pudéssemos ter delas um uso continuado. Foi essa a verdadeira, extensa e preciosa fonte de onde procuramos tirar os elementos de nossa investigação.

As notícias dessas duas viagens estão inseridas em coluna interna do referido jornal, sob o título de Gazetilha. Nada tem das manchetes pomposas, tão ao sabor de certos órgãos da imprensa atual. Muito ao contrário! Essas notícias ali estão dispostas em discreta coluna, mas com um noticiário precioso e substancioso. Mudaram somente os substantivos que a denominavam, pois, na primeira visita de 1882, fala de *Viagem Imperial*, enquanto na segunda já a intitula de *Excursão Imperial* ⁴.

III – O APARECIMENTO DA ESTRADA DE FERRO PEDRO II

Foi uma lei de 1852 que estabeleceu as condições para a construção de um caminho de ferro que, partindo da Corte, acabasse por atingir as províncias de Minas Gerais e de São Paulo; esta, através do caminho natural representado pelo vale do Paraíba.

Já em 1858, estava inaugurado o trecho Rio-Belém. Em 1864, após algumas peripécias, foi atingida a cidade de Barra do Piraí. E, a partir daí, começará a bifurcação prevista.

De acordo com os estatutos aprovados para essa estrada de ferro, o ramal paulista deveria findar-se em Cachoeira, na chamada 4ª Seção.

E, até chegar a essa cidade paulista, outras estações foram sendo abertas sucessivamente. Recapitulemos as datas de suas respectivas inaugurações:

Barra do Piraí	– 1864
Barra Mansa	– 1871
Queluz (a 1ª de SP)	– 1874 (18 de julho)
Lavrinhas	– 1874 (12 de outubro)
Cachoeira (a provisória)	– 1875 (20 de julho)

É nesta data que começou a funcionar, em caráter provisório, a primitiva estação cachoeirense. D. Pedro visitou e examinou os trabalhos da estação provisória de Lavrinhas, em 1874, e visitou, nessa ocasião, as obras da construção da Estrada de Ferro Pedro II, até a povoação de Cachoeira, ponto terminal da 4ª seção ⁵.

A estação de Cruzeiro, cuja cidade com esse nome ainda inexistia a esse tempo, foi aberta ao tráfego no dia 4 de setembro de 1878 (5), fato ocorrido pouco tempo após a inauguração da ligação, por via ferroviária, do Rio a São Paulo.

Vejamos, agora, como se deu essa ligação das duas grandes cidades.

Para alcançar Cachoeira, ponto final da Estrada de Ferro Pedro II, foi organizada, na capital paulista, uma empresa para explorar o transporte ferroviário. Foi chamada Companhia São Paulo-Rio de Janeiro, tendo começado os seus trabalhos de construção em 1872.

Cinco anos depois, já em 1877, todo o trecho que lhe tinha sido atribuído estava pronto, totalizando um percurso de 231 quilômetros. E as duas estradas, vindas das duas capitais, encontravam-se na estação de Cachoeira. A primeira viagem ferroviária entre os dois centros foi efetuada a 7 de julho de 1877, com enormes festas em toda a região por ela servida. Mas essas estradas eram de bitolas diferentes, o que demandava a penosa baldeação a que todos teriam que se submeter nessa estação. Daí justificar-se, não pelo movimento local, mas por causa do transbordo de passageiros e mercadorias, o tamanho despropositado que a estação de Cachoeira ainda ostenta, como recordação dessa função.

Em 1890, já em pleno governo republicano, essa ferrovia paulista foi encampada pelo poder federal e incorporada à Estrada de Ferro Central do Brasil, que nada mais era que a antiga Pedro II.

Foi a partir daí que começaram as providências para o alargamento da bitola do trecho paulista incorporado, o que veio a ser concluído em 1908.

Para bem compreendermos a história de Cruzeiro, procuremos associar os seguintes fatos e datas que a acompanham:

7 – julho – 1877 – Primeira viagem ferroviária entre Rio e São Paulo, ainda que com a baldeação em Cachoeira.

4 – setembro – 1878 – A estação de Cruzeiro, na Estrada de Ferro Pedro II (hoje Central do Brasil), é aberta ao uso público.

De 1875, data da concessão da construção de uma ferrovia para Minas, até 1881, quando a mesma começou a ser efetivamente construída, não temos conhecimento da existência de nenhum aglomerado humano no local do terraço onde mais tarde veio a surgir realmente a cidade de Cruzeiro.

Considerando que:

POVOADO é todo núcleo de população que, não sendo sede municipal ou distrital, se caracteriza por uma população permanente, pelo fato de pertencer a diversos tanto a posse do solo como a propriedade das moradas; pela locação das moradas; pela liberdade de trabalho, comércio, indústria, arte e profissão; e pela existência de comércio interno ou externo, livres ⁶.

Ora, a esta altura dos acontecimentos, a simples abertura de uma estação da Estrada de Ferro Pedro II, (em 1878), ainda não havia determinado a formação de um povoado. O grande edifício, que ainda hoje é a parte nuclear da atual estação de Cruzeiro, só foi concluído em 1885, um ano após a abertura da estrada para Minas.

Pois bem: para que comece a existir a cidade de Cruzeiro ⁷ vai ser preciso que, num ponto da Estrada de Ferro Pedro II (km. 252), seja colocado o ponto inicial de outra, que lhe é intersectante. Exatamente no ponto de junção dessas duas ferrovias, a “estação” (onde elas vão se juntar) é que vai exercer aquela função aglutinadora que fará com que o povoado aí nascente cresça rapidamente, tome consciência de sua importância de urbe e acabe arrebatando ao Embaú, primitiva sede do município, essa categoria de liderança do território cruzeirense. Foi esse povoado da estação do Cruzeiro, nome com que já o batizaram as crônicas oficiais, que d. Pedro e sua comitiva iriam conhecer.

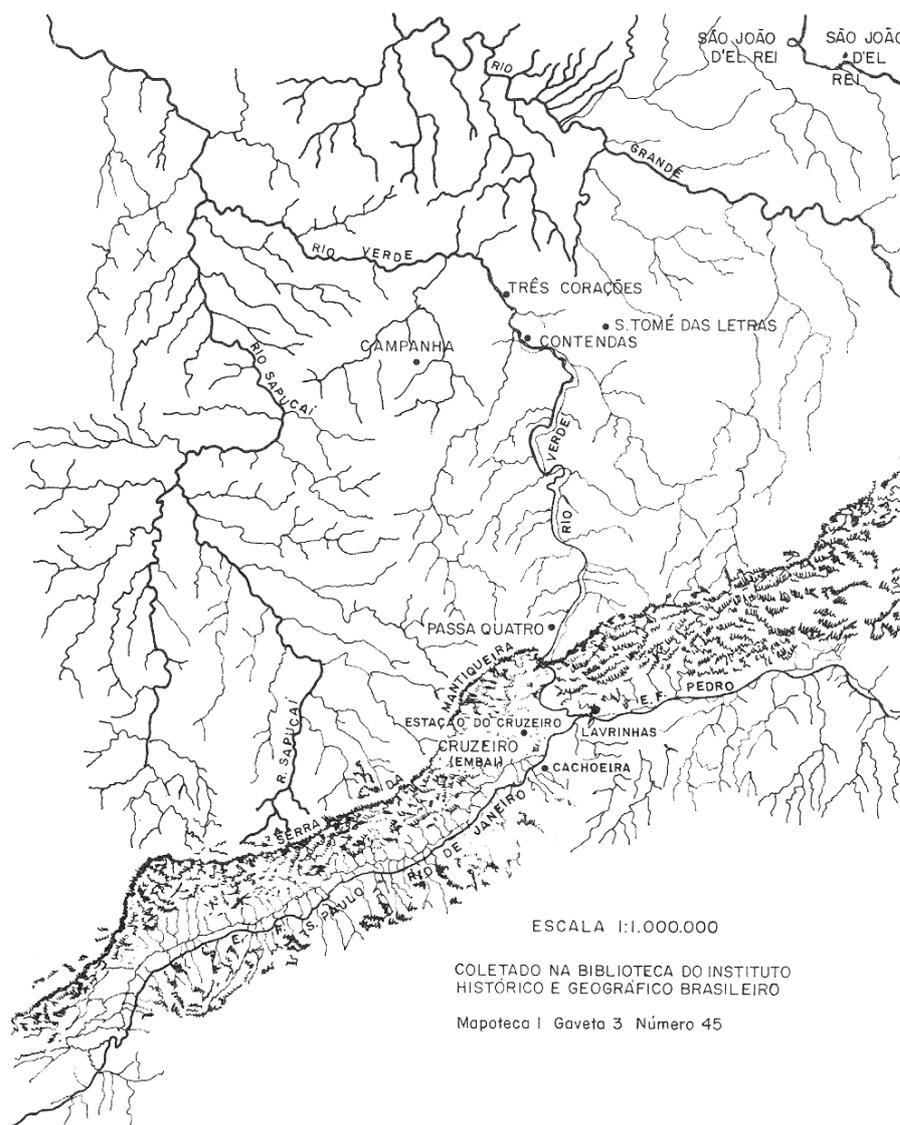
Mas a força que lhe vai conferir esse ímpeto de progresso será a ferrovia para o sul de Minas, que não só partirá daí como sediará, nesse mesmo local, as suas instalações de chefia, oficinas, depósitos de material e tudo mais quanto pudesse interessar ao seu pleno funcionamento.

IV – O CAFÉ, MOLA PROPULSORA DA FERROVIA PARA O SUL DE MINAS

Foi o ouro, e com ele o bandeirismo, a razão de ser do povoamento inicial das regiões de além-Mantiqueira. Daqui do planalto paulista, partiram as primeiras levas de aventureiros, homens individualistas, que lá fincaram as raízes do povoamento. Bem mais tarde, seguiram as primeiras famílias que fizeram a base do real povoamento das regiões das Minas Gerais.

Mas não foi o ouro a grande força de fixação do homem às terras, até então conhecidas como as da mineração. A grande mola que impulsionou o povoamento dessa região foi, na verdade, o café. Ali, por trás das escarpas da Mantiqueira, a famosa rubiácea realizou aquela mesma movimentação criadora de riqueza que nos acostumamos a contemplar na área fluminense e na paulista, ambas do vale do Paraíba. Em tudo essas três porções do nosso território se identificavam: aí está presente a mesma estrutura social, política e

PLANTA GERAL DA ESTRADA DE FERRO PEDRO II
(EDITADA PELA SUA ADMINISTRAÇÃO)
(1879)



econômica, posto que, na parte mineira, com um grau menos avançado que nas duas que a antecederam.

Criada a riqueza, sobrevinha o problema de transportá-la para os portos de mar da fachada fluminense e paulista. Nos princípios da expansão cafeeira, a solução alvitada para o problema era o apelo às tropas de muars, sobre cujo tema já possuímos preciosas obras de alguns estudiosos que o investigaram com profundidade ⁸.

É exatamente no momento em que esse processo primitivo e colonial de transporte começa a ser substituído pelo que se lhe segue na ordem cronológica – o do aparecimento da ferrovia, que nós vamos encontrar a razão da presença de d. Pedro II nas terras do município de Cruzeiro e na região sul-mineira.

Como a produção cafeeira dessa área estava em franco crescimento e já existindo implantado, próximo a ela, um novo meio de transporte, tudo indicava, então, estar essa riqueza pronta a se associar a ele para gozar os benefícios que só mesmo a estrada de ferro poderia proporcionar.

Foi, pois, para acompanhar a implantação da ferrovia no sul de Minas e, depois, percorrê-la integralmente, quando já pronta, que nós vamos encontrar a justificativa da presença de SS. MM. e luzidia comitiva na então nascente cidade de Cruzeiro e na região do sul de Minas.

Observemos agora as datas que se situam nos pontos extremos da implantação da ferrovia no Brasil e aí nessa área: a primeira, em 1854, com a inauguração da Estrada de Ferro Mauá; a segunda, em 1884, com a abertura de uma ferrovia para o sul de Minas. Entre estas datas, medeia somente um relativo curto espaço de trinta anos. E, fato dignificador, em ambas aparece o gênio e o espírito empreendedor da figura de Mauá.

É por esse motivo que são plenamente justificadas as palavras de Alberto de Faria, na sua obra hoje tornada clássica, sobre Irineu Evangelista de Sousa:

“O alvo de que Mauá falava ao imperador, em 1854, no ato da inauguração da Estrada de Ferro Mauá, de ir até a margem esquerda do rio das Velhas, era atingido por esse projeto da Estrada de Ferro Rio Verde, de que o general Couto de Magalhães se tornaria paladino e se fazia concessionário” (Mauá, página 162).

V – MAUÁ E A ESTRADA DE FERRO RIO VERDE

“Nas estradas de ferro do Brasil, seu nome reaparecerá, porém, brilhantemente, na Estrada de Ferro Rio Verde, denominação que se sumiu em fusões, refusões e transfusões, mas que é a Minas e Rio na denominação vulgar.

A Estrada de Ferro Rio Verde foi, na ordem cronológica, o último serviço de Mauá à viação férrea do Brasil. Ela é, entretanto, intelectualmente, o complemento de seus primeiros movimentos” (Mauá, de Alberto de Faria, página 162).

A estrada de ferro que Pedro II e sua imperial comitiva visitaram por duas vezes decorre de uma concessão feita pelo governo brasileiro a duas impor-

tantes figuras da época: o brigadeiro Couto de Magalhães e o grande Mauá.

Mas, para a história local de Cruzeiro, o mais antigo documento que se conhece das origens dessa ferrovia é a carta do brigadeiro Couto de Magalhães⁹ a um importante fazendeiro do município o major Manuel de Freitas Novais, na qual este era informado de que, em sua fazenda, deveria aparecer o engenheiro sr. Herbert Edgell Hunt¹⁰, ao qual deveriam ser dadas as facilidades prometidas, a fim de que o mesmo pudesse proceder aos estudos preliminares que visavam a concretizar a implantação da estrada de ferro planejada de longa data por Mauá, através do vale do rio Verde, do outro lado da escarpa da Mantiqueira. Tal missiva, bem curta, nos revela, desde logo, que Couto de Magalhães aí também deveria comparecer, no que foi impedido, segundo alega.

E é claro quando esclarece que o sr. Hunt é “o nosso engenheiro”, pois isto vem comprovar que a concessão, quando concretizada pelo governo imperial, já tinha antecedentes remotos. Aliás, o próprio Mauá isso mesmo o afirma, em outro documento, reproduzido à página 163 do livro de Alberto de Faria, dizendo que a implantação de uma ferrovia na região sul-mineira era: “uma preocupação minha de 25 anos antes, quando a advoguei em repetidos artigos do *Jornal do Comércio...*”

Se atentarmos bem, a carta de Couto de Magalhães e a data da concessão imperial são coincidentes, pois ambas ocorreram no ano de 1875, o que vem provar que a construção da Estrada de Ferro Rio Verde, idealizada por Mauá, simplesmente começava a germinar.

Após os estudos preliminares de localização, foram os mesmos confirmados, ainda nesse ano de 1875, por engenheiros do governo imperial, para esse fim designados.

Em 1876, já se tinha tudo definido: a nova estrada deveria partir de um ponto de entroncamento com a 4ª seção da Estrada de Ferro Pedro II, no km 252, à margem esquerda do rio Paraíba. E, para terminar, ficava designada a cidade de Três Corações, a 170 quilômetros do ponto inicial.

Mais tarde, em 1877, foram aprovados os estatutos da companhia exploradora do novo meio de transporte da região. O capital inicial foi fixado em 16.150:000\$000 (moeda brasileira da época). Feitos os estudos orçamentários, estes quase alcançaram o teto do capital supra-citado.

Poucos anos mais tarde, exatamente no dia 24 de abril de 1880, em Londres, foi constituída a companhia que se incumbiria de construir e explorar a nova ferrovia, o que lhe foi concedido legalmente pelo governo imperial, através do decreto de 21 de junho do mesmo ano.

Tomou essa ferrovia o estranho nome de The Minas and Rio Railway Company, não obstante estivesse partindo de uma cidade paulista, a qual, a essa altura, mal lançara os alicerces de sua formação, Essa companhia, de capitais ingleses, era a que obtivera de Couto de Magalhães a cessão dos seus direitos de exploração.

Aqui ainda devemos nos reportar às palavras de Alberto de Faria, estampadas no início deste V capítulo. Elas são a síntese de um precioso binômio: “Mauá = Minas e Rio”¹¹.

A 18 de abril de 1881, tiveram início os trabalhos de construção, partindo os trilhos do ponto indicado pela autorização legal de 1876. Inicialmente, e

Rio 27 de Julho de 1875.

M. Sr. Major Manoel de Freitas Novaes.

Um negocio urgente precisa-me de in-
formações segue o meu engenheiro o Sr.
Herbert E. Hunt a q.º rogo a V. Sa.
q.º presta a condicção q.º me havia pro-
mettido assim como lhe mostra a ser-
ra e indique as mesmas e cami-
nho e as fazendas onde elle pode
pousoar. Não fim da sua actividade
e. e se alheio me espero tudo, responsa-
bilizando-me pelas despesas. o Sr.
engenheiro segue pelo carro das 6 ho-
ras da manhã do dia de amanhã

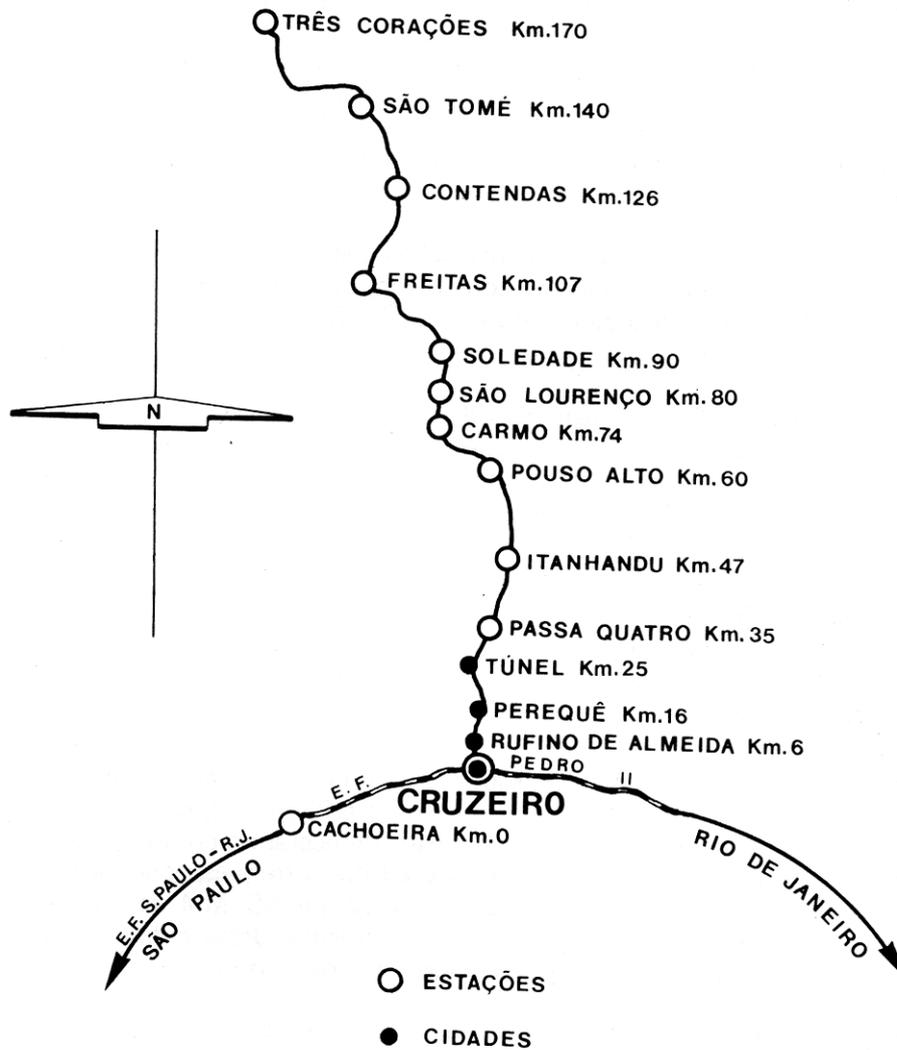
de V. Sa.

Como sempre att.º

J. P. Couto de Magalhães

Esta é a preciosa carta de Couto de Magalhães, importante documento que vincula essa figura notável da vida brasileira ao aparecimento da ferrovia, em terras de Cruzeiro.

ESTRADAS DE FERRO EXISTENTES NA ÉPOCA DA
 INAUGURAÇÃO DA MINAS AND RIO RAILWAY
 (1884)



por vasta área, os trilhos circulavam por terras da imensa propriedade rural do major Novais, com início bem à frente da sede de sua fazenda, denominada Boa Vista.

VI – A PRIMEIRA VISITA: INSPEÇÃO AO TÚNEL DA MANTIQUEIRA (24 e 25 de junho de 1882)

Como vimos, até este capítulo, longa justificativa foi necessária para a compreensão dos fatos e para ficar bem claro que foi à Estrada de Ferro Rio Verde (depois Minas e Rio) que se vincularam as duas visitas que Pedro II e sua comitiva fizeram ao sul de Minas.

Essas viagens passam agora a ser o objeto dos dois capítulos finais, e os elementos para a sua reconstituição, nós os colhemos do precioso noticiário do *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, conforme está justificado em nosso capítulo II.

O relato da primeira viagem consta das edições dos dias 25, 26 e 27 de junho de 1882, estando abrigadas em uma seção chamada Gazetilha. Mas a visita propriamente dita ocupou somente os dias 24 e 25.

Para facilidade de identificação de seus pormenores, vamos apresentá-los por tópicos:

a) **Objetivos** – Visita às obras de construção da Minas and Rio Railway, com percurso no trecho que já estava construído, ou seja, da estação de Cruzeiro até o túnel da Mantiqueira, no km. 23. Mas os trilhos assentes iam somente até o km. 19.

b) **Componentes** – Eram integrantes da comitiva: d. Pedro II e sua esposa, d. Teresa Cristina. A eles se juntaram o conde d’Eu e sua esposa, a princesa Isabel. A este se agregaram ainda os príncipes d. Pedro e d. Augusto. E a essas imperiais figuras juntaram-se também os senadores Afonso Celso de Assis Figueiredo (visconde de Ouro Preto), Joaquim Delfino Ribeiro da Luz ¹², Cristiano Benedito Otoni; ainda, os srs. conselheiros Afonso Augusto Moreira Pena e Manuel Alves de Araújo, respectivamente ministros da Guerra e Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Naturalmente que, a estes elementos da alta cúpula, juntar-se-iam outros de menor projeção, não citados.

c) **Viagem até Cruzeiro** – O trem especial partiu da Corte às 11 horas da manhã, tendo chegado a Barra do Piraí às 13h23m. Aí, nesta localidade, os representantes da estrada Minas e Rio ofereceram à comitiva “um profuso e delicado *lunch*” (sic). Às 14 hs e 28 ms, o trem especial partiu, tendo feito em Barra Mansa breve parada, para que SS. MM. recebessem as homenagens apresentadas pela Câmara Municipal dessa cidade, às quais concorreram autoridades e “grande massa de povo” (sic).

d) **Chegada a Cruzeiro** – Às 17,30 da tarde do dia 24 de junho de 1882, d. Pedro e demais grandes figuras da corte pisaram a estação de Cruzeiro, ao “som de vivas aclamações, subindo ao ar muitas girândolas de foguetes”

(sic). Ali os esperavam os representantes e engenheiros da Estrada de Ferro Rio Verde.

e) **A hospedagem** – Após os cumprimentos de praxe: “Suas Majestades e Altezas seguiram, em carros, para as residências que haviam sido preparadas pela Companhia Minas and Rio Railway no alto da mata, situada em frente à estação” (sic) ¹³. Foram os mais altos dignitários conduzidos para a casa do engenheiro Herbert Hunt, que era o empreiteiro-chefe das obras de construção dessa ferrovia.

f) **O jantar** – Às sete horas da noite, foi servido o jantar. Em uma mesa, tomaram assento SS. MM. e Altezas e “as pessoas que tiveram a honra de ser para ela convidadas” (sic). Em outra, sentaram-se as demais pessoas da comitiva.

“Findo o jantar, diversos colonos nacionais, estabelecidos na fazenda do sr. major Novais, foram incorporados saudar os augustos visitantes” (sic).

g) **Missa na capela da Fazenda Boa Vista** – Às 7 horas da manhã do dia seguinte, SS. MM. e Altezas foram assistir missa na capela da fazenda do major Novais, que fica muito próxima da estação ¹⁴.

h) **A visita ao túnel da Mantiqueira** – Após, a numerosa comitiva tomou o trem especial que os deveria levar até o quilômetro 19, ponto terminal dos trilhos já assentados e a quatro quilômetros da boca do túnel. Essa composição foi puxada pela locomotiva denominada “Joaquim Delfino”, homenagem da companhia construtora ao senador Ribeiro da Luz, que muito contribuía para a realização da estrada,

Chegados ao final dos trilhos já assentados, a caravana prosseguiu até o túnel, indo todos a cavalo, menos a imperatriz e sua dama, que foram de carro. Até a princesa Isabel foi a cavalo.

Aí, no túnel, a caravana fez alto, e percorreu o local da escavação, sempre acompanhada de grande número de convidados da companhia.

Seguiu-se, após a visita, um almoço, em plena paragem encantadora da Mantiqueira. Houve troca de brindes.

i) **Uma foto histórica** – A convite de mr. Hunt: “SS. MM, dignaram-se permitir que o sr. Marc Ferrez tirasse a fotografia do grupo formado pela augusta família imperial e mais pessoas, na boca do túnel” ¹⁵. Esta foto é um preciosíssimo documentário dessa primeira viagem ao túnel da Mantiqueira. Em que pese o tempo, nela ainda podemos divisar perfeitamente as grandes figuras da época. Divisamos também, ao fundo, quase ao centro da boca do túnel, a figura do major Manuel de Freitas Novais, dono de vasta propriedade rural onde a estrada tinha começo. Ardoroso monarquista, era amigo de membros da família imperial, em que pese “as suas esquisitices”, no dizer de autêntico retrato psicológico que dele soube fazer a princesa Isabel, no seu célebre “Diário” de uma visita a São Paulo.

j) **Breve visita a Passa Quatro** – Após tudo isso, os mesmos bons cavaleiros seguiram até o vizinho arraial de Passa Quatro. Ali se demoraram uns vinte minutos apenas, “tempo suficiente para se reconhecer a boa água” (sic). Novas aclamações do pequeno povo aos ilustres visitantes.

k) **Regresso** – Às seis da tarde, já estavam os visitantes na estação de Cruzeiro. Foi servido um jantar (não diz onde o noticiário), novos brindes e as solenes despedidas.

Baldeados para o trem especial da Estrada de Ferro Pedro II, este partiu de Cruzeiro às oito horas da noite, e só chegou ao Rio de Janeiro às 3 da madrugada, encerrando-se, então, a primeira visita imperial que marca também os primórdios da nova cidade que ia surgir na região valeparaibana, como decorrência direta do surgimento da ferrovia para o sul de Minas.



Os imperadores e sua comitiva numa fotografia tirada no túnel da Mantiqueira, lado paulista, quando ainda estava em construção aquela importante obra de arte. (Foto do Arquivo Histórico do Museu Imperial).

1ª VIAGEM – 1882
Jornal do Comércio do Rio de Janeiro
Edição do dia 26 de junho

GAZETILHA

Viagem imperial – Escreve-nos o nosso correspondente:

“Estação do Cruzeiro, 24 de junho, meia-noite – SS. MM. e AA. Imperiais partiram de Barra do Piraí às 2 horas da tarde, e depois de receberem em Barra Mansa as homenagens e saudações apresentadas pela Câmara Municipal, autoridades e grande concurso de povo, chegaram à Estação do Cruzeiro às 5,30 horas da tarde, ao som de vivas aclamações, subindo ao ar muitas girândolas de foguetes.

Da Estação do Cruzeiro seguiram suas majestades e altezas em carros para as casas, que haviam sido preparadas pela Cia. Minas and Rio Railway no alto da mata situada em frente à Estação, onde os srs. Herbert Edgell Hunt, empreiteiro representante de Waring Irmãos, engenheiro-residente James Whittle representante da companhia e engenheiros-fiscais por parte do governo, drs. Francisco Teixeira Miranda Azevedo, e Barbosa de Oliveira, receberam os augustos viajantes, conduzindo-os para a casa do empreiteiro Hunt.

Os srs. senadores Afonso Celso, Joaquim Delfino e O. Otoni, conselheiros Afonso Pena, e Alves de Araújo, e os demais convidados, também foram hospedados pela referida companhia.

Às 7 horas, foi servido um profuso jantar. Em uma mesa, tomaram assento suas majestades e altezas, e as pessoas que tiveram a honra de ser para ela convidadas; na outra, sentaram-se as demais pessoas da comitiva.

Trocaram-se diversos brindes de congratulação pelo futuro próspero da companhia de que é presidente o sr. H. Cecil Raikes, e engenheiro o sr. James Brunlees, o mesmo que projetou e executou a Estrada de Ferro de Santos a Jundiáí.

São representantes, da companhia o engenheiro-residente James H. Whittle, e da firma Waring Irmãos o engenheiro Herbert Hunt.

Em princípio de 1881, principiou a locação definitiva da estrada, que parte da Estação do Cruzeiro, situada a 512 metros acima do nível do mar e no quilômetro 252 da Estrada de Ferro D. Pedro II, ramal de São Paulo.

Findo o jantar, diversos colonos nacionais, estabelecidos na fazenda do

sr. major Novais, próxima à estação, foram incorporados saudar os augustos viajantes.

O sr. dr. Teófilo Otoni, presidente da província de Minas Gerais, dirigiu ao sr. James Whittle, representante da companhia, o seguinte telegrama:

Ouro Preto, 24 de junho. Em nome da província de Minas felicito a Companhia da Minas and Rio Railway pela visita do imperador, e faço ardentes votos para que ela chegue quanto antes ao termo de seus trabalhos.

A este telegrama, respondeu o representante Whittle com este outro:

Estação do Cruzeiro, 24 de junho. – A Minas and Rio Railway agradece as felicitações de v. ex. na ocasião da visita de SS. MM. e AA. Imperiais, que acabaram de chegar, e esforçar-se-á para corresponder às esperanças da província.

Amanhã, 25, às 7 da manhã, SS. MM. e Altezas ouvirão missa na capela da fazenda do major Novais e partirão, às 8, para visitar as obras da Estrada de Ferro do Rio Verde, da qual darei conta amanhã.

À última hora, recebemos o seguinte telegrama:

Estação do Cruzeiro, 25 de junho, às 6,35 da tarde. – SS. MM. e AA. Imperiais, acompanhados da comitiva, seguiram hoje, às 8 horas da manhã, para a serra da Mantiqueira, a fim de visitar as obras da Estrada de Ferro do Rio Verde.

Foi brilhante a recepção feita aos augustos viajantes, à boca do túnel, que está sendo perfurado, servindo-se em seguida um lauto almoço oferecido pela companhia.

Depois do almoço sua majestade e suas altezas, acompanhados por toda a comitiva, subiram a serra, a cavalo, até o arraial de Passa Quatro, onde pouco se demoraram, regressando dali para a estação.

Partimos às 8 horas da noite, devendo chegar o trem imperial à corte às 3 horas da manhã.

1ª VIAGEM – 1882
Jornal do Comércio do Rio de Janeiro
Edição do dia 27 de junho

GAZETILHA

Viagem imperial – Ontem, às 2:45h da madrugada, chegou o trem imperial à Estação de São Cristóvão, onde SS. MM. Imperiais desembarcaram, seguindo para a Corte SS. AA. a sra. princesa imperial e seu esposo o sr. conde d'Eu, e bem assim os altos funcionários que os acompanharam e convidados da Companhia The Minas and Rio Railway, de volta da excursão feita aos trabalhos da estrada outrora denominada Estrada de Ferro do Rio Verde.

Anteontem, 25, depois da missa na capela da fazenda do sr. major Novais, próxima à Estação do Cruzeiro, suas majestades e altezas e numerosa comitiva tomaram o trem preparado pela diretoria da estrada e seguiram até o quilômetro 19, trabalhando numa locomotiva nova, denominada Joaquim Delfino, homenagem da companhia ao sr. senador Ribeiro da Luz, como um dos filhos da província de Minas que mais concorreram para a realização da estrada.

A Minas and Rio Railway parte da Estação do Cruzeiro, atravessa a serra da Mantiqueira no arraial de Passa Quatro, atinge o vale do Rio Verde e percorre os municípios de Cristina, Campanha, Baependi, Alfenas e Três Pontas.

No ponto de partida, o leito está a 512 metros acima do nível do mar e sobe logo depois a serra da Mantiqueira, que é atravessada no túnel grande, situado a 1.100 metros acima do mar, medindo 966 metros de extensão, dos quais cerca de 400 já se acham perfurados. São importantes as obras deste túnel.

O serviço é feito pelos perfuradores mais aperfeiçoados que se usaram no monte Ceniz, movidos pelo ar, que é comprimido a mais de 2 quilômetros por meio de uma turbina posta em movimento por uma queda d'água da altura de 240 pés ingleses. Dos 966 metros de extensão que mede o túnel, são abertos 908 na rocha viva e 58 do lado do sul. Para que as obras deste lado não fiquem prejudicadas pela perfuração, foi construído um plano inclinado por cima do túnel, pelo qual serão transportados o material fixo, máquinas e vagões que devam ser empregados na segunda seção. Já vai adiantado o trabalho na galeria do sul, funcionando à luz elétrica, elemento poderoso, que deve servir para facilitar o trabalho dos operários ocupados dia e noite no avançamento do túnel.

São numerosas as obras de arte, conquanto não tenham grande importância, exceto o viaduto no quilômetro 20, numa altura de 30 metros sobre 30 de extensão, e situado numa curva de 100 metros de raio. Desde o quilômetro 8 até o quilômetro 24, foi empregada a rampa máxima de 3%, sem interrupção. O movimento de terra para a preparação do leito está quase pronto, inclusive obras de arte, até o túnel (quilômetro 23), e do outro lado até Pouso Alto; prosseguindo-se sempre na construção do leito da estrada até o quilômetro 75, talvez no fim do ano possam ser assentados os trilhos até Pouso Alto.

Depois de vencer a serra da Mantiqueira, ganha a estrada a zona mineira, entra no vale do Passa Quatro e segue este rio até a sua confluência com o rio Verde, margeando este último pelo lado esquerdo, até que nas imediações da Soledade salta para a margem direita. Como a esquerda é muito sujeita a inundações e também encontram-se os ribeirões das águas gasosas, do Carmo e dos Criminosos, que dão origem a outros tantos brejos; foi assentado proceder-se a uma exploração pela margem direita, até aos Três Corações, ponto final da estrada.

Para mostrar que há alguma coisa feita no serviço material da Minas and Rio Railway, basta dizer que começam as obras a 18 de abril de 1881, e hoje a maior quantidade de escavação executada em um mês foi de 170.000m.c., o paredão mais alto tem 17m de altura, o de maior volume contém 2.665m.c., o bueiro mais comprido é de 67m, o aterro mais alto é de 49m medido verticalmente do pé do talude, o talude mais comprido é de 114m, o corte mais alto de 26m, o aterro de maior volume de 60.000m.c., o corte idem de 40.000m.c. Enfim, há 140 bueiros construídos, 6 pontes e 2 túneis, além de dois em construção. O número de trabalhadores empregados na estrada, a 31 de maio do corrente ano, foi de 4.416.

Chegando os augustos viajantes ao quilômetro 19, ponto extremo dos trilhos assentes, continuou a viagem até o túnel, seguindo sua majestade a impe-

ratriz e sua dama em carro, e s. m. o imperador, s. a. a sra. princesa imperial, o sr. conde d'Eu e comitiva a cavalo. Chegando ao quilômetro 23, onde está o túnel, foi este percorrido até o lugar da escavação por suas majestades e altezas e grande número de convidados da companhia.

A convite do sr. Herbert Hunt, representante dos empreiteiros, suas majestades e altezas dignaram-se de permitir que o sr. Marc Ferrez tirasse a fotografia do grupo formado pela augusta família imperial e mais pessoas, na boca do túnel.

Lauto almoço foi servido, agradecendo em *toast* o sr. Hunt a presença da família imperial naquelas paragens. S. m. o imperador, a sra. princesa imperial, o sr. conde d'Eu, os príncipes d. Pedro e d. Augusto, acompanhados dos srs. senadores Afonso Celso e Joaquim Delfino, dr. O. Valadão, e várias pessoas, seguiram a cavalo até o arraial de Passa Quatro, subindo a serra da Mantiqueira.

Ali demoraram-se apenas 20 minutos, sendo esse tempo o suficiente para se reconhecer a boa água e saudável clima de que gozam seus moradores. Grande concurso de povo recebeu com vivas aclamações os augustos viajantes que, regressando ao quilômetro 19, tomaram o trem da Minas and Rio e chegaram à Estação do Cruzeiro às 6 hs. da tarde.

Servido o jantar, foram levantados ainda na mesa da comitiva brindes aos srs. conselheiros Afonso Celso, Joaquim Delfino e outros.

Às 8 horas da noite partiu o trem imperial da Estação do Cruzeiro, e às 3 da madrugada parou na da Corte, como ficou dito.

VII – A SEGUNDA VISITA: VIAGEM ATÉ TRÊS CORAÇÕES (22 e 23 de junho de 1884)

Sempre com base na preciosa fonte de informações por nós seguida – o precioso e minudente noticiário do *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, passemos agora a relatar a segunda visita de Pedro II às obras da Minas e Rio.

Esta viagem foi muito mais longa que a primeira, pois atingiu o extremo alcançado pela ferrovia, que era a cidade de Três Corações.

A exemplo da viagem anterior, vamos fazer para esta o mesmo destaque por tópicos.

Abertura do tráfego – Na edição de 15 de junho de 1884, dia de domingo, o prestigioso órgão informava que o seu correspondente (que não sabemos quem é nem onde se localizava) havia recebido um informe de que na estação de Cruzeiro havia chegado o primeiro trem, às 12,15 horas, proveniente de Três Corações¹⁶. Ora, a data considerada oficialmente como de abertura dessa estrada de ferro é dada como sendo na véspera, dia 14, sábado.

Já na edição do dia seguinte, segunda-feira – 16, o mesmo correspondente afirmava, em novo curto despacho, que SS. MM, tencionavam percorrer a nova estrada, entre os dias 22 e 24, o que depois se confirmou plenamente¹⁷.

Logo, contrariando ainda os informes do livro do sr. Vasco de Castro Lima, o que fazemos em atenção à verdade histórica, a viagem de Pedro II e sua comitiva não se fez no dia de abertura da Estrada Minas e Rio, mas uma semana após.

O relato fiel dos acontecimentos dessa segunda viagem estão relacionados na edição do *Jornal do Comércio* de 25 de junho de 1884. Assinalemos aqui a particularidade dessa viagem ter sido efetuada exatamente dois anos após a primeira (esta a 24 e 25 de junho de 1882).

A exemplo do que fizemos com a viagem anterior, vamos sumariá-la por tópicos, o que julgamos mais fácil para o leitor acompanhá-la.

a) **Partida da Corte** – Foi no dia 22 de junho, às 6h da manhã. O trem especial da Estrada de Ferro Pedro II conduzia: SS. MM. imperiais, o conde d’Eu e algumas outras altas figuras da alta administração, entre elas o sr. ministro dos Estrangeiros, na época o conselheiro João da Mata Machado, e o sr. ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, o sr. conselheiro Antônio Carneiro da Rocha. Desta feita, notamos a ausência da princesa Isabel.

b) **Chegada a Cruzeiro** – Exatamente ao meio-dia, os nobres visitantes desembarcaram nessa estação que marca o ponto de início da penetração para o sul de Minas. Aí foram recebidos ao som do Hino Nacional e com entusiásticas aclamações do povo. Nesse momento do desembarque, uma menina, filha do sr. Fenn, superintendente da estrada, entregou à imperatriz um ramo de flores artificiais.

c) **A viagem até Três Corações** – Meia hora depois, o trem especial da Minas e Rio partia de Cruzeiro. Ao percorrer as estações por onde deveria passar, notava-se que as mesmas estavam enfeitadas, algumas com a presença de bandas de música e sempre com grande afluência de povo.

Na estação de Soledade, apresentou-se uma comissão da municipalidade de Baependi, pedindo a proteção de s. m. para certas pretensões do seu povo. Exatamente às seis da tarde, o trem especial adentrava a estação de Três Corações. Duas bandas de música executaram o Hino Nacional e a massa de povo era enorme. Ali ficaram hospedados os imperiais visitantes, em instalações adrede preparadas.

d) **Permanência em Três Corações** – Pouco depois da chegada, s. m. saiu a percorrer a cidade que, “como a estação, estava iluminada a *giorno*”, (sic) o que até mereceu um italianismo do senhor correspondente!

e) **O jantar** – Às 7 horas da noite, em um grande armazém da estação, bem iluminado (não sabemos como) e adornado de bandeiras de todas as nações, foi servido o jantar. Sabemos que todo esse serviço de bufê foi contratado pela estrada de ferro a uma firma da Corte. Aí, nessa oportunidade, o sr. engenheiro Whittle, representante da companhia inglesa que explorava a ferrovia, levantou um brinde de honra à família imperial.

O povo conservou-se por longo tempo nas imediações da estação, externando sua alegria pelo duplo fato que aí se comemorava: a abertura da ferrovia e a presença de SS. MM.

No dia seguinte – 23 de junho – 3ª feira:

f) **Visita do conde d'Eu a Campanha** – Às 6 horas da manhã, o sr. conde d'Eu, acompanhado pelo coronel Valadão e seu filho, o deputado Olímpio Valadão, além de numerosas outras pessoas, seguiu para a cidade de Campanha. Ali visitou escolas, uma fábrica de vinhos de um sr. Adolfo Leon e a cadeia pública. Aqui cabe particular reparo: sua alteza se espantou com o número de presos: 97, entre os quais sete mulheres (!). Era a única da área que comportava tão grande número de detentos, mas a aglomeração foi condenada, principalmente porque alguns estavam até doentes.

O almoço foi servido em casa do coronel Valadão. E o povo da cidade proporcionou-lhe carinhosas atenções, apesar de a visita não estar no programa.

g) **O dia de suas majestades** – Enquanto o genro (conde d'Eu) seguia para um lado, o imperador tomava outro rumo, Este, acompanhado de grande número de cavaleiros (o transporte pessoal da época) subiu ao ponto mais elevado da cidade (o Desbarrancado), de onde se avista a freguesia de São Tomé das Letras¹⁸.

Visitou também a igreja e uma escola local.

h) **Visita a Contendas** – Às 13h da tarde, s. m. chegava a Contendas, a 44 quilômetros de Três Corações, por via férrea. Aí chegado, agora a cavalo e acompanhado de cerca de duzentos cavaleiros, dirigiu-se às águas, localizadas a meia légua da estação. O grande objetivo foi provar as águas, que aí mesmo foram examinadas, com reativos que pôde obter, pelo dr. Mata Machado, O sr. José Lúcio Carneiro, seu proprietário, ofereceu, em sua residência, a todos os convidados, uma refeição.

De volta a Contendas, s. m. percorreu ainda a freguesia da Conceição, que fica pouco distante. Aí subiu ao ponto mais alto, para observar o pico do Papagaio, na serra de Aiuruoca.

Após essas visitas, s. m. regressou a Três Corações, chegando às 6h da tarde.

i) **Sua majestade, a imperatriz** – Acompanhada de seu veador e dama de companhia, a que se juntaram uma banda de música e grande massa de povo, em liteira, a nossa imperatriz percorreu a cidade. E nenhuma referência mais há sobre a augusta visitante.

j) **Jantar e troca de discursos** – Ali mesmo, na estação, houve o jantar. O engenheiro sr. Whittle, presidente da companhia, agradeceu, em nome dela, a honra da visita imperial. E, a seguir, o sr. Fenn, engenheiro-superintendente, à frente de chefes de serviço e grande número de empregados, agradeceu também a honra dessa visita.

Na mesma ocasião, num outro local da estação, houve trocas de gentilezas e saudações entre o conselheiro João da Mata Machado, ministro dos Estrangeiros, dr. Manuel Eustáquio e o conselheiro Antônio Carneiro da Rocha, ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Todos se referiram aos grandes acontecimentos do dia. Digno de referência foi o discurso do conselheiro João da Mata Machado, achando, em suas palavras, que não deveria haver razão para distinções entre o sul e o norte da província mineira, “ponderando que a história que refere as glórias e os sofrimentos pertence a todos” (sic) e concitou todos a se unirem pelo engrandecimento de Minas Gerais. (Aí havia fogo, pois fumaça está presente nas suas palavras!...).

l) **Edição especial do *Monitor Sul-Mineiro*** – Nesse instante, chegava ao local o sr. Bernardo Saturnino da Veiga, para entregar aos imperadores e conde d’Eu e demais membros da comitiva exemplares da edição especial em homenagem aos ilustres visitantes. Eis mais uma fonte de informações para mais ampla análise dos fatos que estamos narrando. Mas confessamos desconhecê-la completamente.

24 de junho – quarta-feira:

m) **O regresso** – Às 5 e meia da manhã, na estação, num altar aí levantado, toda a comitiva ouviu missa, celebrada pelo cônego Zeferino Avelar, vigário local. Nessa oportunidade, sua revdma. teceu comentários sobre os benefícios que trazem ao povo as visitas dos soberanos. Durante a missa, houve a participação de coros religiosos.

Às 6h e pouco, o trem deixava a estação de Três Corações. Parou duas vezes, antes de chegar a Contendas, para s. m. apreciar um ponto da paisagem e, em outro local, denominado Cachoeira de Jurumirim, para ser examinado o corte de Itacolomito ¹⁹, já estudado outrora por Orville Derby.

n) **Almoço em Carmo** – Às 8 e meia da manhã, na estação de Carmo (km 74), metade aproximada do percurso a ser percorrido, foi servido um almoço, gentileza do sr. Joaquim Pereira da Silva, barão de Monte Verde.

o) **Final de viagem** – De Passa Quatro em diante, vieram, na máquina, d. Pedro e o sr. conselheiro Antônio Carneiro da Rocha, ministro da Agricultura. E, ao meio-dia em ponto, chegava a imperial comitiva ao ponto final.

p) **Na estação de Cruzeiro** – Imediatamente todos se passaram para o trem especial da Estrada de Ferro Pedro II. Antes, s. m. a imperatriz dignou-se aceder ao pedido do engenheiro sr. Fenn, superintendente da Minas e Rio, para que entregasse a uma escrava, que a servia, a sua carta de alforria.

Uma banda, pertencente ao sr. major Novais, tocou o Hino Nacional. Essa banda acompanhou os ilustres visitantes nessa excursão, mas dela não temos nenhum pormenor.

q) **Chegada ao Rio** – Ao cair da tarde, lá pelas seis horas, findava-se a excursão que marcava a plena concretização do velho sonho de Mauá. Aquilo que ele havia profetizado a d. Pedro, este o constatava agora como um fato real, naqueles dias da excursão. Apenas um espaço de tempo trinta anos separava um extremo de outro.

CONCLUSÃO: Além dos benefícios imensos que essa ferrovia veio trazer ao sul de Minas, com a implantação do novo meio de transporte, a presença dessa estrada responde ainda pelo aparecimento de um novo núcleo urbano no vale do Paraíba, nascido ao influxo da máquina a vapor, o fato novo na história econômica do vale do Paraíba. É isso que torna a cidade de Cruzeiro bem diversa, na sua origem, das demais irmãs da região, que nasceram e se dinamizaram por conta da exploração das atividades rurais no século XIX, ou do comércio de abastecimento das regiões de mineração, no século anterior. Se foi a ferrovia que fez nascer a cidade de Cruzeiro, é ela mesma que, depois de aí instalada, durante meio século, vai pautar-lhe a vida, marcando-lhe o ritmo do seu evoluir, tal como as sístoles e diástoles de um coração humano.

2ª VIAGEM – 1884
Jornal do Comércio do Rio de Janeiro
Edição do dia 25 de junho

GAZETILHA

Excursão imperial – SS. MM. Imperiais e s. a. o conde d’Eu, tendo partido desta Corte no dia 22, às 6 horas da manhã, como já noticiamos, chegaram ao meio-dia à Estação do Cruzeiro, onde começa a Estrada da Companhia Minas & Rio, sendo recebidos ao som do hino nacional e com aclamações entusiásticas do povo, que se achava aglomerado no lugar, Ao desembarcar, uma menina, filha do sr. Fenn, entregou a s. m. a imperatriz um ramo de flores artificiais.

A meia hora depois do meio-dia, partiu o trem.

Todas as estações estavam enfeitadas e embandeiradas, havendo, em algumas, bandas de música e, em todas, grande afluência de povo.

Na da Soledade apresentou-se a sua majestade uma comissão da municipalidade de Baependi, cujo presidente, enumerando as necessidades do município, pediu para sua satisfação, a proteção do mesmo augusto senhor.

Às 6 horas, estava o trem na estação terminal, Três Corações; ali a afluência do povo era tal, que se tornava impossível caminhar: duas bandas de música tocaram o hino nacional e os vivas sucediam-se com o maior entusiasmo.

Suas majestades e altezas foram hospedados na estação, convenientemente preparada.

Pouco depois de chegar, saiu s. m. o imperador a percorrer a freguesia, que, como a estação, estava iluminada a *giorno*, destacando-se alguns transparentes com saudações aos augustos viajantes.

Às 7 horas, em um grande armazém da estação, adornado de bandeiras de

todas as nações e bem iluminado, foi servido um suntuoso jantar. O sr. Whittle, representante da companhia, levantou um brinde à família imperial, que foi vivamente correspondido.

O povo conservou-se por muito tempo junto à estação, onde tocaram constantemente duas bandas de música, que percorrem depois as ruas da freguesia.

Às 9 horas, estando o sr. ministro de Estrangeiros de visita na casa em que se hospedara o sr. Ribeiro da Luz, aí apareceram muitos amigos deste, que o foram cumprimentar, felicitando-o pela inauguração da Estrada Minas and Rio, para que muito concorrera. Trocaram-se diversas saudações, sendo uma delas do sr. Ribeiro da Luz ao sr. ministro de Estrangeiros pela sua elevação ao poder muito devendo esperar de tão distinto filho a província de Minas.

O sr. ministro respondeu agradecendo e recordando os serviços prestados ao país pelo sr. Ribeiro da Luz.

No dia 23, às 6 horas da manhã, seguiu para a cidade da Campanha s. a. o sr. conde d'Eu, acompanhado pelo coronel Valadão, e seu filho o sr. deputado Olímpio Valadão, e mais algumas pessoas.

Sua majestade, acompanhado de grande número de cavaleiros, subiu ao ponto mais elevado desta freguesia, denominado Desbarrancado, de onde se avista a freguesia de São Tomé das Letras; na volta, entrou na igreja e, indo à escola de meninos, aí interrogou alguns dos alunos.

S. m. a imperatriz, acompanhada de seu veador e dama e seguida de grande concurso de povo e de uma banda de música, percorreu em liteira a freguesia, visitou a igreja, recebendo por toda a parte as mais vivas aclamações.

O sr. Whittle, representante da Cia. Rio & Minas telegrafou ao presidente da província, felicitando-o em nome da companhia pela chegada de suas majestades aos Três Corações.

O presidente respondeu congratulando-se com a província e a companhia, pela feliz chegada de suas majestades.

O mesmo presidente telegrafou, felicitando a suas majestades pela sua chegada.

S. m. o imperador respondeu agradecendo.

O sr. ministro de Estrangeiros também telegrafou ao presidente da província, felicitando-o pela visita de suas majestades à Estrada da Rio & Minas.

Ao meio-dia, seguiu sua majestade de Três Corações para Contendas, onde chegou à 1 hora. Aí montou a cavalo e, acompanhado por cerca de 200 cavaleiros, dirigiu-se às águas que distam meia légua da estação.

Sua majestade provou a água das diversas fontes, e o sr. dr. Mata Machado, com os reativos que pôde obter, verificou que em área muito apertada e distando as fontes um metro e menos umas das outras, o exame qualitativo demonstrou uma fonte simples e fortemente gasosa, outra alcalina férrea, outra férrea gasosa e outra sulfurosa.

Estas águas ainda não foram devidamente examinadas, e afirmam profissionais e outras pessoas do lugar, que são excelentes e têm produzido os melhores resultados em grande número de enfermidades. Perto, como se acham, de uma estação, e sendo boa a estrada que a elas vai ter, seria de grande vantagem qualquer melhoramento que se fizesse no lugar, hoje descurodo. O sr. José Lúcio Carneiro, morador aí e proprietário das águas, ofereceu em sua

residência a sua majestade e mais pessoas da comitiva, delicada e profusa refeição, apresentando vinho nacional e licor de pêssego, feitos no município da Campanha, que foram muito apreciados.

De volta a Contendas foi sua majestade percorrer a freguesia da Conceição, que fica pouco distante, subindo ao ponto mais elevado, donde se avista o pico do Papagaio, na serra de Aiuruoca.

A freguesia da Conceição está em posição excelente, tem uma boa igreja, escolas públicas e particulares, e para mais de 100 casas.

Às 5h da tarde saiu sua majestade de Contendas, chegando às 6 aos Três Corações.

Ao terminar o jantar, o sr. Whittle, levantando um brinde a s. m. o imperador, agradeceu, em nome da companhia, a honra da visita imperial à estrada Minas & Rio.

O sr. Fenn, superintendente, à frente dos chefes de serviço e grande número de empregados, apresentou-se à sua majestade e, em nome deles, agradeceu também a honra da visita, sendo em seguida levantados por um empregado e pelo inspetor de tráfego vivas à família imperial, à província de Minas e à nação brasileira.

S. A. o conde d'Eu estava, às 6 horas da tarde, de volta de sua visita à cidade da Campanha.

Apesar de não ser esperado, foi sua alteza ali acolhido com as mais vivas manifestações de apreço, hospedando-se em casa do coronel Valadão, que lhe ofereceu delicado almoço.

Sua alteza visitou alguns edifícios e escolas, a fábrica de vinhos de Adolfo Leon e a cadeia, na qual, por ser a única que oferece segurança ao sul da província, acham-se 97 presos, entre os quais 7 mulheres.

Sua alteza tomou minuciosas informações de pessoas competentes e por elas reconheceu os inconvenientes de tal aglomeração, estando alguns presos gravemente enfermos.

Ao retirar-se, recebeu sua alteza novas e significativas demonstrações de estima e apreço.

Às 9 horas da noite, grande número de pessoas, precedidas por uma banda de música, dirigiram-se a uma das salas da estação, onde se achavam o conselheiro Mata Machado e o dr. Manuel Eustáquio, e, em nome dos habitantes do lugar, saudaram a s. ex.a pela sua elevação ao poder.

O sr. conselheiro proferiu algumas palavras de agradecimento e saudou a população de Três Corações.

Em seguida, o sr. dr. Manuel Eustáquio saudou o sr. conselheiro Carneiro da Rocha, que respondeu felicitando-se por ter podido apreciar nesta visita o progresso e os elementos que tem para desenvolver-se, aquela parte da província saudou os Rio-Verdenses.

Por último falou o sr. conselheiro Mata Machado que, não achando razão para distinções entre o sul e o norte da província, ponderando que a história que refere às glórias e aos sofrimentos da província pertence a todos, e pois todos devem unir-se para pugnar pelo engrandecimento da província de Minas, à qual levantou um viva, que foi muito correspondido.

A freguesia esteve iluminada e foi percorrida por diversas bandas de música, como na noite antecedente, e na estação conservou-se durante o dia,

como em parte da noite, grande concurso de povo.

Foi recebido o *Monitor Sul-Mineiro*, edição especial em homenagem a suas majestades e a s. a. o sr. conde d'Eu, tendo vindo da cidade da Campanha para entregá-lo a Sua Majestade o seu redator, Sr. Bernardo Saturnino da Veiga.

Ontem, às 4 horas da manhã, estava em movimento a população de Três Corações, e percorriam duas músicas diversos lugares, dirigindo-se depois para a estação.

Às 5 ½, em um altar levantado no armazém da estação, suas majestades e alteza ouviram missa, celebrada pelo vigário da freguesia, cônego Zeferino de Avelar, que antes proferiu uma alocução tornando patentes os benefícios que trazem aos povos as visitas dos soberanos, e agradecendo a de suas majestades e alteza àqueles lugares.

A missa foi acompanhada de coros religiosos, muito bem cantados, tocando uma banda de música.

Às 6 horas, partiu o trem da estação dos Três Corações, parando duas vezes antes de chegar a Contendas para sua majestade ver, de um ponto S. Tomé das Letras, e em outro denominado Cachoeira de Jurumirim, para examinar o corte de Itacolomito, já há tempos estudado pelos srs. Derby e Freitas.

Às 8 ½, na Estação do Carmo, foi servido um almoço, mandado preparar pelo sr. barão de Monteverde.

Da Estação de Passa Quatro em diante vieram na máquina sua majestade e o sr. ministro da Agricultura.

Chegando ao Cruzeiro ao meio-dia, passaram-se suas majestades e alteza para o trem da Estrada de Ferro D. Pedro II.

S. m. a imperatriz dignou-se aceder ao pedido da filha do sr. Fenn, entregando a carta de liberdade a uma escrava, que há poucos anos servia ao mesmo senhor.

Ao meio-dia e 16 minutos, partiu o trem do Cruzeiro, onde, como na chegada, era grande o concurso de povo, que levantou repetidos vivas, tocando a banda de música o hino nacional.

Esta banda, pertencente ao sr. major Novais, acompanhou os augustos viajantes, nessa excursão, tocando constantemente escolhidas peças.

Às 5 horas e 52 minutos desembarcam suas majestades e alteza na Estação da Imperial Quinta.

A administração da Estrada Minas & Rio nada poupou para demonstrar o seu agradecimento à honrosa visita de suas majestades e alteza sendo difícil fazer mais e melhor.

Aos que acompanharam suas majestades fez a administração o mais liisonjeiro acolhimento, dispensando-lhes as maiores atenções.

O serviço, fornecido por uma casa desta Corte, foi variadíssimo e da melhor qualidade.

Feita a narração de tudo quanto ocorreu na excursão imperial, passemos a tratar da Estrada Minas & Rio, sobre cujas condições de segurança tomou minuciosas informações o sr. ministro da Agricultura, que, na ida para Três Corações, viajou na plataforma do carro, para bem apreciar o estado da linha e das obras.

A primitiva concessão pela presidência ao visconde de Mauá e brigadeiro Couto Magalhães foi de 22 de setembro de 1875, cedendo depois o primeiro ao segundo a parte que tinha no privilégio.

O governo imperial afiançou a garantia provincial de 4% e concedeu a adicional de 3% sobre o capital. Em 1877, o governo imperial concedeu 7% sobre o capital adicional, ficando elevado a 16.150:000\$ no máximo.

Estas concessões e atos oficiais referiam-se à Estrada de Ferro do Rio Verde, nome que foi mudado para o de The Minas and Rio Railway Company Limited, com que se organizou a companhia cessionária do privilégio.

Esta companhia foi organizada, tendo por presidente o conselheiro Henry Cecil Barkes e engenheiro-chefe o sr. James Brulees, que fez um contrato com Waring Brothers para preparação do leito, construção de estações, armazéns, oficinas, assentamento da via permanente e fornecimento de material rodante. Em princípio de 1870, chegaram os engenheiros e pessoal da administração, sendo o sr. James Henry Whittle representante e engenheiro da companhia, e o sr. Herbert Hunt representante dos empreiteiros.

Começa a estrada na estação do Cruzeiro, quilômetro 252 do ramal de São Paulo na Estrada de Ferro D. Pedro II, e vai à freguesia dos Três Corações, com a extensão de 170 quilômetros e 10 metros.

A quota inicial acima do nível do mar é de 512m, e galga a estrada a serra da Mantiqueira, que é atravessada na depressão do Passa Quatro pelo túnel grande, que mede 997m.

A construção começou em 18 de abril de 1881, e a primeira locomotiva chegou à estação terminal a 18 de outubro de 1883.

O material rodante consta de 6 locomotivas, tanques para a 1^a seção e 8 com tendem para a 2^a, as que serviram na visita imperial e que têm os nomes de Joaquim Delfino e Buarque de Macedo.

Os carros de passageiros, tipo americano, 6 para a 1^a classe, tendo um, compartimento para enfermo; 9 de 2^a, 4 mistos e 1 imperial, muito bem preparado e adornado, tendo duas divisões, uma com cadeira e mesa e outra com grandes cadeiras que se transformam em camas.

Dez carros de bagagem; tipo pequeno, para cargas, tipo americano para 12 toneladas, 50 vagões fechados, 20 abertos, 28 para gado *vacum*, 8 para carneiros e porcos; tipo pequeno, 4 para animais de sela, 2 para inflamáveis e 3 guindastes portáteis.

O telégrafo tem 2 fios, sistema Morse, e os postes distam um do outro 70 metros.

Na 2^a seção foram empregados trilhos de aço.

O capital garantido é hoje de 15.495.253\$085.

É superintendente da companhia o sr. Francis E. Fernn, chefe da via permanente o sr. Alfredo Hervey da Silva, chefe da contabilidade o sr. Eduardo P. G., chefe da locomoção o sr. Harold Harcker, e engenheiro-fiscal o dr. Paulo Ferreira Alves.

Estiveram empregados mais de 5.000 operários de diversas profissões, e isto explica a presteza da construção, apesar das dificuldades do traçado.

Em alinhamentos retos, tem a linha 90.233m,45 e em curvas de diversos

raios cujo mínimo é de 80m 79.776m,55. Em nível estão 46.517m,48 e declividade variável 123.92m,52. A rampa máxima é de 30 graus, somente na 1ª seção, e num trecho de um de 16 quilômetros consecutivos.

Vencida a Mantiqueira, a estrada ganha o vale do Passa Quatro até o quilometro 46, onde este rio entra no Verde e em cujas margens corre a linha até o ponto terminal na margem esquerda.

Há muitas obras de arte, boeiros, pontilhões, mas sem grande importância, sendo os boeiros de cano de barro vidrado, alvenaria de pedra seca, ordinária da de tijolo, devendo notar-se que o número de obras de arte executadas foi muito superior ao indicado no perfil e orçamentos oficiais. Os pontilhões foram aumentados e alguns têm fundações de concreto de cimento, os pés direitos de alvenaria de pedra e as abóbadas de alvenaria de tijolo, sendo alguns muito altos.

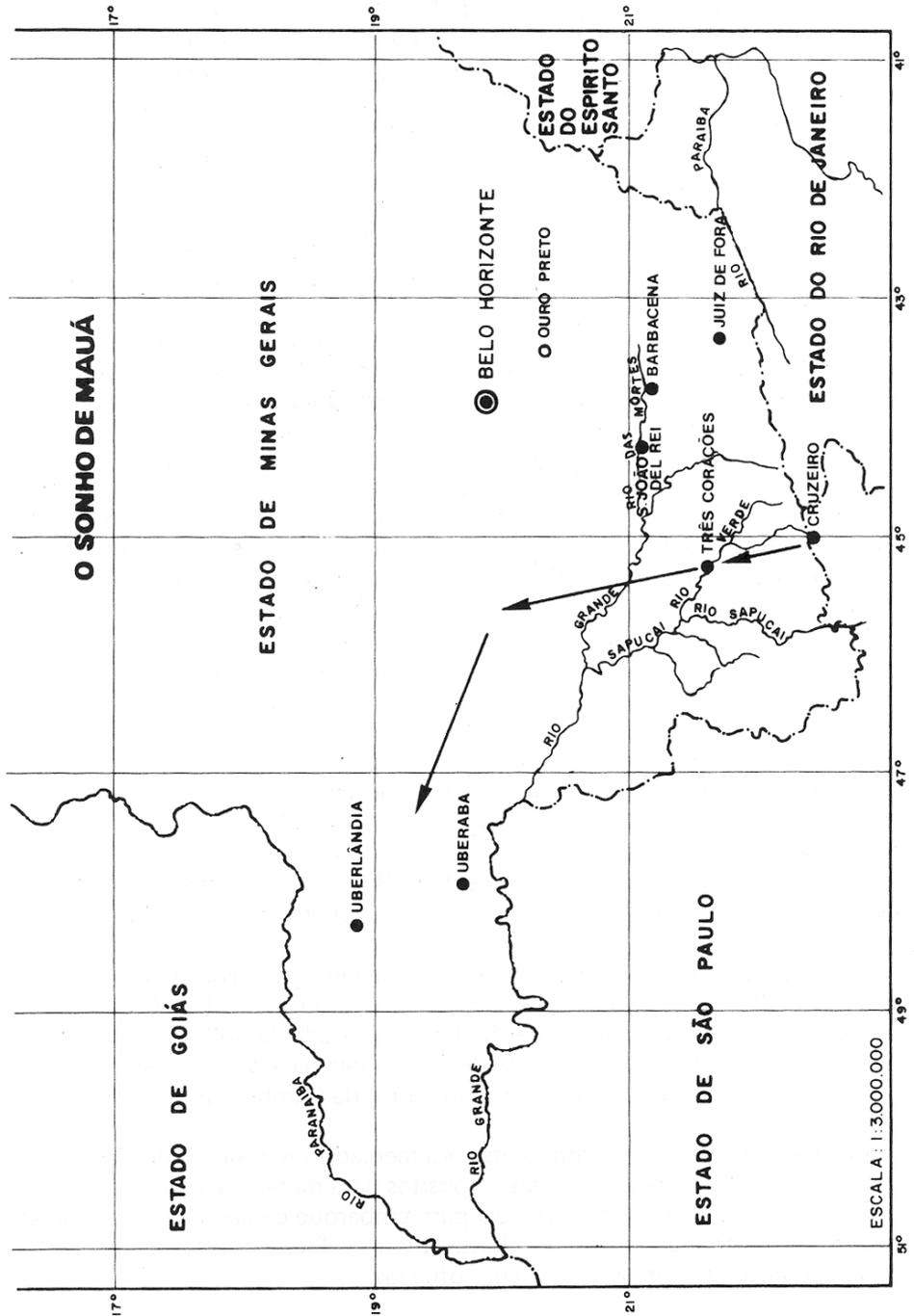
Nas pontes merecem menção o viaduto no quilometro 20, com um vão de 12m e dois de 8m, construídos de cantaria de 1ª classe e superestrutura metálica, sendo em curva; as três sobre o rio Passa Quatro, quilômetros 35, 36 e 46, com dois vãos, um de 20m e outro de 8m, encontros e pilares de alvenaria e tijolo, superestrutura de ferro entrelaçada; duas novas beiram de Santos e Aterrado, com 20m de vão, nos quilômetros 65 e 73; a do Rio Verde no quilometro 74, com um vão de 56m, outra sobre o mesmo, no quilometro 127 com três vãos de 20m cada um, encontros de alvenaria de tijolo, suportes intermediários compostos de cilindro de ferro cheios de concreto de cimento; e a sobre o Lambari, no quilometro 156, com um vão de 26m.

Há seis túneis, todos na 1ª seção, e cujas dimensões são as seguintes: no quilometro 5 em rocha medindo 16m,50; no 13 de alvenaria de tijolo, com 22m; no 19, da mesma alvenaria, com 43m; no 20, de concreto de cimento, com 27m; no 21, de tijolo, com 19m e o grande no 23, tendo 997m aberto parte em rocha sem revestimento, parte revestido de concreto de cimento e parte de alvenaria de tijolo. É de alvenaria de pedra e apresenta o mais belo aspecto a fachada do lado do sul, província de São Paulo, e de alvenaria de tijolo a do norte, Minas.

Removeu-se 2.324.982m de terra e 301.990m de pedras para a preparação do leito, para abertura de valetas laterais e derivações de rios 92,330m de terra.

Além da Estação do Cruzeiro, há mais as de Periquê, Passa Quatro, Capivari, Pouso Alto, Carmo, Soledade, Contendas e a terminal, Três Corações, estando esta acima do nível do mar 839m. Da Estrada da Soledade vai-se facilmente às Águas de Caxambu, e da de Contendas para as do mesmo nome a uma légua de distância, para as do Lambari e da Cambuquira perto da Campanha.

Em todas as estações há armazéns para mercadorias, sendo a do Cruzeiro o escritório da companhia, oficinas, depósitos para materiais, carros e locomotivas, casas para empregados, currais para embarque de gado e um grande armazém para o tráfego mútuo. Em Passa Quatro e Três Corações, há depósitos para locomotivas e carros, e pequenas oficinas.



NOTAS

1. Valemo-nos, em grande parte, para esse trabalho, do *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, edições de 26 e 27 de junho de 1882 e 25 de junho de 1884, incluídos em apêndice.
2. Esse ponto a que estamos fazendo referência é o primitivo núcleo do Embaú, outrora a sede do município, quando este foi criado em 1871.
3. *A Estrada de Ferro Sul de Minas (1884-1934)* – Autoria de Vasco de Castro Lima, que era o secretário da referida estrada. Consta a obra de 296 páginas, 27 quadros estatísticos e é riquíssima de ilustrações.
4. Esta seção chamada Gazetilha parece-nos mais um noticiário de fatos e vultos da corte, tal a tônica do que nela predomina.
5. Dados colhidos na obra: *Memória Histórica da Central do Brasil*, de Manuel Fernandes Figueira, Rio de Janeiro, Imprensa Oficial, 1908 – p. 187.
6. In *Revista Brasileira de Geografia* – Estudo de Lupércio Gonçalves Ferreira e Laércio Coutinho de Barros – Ano III, n. 4, p. 857. A referida definição é ainda seguida de uma excelente elucidação dos seis elementos fundamentais que a compõem.
7. O município de Cruzeiro foi criado em 1871, mas instalado em 1873, com sede no primitivo núcleo do Embaú, que era chamado, efetivamente, de Cruzeiro. Com o aparecimento do novo aglomerado, que a ferrovia gerou, mais tarde a sede acabou sendo transferida, pela maior importância que ele tomou. Isso ocorreu em 1901.
8. Vide a tese de Stanley J. Steinberg: *Grandeza e decadência do café* – São Paulo, Editora Brasiliense, 1961, 372 pp., em seu capítulo IV: “Venda dos produtos, abastecimento e transporte”. Recorra-se também à obra de José Alípio Goulart: *Tropas e trapeiras na formação do Brasil* – Rio de Janeiro – Editora Conquista, 1961, 270 pp., além de outras obras importantes sobre o tema. Como trabalho mais recente devemos citar *Vida e morte do Trapeira*, de monsenhor Luís Castanho de Almeida, Editora Martins, São Paulo, 1971, 228 págs.
9. Referida carta, por nós aqui reproduzida, ainda tem seu original nos arquivos da Fazenda Boa Vista, hoje patrimônio tombado pelo governo paulista. A reprodução desse precioso documento, nós a devemos à gentileza da sra. Celestina Novais dos santos Antunes, neta do major Novais, a qual, anos atrás, nô-la confiou para fins de estudos.
10. O engenheiro Hunt representava, na construção da estrada, a firma empreiteira das obras – Waring Brothers, de Londres. Depois, veio a ser, de 1881 a 1884, o superintendente da Minas and Rio. A essa companhia foram cometidos todos os trabalhos de construção de estações, oficinas, fornecimento de material rodante, e tudo mais. Foi esta autoridade que hospedou, na primeira viagem (em 1882), o imperador e os demais altos membros da comitiva.
11. Não é de se estranhar que a muitos tenha surpreendido o nome dessa estrada de ferro, que ia partir de São Paulo e não da província fluminense, valendo-se dessa circunstância, muitos intentaram atribuir tal deslocamento para as terras da Fazenda Bela Vista, de propriedade do major Manuel de Freitas Novais, a um certo grau de prestígio do mesmo, junto às altas esferas do governo imperial. É essa a tradição, ainda imperante em certas camadas da cidade de cruzeiro. Isso é apontado por Vasco de Castro Lima, em seu livro, por nós citado (vide nota 3). Entretanto, para nós, tais afirmações em nada nos levam a uma conclusão convincente, pois o referido autor não apresenta nenhum documento comprovativo da sua afirmação. Mais ainda: a carta enviada por Couto de Magalhães do major Novais, em 1875 (e por nós aqui reproduzida integralmente), não pare ser, de forma alguma, elemento de comprovação suficiente dessa alteração do traçado da ferrovia que ia ser construída, fazendo transferir-se o seu ponto inicial do território fluminense para aquele onde realmente acabou por ser fixado.
Conhecedor profundo do território brasileiro (e disso ninguém poderá duvidar), jamais poderemos aceitar que Couto de Magalhães e também seus companheiros de empresa desconhecêssem essa passagem natural do vale do Passa Vinte, que houvera sido avia preferida do bandeirismo, fato tão divulgado e estudado desde a obra remotíssima de Antonil, publicada no recuado ano de 1711.

Quem conhecer um mínimo de Geografia do Brasil Sudeste sabe que, além deste caminho consagrado pelo uso dos bandeirantes e batido inicialmente por Jaques Felix, outro havia, o Caminho Novo, de Garcia Rodrigues, concluído lá por volta de 1720. Afora estes, outras pouquíssimas passagens existiam que, galgando as escarpas da Mantiqueira, pudessem levar os viajantes para o outro lado das mesmas, através do novo recurso que se intentava implantar: a ferrovia.

Assim, para se alcançar o vale do Rio Verde, meta desse novo meio de transporte, é lógico que os seus idealizadores e construtores haveriam de optar por uma dessas linhas de menor resistência que a Natureza haveria de lhes oferecer, aqui no caso o conhecidíssimo vale do Passa Vinte, por só ela oferecer as vantagens técnicas e econômicas exigidas naqueles tempos para a construção de uma ferrovia. Se bem observarmos um mapa minucioso dessa pequena área, vamos notar que, graças à erosão de suas cabeceiras, é aí que a Mantiqueira se acha rebaixada, nos pontos iniciais dos rios Verde e Passa Vinte. Isso é que permitiu a formação de uma garganta, passagem fácil, de certo modo, ligando um e outro lado da escarpa.

A nosso ver, depois de meticulosa análise do que a tradição oral implantou em Cruzeiro, quer-nos parecer que não poderia ser a influência dessa figura do major Novais, ainda longe de chegar a culminâncias que justificassem esse poderio, o elemento capaz de determinar a alteração do traçado.

Por igual diapasão de valorizar outro fato da tradição local se modula a obra de Mota Sobrinho – A Civilização do Café - à p. 79 de sua 2ª edição. Mas, igualmente, como Vasco de Castro Lima, não nos apresenta nenhum documento, na sua mais larga acepção da palavra, capaz de comprovar o alegado, o que contraria a metodologia da História como Ciência, no dizer preciso de Marrou.

Jamais se poderá afirmar, até que surjam novas luzes em contrário, que ao major Novais coube obter ainda a passagem da Estrada de Ferro Pedro II para a margem esquerda do rio Paraíba, onde se situavam as suas terras da Fazenda Boa Vista, a fim de que as mesmas viessem, muito naturalmente, a ser com isso altamente beneficiadas. Quem leu a obra, já centenária, de Cristiano Benedito Otoni, escrita e publicada pela primeira vez em 1859, vai encontrar, na página 174 de sua 2ª edição (feita em 1938), que as mais amplas opções técnicas para o assentamento dos trilhos de uma ferrovia até Cachoeira já estavam perfeitamente delineadas. Os estudos existentes nesse recuado ano de 1859 nem temiam a possibilidade de despesas de construção de 2, 3 ou mais pontes (sic), desde que isto compensasse as facilidades oferecidas pelo terreno (sic). Logo, segundo o nosso ponto de vista, antes que pudesse surgir a influência de quem quer que seja, o problema já se apresentava amplamente estudado, debatido e resolvido. Para nós, essa influência apontada, assim tão marcante do major Novais, parece-nos um fato que está a ultrapassar a própria dimensão do problema. E a se dar crédito à versão de que foi ele o autor disso, o fato parece-nos ainda em nada suficientemente esclarecido. Este é o nosso ponto de vista, que poderá ser contraditado, à luz de melhor documentação. Mas que se fixe, bem claramente, o que afirmamos: preferimos ser fiéis aos preceitos da investigação histórica: “onde não há documentos, não há História”. Preferimos, portanto, ficar com a segura metodologia histórica e com Alberto de Faria, ao reproduzir o que Mauá falara ao imperador Pedro II, no recuado ano de 1854, tudo isso ainda acrescido das novas indicações técnicas referidas na obra de Cristiano Otoni. Para nós, pobreza de documentação se pode conduzir a ilações imaginosas, que geram confusões e nunca a sólidas conclusões.

12. A locomotiva n. 1 dessa estrada de ferro recebeu o nome de Joaquim Delfino e durante mais de meio século prestou serviços de sua função. Foi devidamente homenageada nos festejos do 50º aniversário da estrada.

13. Isso é o que se contém exatamente na edição do Jornal do Comércio de 26 de junho, por sinal que extremamente meticulosa, Essa informação esclarece soberbamente aspectos da história local cruzeirense e da própria ocupação do sítio em que se assentou a cidade. Em distância que se aproxima de um quilômetro da estação, cessa a parte plana do terraço em que a cidade de Cruzeiro foi erguida, começando, a partir daí, em direção oeste, as colinas terciárias que a circundam. Precisamente nesse ponto, com o descortínio de deslumbrantes paisagens, os engenheiros ingleses, empenhados na construção da ferrovia, fizeram construir as suas moradias. Estas, mais tarde, em que pesem as sucessivas formas de administração por que passou a estrada (arrendamento a particular, administração estadual e, depois, federal) continuaram a função adicional de ser a residência da alta cúpula administrativa das diretorias que se foram sucedendo.

Fato pitoresco é que o nome popular se perpetuou; ainda hoje é, na paisagem urbana de Cruzeiro, o tradicional morro dos Ingleses, em cujos pés a cidade nasceu e cresceu. E, para ligar a estação, um dos pilares da formação de Cruzeiro, até essas residências, havia a famosa reta, depois desapa-

recida da fisionomia da cidade, submersa que foi pelo seu ajustamento a um autêntico plano em tabuleiro de xadrez, que tanto caracteriza e contrasta Cruzeiro com as demais cidades do Vale do Paraíba.

14. Até hoje ainda não identificamos quem foi o celebrante dessa missa, nem pormenores dessa cerimônia religiosa. Apenas temos o registro geral do fato.

15. A foto tem hoje (1973) exatamente 91 anos. Está muito bem reproduzida na obra de Vasco de Castro Lima, já por nós referida.

16. Para que a data de abertura seja considerada no dia 14, como se vê no livro de Vasco de Castro Lima, é de supor que nesse dia tenha partido para Três Corações o primeiro trem, saído de Cruzeiro, pois o telegrama que o sr. J. H. Whittle recebera falava somente do trem chegado ao ponto inicial da ferrovia.

Somos forçados a esses reparos, dado o fato de que o livro em apreço não tinha a preocupação de relatar, com minudências, essas viagens de Pedro II. Daí as referências sempre escassas, o que determina, normalmente, imprecisões.

17. A cidade de Cruzeiro ainda não existia, mas o município já tinha vida regular, com sede no velho núcleo do Embaú, que tinha, no entanto, esse mesmo nome de Cruzeiro. Lá se reunia a sua Câmara Municipal, cujo presidente era, nesse ano de 1884, o sr. Major Manuel de Freitas Novais.

Para dar perfeita solidez às nossas investigações sobre a história desse município, já lemos e sumariamos todas as atas da sua Câmara, de 1873, quando foi instalada, até 1901, quando a sede do município foi transferida para o povoado da Estação.

Na ata de n. 295 (numeração seguida em nossos estudos), da sessão ordinária de 20 de junho de 1884, presidida pelo sr. Major Novais, encontramos a seguinte informação, que esta nota 17 pode comportar:

“A Câmara, sabendo das viagens de Suas Majestades Imperial e Alteza Imperial o Conde d’Eu, reunirá, na Estação de Cruzeiro, no dia 22 do corrente, convidando o povo deste município para a recepção de S. Majestade Imperial, felicitando o Governo e Exmo. Sr. Ministro da Agricultura (que também o era de Obras Públicas – o informe é nosso) pelas providências tomadas a guardar os interesses da Estrada Minas e Rio, como esta Câmara já representou, nomeando mais o Major Novais, presidente da Câmara, para entender-se com o Superintendente da Estrada Minas e Rio e diretor da Estrada Pedro II, combinando com ambos os meios mais cômodos dos povos na carga e descarga da Estação do Cruzeiro...”

Em que pese a má redação, nosso intuito foi o de trazer à baila a referência da Câmara local sobre essa viagem. O assunto comportaria outras considerações, inoportunas no momento.

18. Nome dado ao povoado em alusão às inscrições rupestres ar acharas numa gruta da serra de São Tomé (in Toponímia de Minas Gerais – Joaquim Ribeiro Costa – Belo Horizonte – Imprensa Oficial do Estado – 1970 – 430 pp. – p. 396).

19. Variedade de quartzito com lâminas de mica. De coloração branca, é muito flexível. Rocha muito comum em Minas Gerais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 – ALMEIDA, Aluísio de. *Vida e morte do trapeira*, São Paulo, Martins, 1971. 228 p.
- 2 – COSTA, Paulo de Andrade Martins. *Introdução à memória histórica da Estrada de Ferro Central do Brasil; comemorativa do seu Centenário (1858-1958)*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1958.
- 3 – CUNHA, Ernesto Antônio Lassance. *Estudo descritivo da viação férrea no Brasil*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1909. p. 221-231.
- 4 – FARIA, Alberto de. *Mauá*. 4. ed. São Paulo, Nacional, 1958, p. 150-175.

- 5 – FIGUEIRA, Manuel Fernandes. *Memória histórica da Estrada de Ferro Central do Brasil no seu 50º aniversário*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1908. 956 p.
- 6 – LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e a serra*, 2. ed. Rio de Janeiro, I.B.G.E., 1963. 454 p.
- 7 – LEITE, Mário. *Paulistas e mineiros, plantadores de cidades*, São Paulo, Edart, 1961, 292 p.
- 8 – LIMA, Vasco de Castro. *A estrada de ferro Sul de Minas no seu primeiro cinquentenário*. São Paulo, Copag, 1934, 296 p.
- 9 – MAGALHÃES, Basílio de, *O Café na história no folclore e nas belas-artes*. Rio de Janeiro, Dep. de Estatística e Publicidade do Ministério do Trabalho, 1937, 247 p.
- 10 – MATOS, Odilon Nogueira de. *Evolução das vias de comunicação no Estado do Rio de Janeiro*. Boletim Paulista de Geografia. São Paulo, 3: 51-75, 1949.
- 11 – *O DESENVOLVIMENTO da rede ferroviária e a expansão da cultura do café em São Paulo*. Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, 133: 371-381, 1956.
- 12 – MOTA SOBRINHO, Antônio Joaquim Alves. *A civilização do café*. 2. ed. São Paulo, Brasiliense, s.d. 184 p.
- 13 – OTONI, Cristiano Benedito. *O futuro das estradas de ferro no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro, 1938, 180 p. (a 1. ed, data de 1859).
- 14 – PESSOA JÚNIOR, Ciro Deocleciano Ribeiro. *Estudo descritivo das estradas de ferro do Brasil*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1866, p. 343-361.
- 15 – PIMENTA, Dermeval José. *Caminhos de Minas Gerais*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1971. 166 p.

AINDA: Coleção das decisões e decretos do governo imperial do Brasil (anos de 1873 a 1884). (Consultas feitas nas bibliotecas do Instituto Agrônomo de Campinas e Centro de Ciências, Letras e Artes da mesma cidade.)

HILTON FEDERICI (1913-1980)

Nasceu em Cruzeiro. Estudou no ginásio São Joaquim, de Lorena. Professor normalista e licenciado em Geografia e História pela Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo em 1938. Ainda em 1938, realizou o curso de Formação Pedagógica de professor secundário no Instituto Caetano de Campos, em São Paulo, iniciando, então, o exercício do magistério oficial. Aposentou-se em 1968.

Lecionou em Caçapava e Itapira. Foi diretor da Escola Normal de Cruzeiro. Vindo para Campinas, exerceu o magistério no colégio Culto à Ciência. Foi secretário de Educação da prefeitura municipal de Campinas; professor de Estudo de Problemas Brasileiros na Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Foi de sua autoria o primeiro curso no país sobre símbolos nacionais. Membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, da Associação dos Geógrafos Brasileiros e de outras entidades, na condição de membro da Academia Campinense de Letras foi um dos convidados para o I Encontro de Academias de Letras do Brasil, realizado em Goiânia em abril de 1972. Publicou, com seus alunos, "Investigações Histórico-Geográficas sobre Cruzeiro", 1937; "A razão do nome Guarani", 1964; e "A Terra Campineira", 1972, em colaboração com o professor Antônio Christófoletti. Colaborou no volume "Antologia", n. 16 de Publicações da Academia Campinense de Letras, 1966 e no n. 35, comemorativo do 20º aniversário de fundação da Academia, em 1976; "História de Cruzeiro" – 2 vs. 74 e 78.

O presente trabalho – em edição particular – foi apresentado ao I Congresso de História de São Paulo, realizado em Campinas no mês de julho de 1972.

**Estudo grafológico da
personalidade de d. Pedro II**

Odete Serpa Levy



D. Pedro II numa das raras fotografias em que aparece uniformizado. Ano 1870.
(Foto do Arquivo Histórico do Museu Imperial).

APRESENTAÇÃO

O estudo grafológico de d. Pedro II, feito por encomenda do Museu Imperial, vem revelar mais uma faceta do imperador.

A propósito julga o Museu Imperial fazer comentários à margem como, por exemplo, a “saudade de algo que ficou no passado”; seria, no caso, o que chamaríamos de complexo do órfão, que se nota em dois momentos de sua vida: na inauguração da estátua eqüestre de seu pai, quando demonstra a alegria de ter de fazer continência ao monumento - ele que nunca a fizera a ninguém, pois que, desde os 5 anos iodos é que lhe faziam; e na sua primeira estada em Portugal, quando se preocupa em encontrar (e anota em seu diário) os personagens que tinham convivido com d. Pedro I.

Não se encontra, porém, vestígios nem em depoimentos nem na documentação histórica, de que fosse d. Pedro II um *gourmet*. O sabido é que comia pouco e depressa, o que deixava os comensais sem poder desfrutar melhor as iguarias.

Enfim, suas qualidades intelectuais no estudo mencionado estão de acordo com a opinião de Rui Barbosa que com ele dialogou na discussão do projeto sobre a reforma do ensino.

Lourenço Luiz Lacombe

Diretor do Museu Imperial

Nos manuscritos datados respectivamente de 1831, 1846, 1863 e 1883, a característica dominante é a admirável personalidade de d. Pedro II que, desde a adolescência, demonstrava ampla visão estratégica, sendo capaz de impor sua vontade e intuir, com cautela, o essencial. A originalidade de firmes traços angulosos e a disposição da grafia no contexto revelam brilhante inteligência, interesse por coisas do espírito e o desenvolvimento impressionante de um dirigente consciente do próprio valor.

É que, a par da firmeza nas decisões, buscava, no equilíbrio, atingir, com astúcia, a finura de julgamento. Com desenvoltura ímpar, exigente ao máximo, combatido e intransigente em seus métodos, não sugestionável, era-lhe difícil ceder sem que fortes argumentos o convencessem.

A decisão dos problemas não o despojava da objetividade nem da ação, sempre atraído por valores concretos. Essa simbiose de interesses de alta responsabilidade, mesclados de suscetibilidade, podiam cansá-lo sem que, toda

via, abdicasse de sua importância e austeridade fora do comum. Sentia-se fascinado pelos valores da cultura e pela curiosidade intelectual. Era independente e rebelde, mas sempre empreendedor e escrupuloso.

A rapidez e facilidade de raciocínio, somadas ao senso psicológico, davam-lhe os meios para persuadir, para convencer. Capacidade de compreensão podia conduzi-lo à luta sem perder interesse por tudo a seu redor. Repressão da espontaneidade sem prejuízo da originalidade são tônicas presentes em muitos de seus traços.

Apesar desses dotes, carregou, ao longo da vida, saudade de algo que ficou no passado e este sentimento o impulsionou a realizações que antecipassem o futuro. Nele, ação e fantasia se equilibravam. Exigente, com tendências científicas, dava grande atenção a detalhes. Eles lhe eram imprescindíveis e por isso seu julgamento era objetivo.

Em alguns traços, na amostragem de 23/10/1863, nota-se-lhe que a mão vigorosa que conduzia a pena encharcada de tinta era subitamente freada em uma fração de segundo, sem que essa repentina parada indicasse reflexão. Era uma pausa, quiçá motivada por cansaço e excesso de zelo. Ao esteta, ao *gourmet*, ao emotivo, somavam-se reações imprevisíveis por força de violenta projeção, inesperada e breve, produto da curiosidade intelectual, aliada à vida interior muito desenvolvida. Conjugando, sem folga, o verbo reprimir, abrigava-se na introversão apoiando-se na desconfiança e minúcias.

Rio de Janeiro de 1946
Cam. Mand.

Escreva - Me escreva para lhe recomendar a visita
do Sr. Allen, o pintor Peruzzi, homem de muito ta-
lento, e cujas obras, representando tipos, pais, cenas
e costumes do Brasil são muito interessantes. Ficarei
muito feliz para o Mand, quem conhece a
patria, pois que não posso de Peruzi, que é
um joia

Atteis Mano de corru

Seu affeição do Mano



Luiz



Extrait.

Le Traité de paix de 1763 que
ne se trouve dans aucun ouvrage, et qui
est que deux copies - le n° 1 est grande. et
l'autre est petite. D'après ce que j'ai vu
de l'original, vous pouvez par votre
procès-verbal en faire un effet.

D. L. L.

31 de Janvier de 1863.

Mr Paraná

Necessário telegramme. Não como
o Sr. quanto ao adiantamento. Se em
último caso. Os Conselhos de Estado
aos Amigos serão de grande proveito.
Pelo que li em folhas do Rio-Grande
parece que os deputados provinciais do
Estado Conservador divididos também não
têm procedido como devia

Leandro

Rio 19 de Maio de 1883



Noticiários 81/82

NOTICIÁRIO 1981

1. ATIVIDADES CULTURAIS

1.1 Promoções:

- Exposições Temporárias
- No Museu Imperial:
 - Comemorativa do Sesquicentenário da Abdicação de D. Pedro I, com peças e documentos referentes ao 2º período do reinado de d. Pedro I, incluindo o texto autêntico da Abdicação.
 - 140º Aniversário da Sagração e Coroação de d. Pedro II
 - Da Independência à Abdicação

Fora da Sede do Museu Imperial

- Exposições de jóias do Museu Imperial – Belo Horizonte

Conferências – Cursos

“Cidade Imperial”

- Conferência do secretário da Cultura, dr. Aloísio Magalhães, sobre o decreto presidencial tornando Petrópolis “Cidade Imperial”.

Painel do II Reinado:

- Reavaliação da Política Econômica – Mircea Buesco
- Evolução Industrial – Francisco de Paula e Azevedo Pondé
- Funcionamento da Constituição de 1824 – Célio Borja
- Sistema Eleitoral do Império – Vicente Barreto
- Bases Filosóficas da Política de D. Pedro II – Odilão Moura – OSB

Promovido pelo Museu Imperial e o CREC de Petrópolis:

- I Curso de Estudos sobre os Símbolos Nacionais
- Jornadas Pedagógicas, com as seguintes palestras:
 - Estudos Sociais – Jorge Geraldo Brito
 - Como iniciar a Criança na Matemática Moderna – Jairo Bezerra
 - Projeto Logus MEC/CREC

Promovido pelo Museu Imperial e o Instituto Histórico de Petrópolis:

- Sessão cívica em comemoração à elevação de Petrópolis à categoria de cidade; orador e sócio-efetivo prof. Lourenço Luiz Lacombe.

1.2 Atividades externas do diretor do Museu Imperial

- Paraninfo do curso de Genealogia e palestra sobre o Museu Imperial, com apresentação de slides, em Belo Horizonte.

1.3 Atividades Educativas e de Difusão Cultural

- Técnica de Pesquisa Aplicada à História: curso com aulas práticas para alunos de História da Universidade Católica de Petrópolis: total 14 alunos, com 64 aulas.

- Bolsas de Estudo para Universitários: recebeu o Museu Imperial, através do MUDES, para prestação de serviços sem vínculo empregatício, 5 estudantes, assim distribuídos:

Museologia – 1

Pedagogia – 4

- Programa de Difusão Cultural do Museu Imperial e secretaria de Educação e Cultura de Petrópolis junto às escolas oficiais. Atividade: “Crianças Estudam no Museu”; compareceram 1.585 estudantes do 1º grau.

1.4 Consultas na Biblioteca

- Atendeu 780 pessoas, que se utilizaram de 1.190 obras.

1.5 Pesquisa no Arquivo Histórico

- Atendeu a 27 pessoas, que se utilizaram de 406 documentos

1.6 Eventos Artísticos

- No auditório

Promovido pelo Museu Imperial e ABRARTE - Cultura Artística de Petrópolis:

- concerto do Coral do Instituto Benjamin Constant
- recital do pianista Arnaldo Rebello
- noite de poesia, com Lúcia Fadigas e Ritinha Cezimbra
- concerto da Orquestra de Câmara Santa Cecília
- concerto dos Canarinhos de Petrópolis
- homenagem ao beato José de Anchieta
- chorinhos com o conjunto Galo Preto
- recital do pianista Arthur Brasil
- concerto de flauta e piano, com Eduardo Monteiro e Ileana Carneiro
- recital da ORCAPE
- recital de chorinhos e valsas
- concertos de flautas pelo conjunto Aulus
- recital do violoncelista Milton Roth
- recital do violonista Marcos Llerena
- recital da cantora Belkiss Campos
- concerto de flauta e piano com o duo Llerena-Guimarães
- recital de música brasileira com o grupo AUE
- teatro infantil com o grupo Gente Nova

Promovido pela Sociedade Artística Villa-Lobos:

- concerto do Coral Municipal
- recital: duo de violões
- concerto de canto e piano com Dircéa de Amorim e o conjunto Sonata de Câmara
- concerto do grupo Mel

Na Sala de Música do Palácio Imperial

Promovido pelo Museu Imperial e ABRARTE – Cultura Artística de Petrópolis:

- concerto da cravista Edna Strehler e do flautista Edmundo Raes
- *Presença de d. Pedro II*: com Maria Fernanda e Rubens de Falco; cravo Roberto de Regina e canto Maria de Fátima Alegria
- concerto dos Canarinhos de Petrópolis.

2. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

2.1 Restauração, Recuperação e Instalações

- em andamento a recuperação dos gradis que circundam o prédio do Museu Imperial
- recuperação das calçadas
- reforma de parte dos jardins
- instalação e reforma da parte elétrica do prédio do Museu Imperial

3. VISITAÇÃO

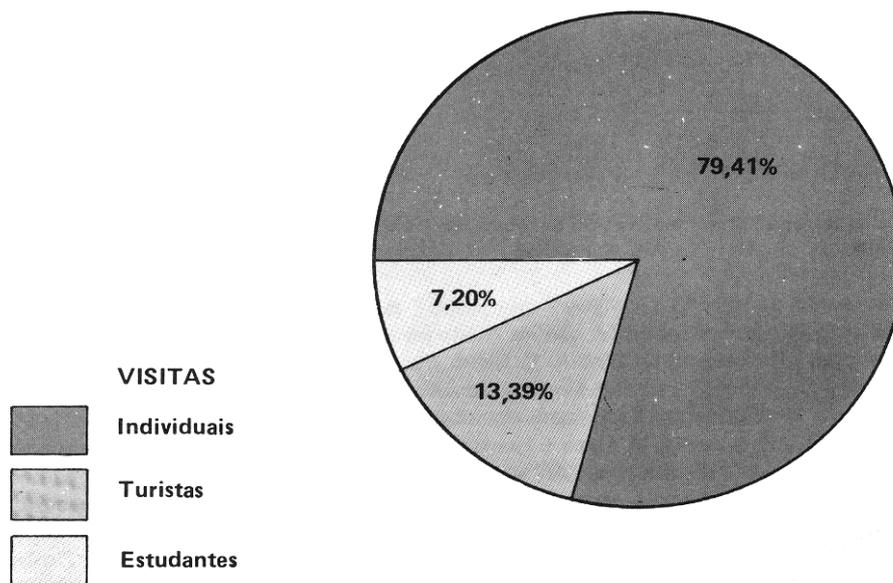
3.1 Visitas ilustres

- Dr. Aloísio Magalhães, secretário da Cultura
- Ministro das Relações Exteriores da República Federal da Alemanha
- Sr. Luiz Paulo Vasconcelos, diretor administrativo de O GLOBO
- Dr. Marcos Almir Madeira, delegado do MEC no Rio de Janeiro

- General Paulo Figueiredo de Andrade Oliveira, comandante da 1ª Brigada de Infantaria Motorizada
- Princesa Kallayani Vattana, irmã do atual rei da Tailândia, acompanhada do embaixador Prasong Suwanpradhes
- Sr. R. H. Le Coutre, do Museu de Antuérpia em companhia da sra. Zoé Chagas Freitas
- Coronel Sérgio Mário Pascuali, secretário-geral do MEC em companhia do delegado do Rio de Janeiro, professor Pery Porto e do sub-secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dr. Irapoan Cavalcanti de Lyra
- Sra. Françoise Landowski, filha do escultor Paul Landowski, autor da estátua do Cristo Redentor do Corcovado.
- Dr. Adriano de Carvalho, embaixador de Portugal em companhia do cônsul geral do Rio de Janeiro e do vice-cônsul em Petrópolis sr. Herbert Weil, cônsul-geral da República Federal da Alemanha.

3.2 Visitação Geral (gráfico)

	%	
Visitas individuais:	79,41	226.084
Visitas estudantes:	7,20	20.485
Visitas turistas:	13,39	38.132
Total	100%	284.701





Recital do Coral Municipal, na Sala de Música do Palácio Imperial, sob a regência do maestro Ernani Aguiar.

NOTICIÁRIO 1982

1. ATIVIDADES CULTURAIS

1.1 Promoções:

– Exposições Temporárias

No Museu Imperial:

– *Teresa Cristina, Imperatriz do Brasil* – comemorativa do 160º aniversário natalício da imperatriz.

– *Petrópolis de Ontem e Hoje* – convênio: Museu Imperial/Universidade Católica de Petrópolis.

– Aspectos do II Reinado

Externas patrocinadas pelo Museu Imperial

– *Pedro II pela imagem* – Barbacena

Conferências:

– Conferência realizada no auditório do Museu Imperial em comemoração ao 157º aniversário de d. Pedro II.

Cursos:

– *Arquitetura Brasileira* – ministrado pelo prof. Almir Paredes.

– *Panorama da História de Petrópolis* – ministrado pelo diretor do Museu Imperial, prof. Lourenço Luiz Lacombe.

– *Evolução de Equipamentos de Interior* – – Mobiliário – ministrado pelo prof. Almir Paredes.

– *A Organização Política do Império* – ministrado pelo prof. Vicente Tapajós.

Os cursos acima citados foram realizados em convênio com o Museu Imperial/Fundação MUDES/Fundação Nacional Pró-Memória.

Festival:

– 1º Festival Germânico de Petrópolis – promovido pelo Instituto Histórico de Petrópolis/Fundação Nacional Pró-Memória/Secretaria de Turismo de Petrópolis.

1.2 Atividades externas do diretor do Museu Imperial

– Conferência sobre Administração de Museus, no Congresso de Dirigentes do Museu do Norte e Nordeste, em Recife (PE).

– O diretor do Museu Imperial, integrando a comissão encarregada de presidir o traslado dos restos mortais da imperatriz Amélia e sua filha, para o Brasil, deixou, por escrito, seu testemunho desse evento, abaixo transcrito:

TRASLADAÇÃO DOS RESTOS MORTAIS DA IMPERATRIZ D. AMÉLIA E DE SUA FILHA D. MARIA AMÉLIA

Na oportunidade de sua estada em Lisboa, em 1981, foi o diretor do Museu Imperial visitar o mausoléu dos Bragança, no mosteiro de São Vicente de Fora, lá observando a existência das sepulturas da imperatriz do Brasil, d. Amélia de Beauharnais, segunda esposa de d. Pedro I, e da filha do casal, a princesa d. Maria Amélia.

Em conversa posterior com o embaixador do Brasil em Lisboa, Dário de Castro Alves, comentou a possibilidade não deixar separado o casal, já que os restos mortais do imperador tinham sido transferidos para o Brasil em 1972 por ocasião das comemorações do sesquicentário da Independência. Acrescentou o diretor, ainda, o fato de, na correspondência com d. Pedro II, escrever d. Amélia desejar ser enterrada ao lado de seu “querido Pedro”. Com a ida para São Paulo do corpo de d. Pedro I, ficou em Lisboa a pobre senhora, longe de seu adorado Pedro (são expressões que usava referindo-se ao marido)

e como uma estranha, no meio de todos os reis portugueses depositados em São Vicente de Fora.

Obteve, então, aquele diplomata, do governo português a devida autorização para trasladar para o Brasil o corpo da imperatriz, bem como o de sua filha, a princesa d. Maria Amélia, também depositado no referido Panteon.

Autorizou então o ministro da Educação e Cultura, gen. Rubem Ludwig, entrar o diretor do Museu Imperial em entendimentos com o governador de São Paulo, dr. Paulo Salim Maluf, já que o corpo da imperatriz deveria ser depositado na cripta do monumento comemorativo da Independência, erguido naquele estado.

Por intermédio do dr. José Kanan Matta, correspondente do Museu Imperial em São Paulo, entrou o diretor do Museu em entendimentos com o deputado Cunha Bueno, secretário da Cultura do governo paulista, que formulou o plano de transladação, aprovado pelo governador do Estado, o qual reuniu uma comissão para o fim específico de trazer para o Brasil, depositando-o em São Paulo, o corpo da imperatriz.

Dirigindo-se a Lisboa, a referida comissão entrou em entendimentos com o Ministério dos Estrangeiros de Portugal, que realizou uma imponente e comovedora cerimônia com o reconhecimento dos corpos de d. Amélia e de sua filha, sendo abertos os respectivos caixões na presença inclusive de membros da família imperial, verificando-se, surpreendentemente, estarem os mesmos em perfeito estado de conservação.

Na parte lateral esquerda da urna, havia uma placa de prata, que foi transferida para a nova urna, onde se lia em latim:

DEO OPTIMO MAXIMO
Condvntvr. hic. mortalitatis exvviae
Avgvstissimae Ameliae levchtenbergensis
Principis. Evgenii. filiae. Immortali Petro
Primo. Brasiliae. Imperatori
Qvarto. vt. Portvgaliae. Regi desponsatae
et insignis fide, spe et charitate
Natae. Mediol^o. pridie Calendas Avgvsti
Anno Domini Millesimo Octingentessimo
Septigentessimo Tertio
Sit illae terra levis (*)

Lavrada uma ata da cerimônia, assinada por todos os presentes, os despojos foram transferidos para as novas urnas.

Na manhã seguinte, foram os caixões, contendo os imperiais despojos, levados aos ombros de Cavaleiros de Malta, devidamente uniformizados, para a Igreja do Mosteiro, oficiando o Núncio Apostólico solene Missa de Réquiem, na presença da Família Imperial, corpo diplomático, personalidades do governo português e numeroso público que lotou toda a ampla nave da igreja.

Dali, foram os caixões levados para o aeroporto e Lisboa e embarcados para o Brasil, acompanhados da referida comissão.

No aeroporto do Rio de Janeiro, foram transferidos para um avião da FAB que os transportou para São Paulo.

(*) A DEUS TODO PODEROSO. / Aqui estão reunidos os despojos mortais / da Argutíssima Amélia de Leuchtenberg, / filha do Príncipe Eugênio. Do imortal Pedro / Primeiro, Imperador do Brasil, e quarto dos Reis de Portugal, foi esposa / e sob a égide da Fé da Esperança e da Caridade, / nasceu em Milão a trinta e um de julho / do ano do senhor de mil oitocentos e doze. / Por todos pranteada, faleceu a vinte e seis / de janeiro / do ano do Senhor de mil oitocentos / e setenta e três. / Que a terra lhe seja leve." (Tradução de Dirceu Lindoso).



Fac-símile do termo de transferência dos despojos da imperatriz Amélia e de sua filha, a princesa Maria Amélia, ao governo de São Paulo.

noventa e setenta e dois na cidade de Orléans,
e Arquivo Nacional de São Vicente de Fora, na
presença dos representantes do Governo da
República Federativa do Brasil, Sua Excelên-
cia o Embaixador de Orléans Itierreira de Cas-
tro Alites, e do Governo da República Por-
tuguesa, Sua Excelência o Ministro da Jus-
tiça Dr. José Manuel Monteiro Sampaio, as-
sentado por Sua Excelência o Ministro da
Justiça português foram entregues a Sua Ex-
celência o Embaixador do Brasil as urnas
contendo os restos mortais de Sua Magesta-
de Imperial Dona Amélia Augusta, Impera-
triz Viúva de Si D. Pedro II de Portugal
e Imperador do Brasil, e de sua filha, Sua
Alteza Imperial a Princesa Dona Maria
Antônia de Bragança e Guimarães, interna-
mente dados pela Nação Portuguesa a Na-
ção Brasileira, conforme deliberação do
Governo Português de treze de Agosto de mil
novecentos e oitenta e dois.

Lesse acto Sua Excelência o Embaixador
do Brasil deu-se por entregue dos urnas
contendo os restos mortais.

Para constar se lavrou este termo em

Duplicado sendo um exemplar para entregar
ao Governo do Brasil e outro para arquivar
no Ministério da Justiça de Portugal.

Em fé do que deste termo consta assinam
Sua Excelência o Embaixador do Brasil
e o Ministro da Justiça de Portugal, que o
mandou lavrar.

Desembarcados em São Paulo com grande cerimonia, tropa formada e bandeiras em funeral, seguiram diretamente para a Sé Catedral no topo de cuja escadaria aguardava o emmo. Cardeal-Arcebispo solenemente paramentado.

Depois de um ofício fúnebre celebrado por s. em.^a com acompanhamento do coro e orquestra, foram levados os caixões – o de d. Amélia para o monumento do Ipiranga, no meio de alas formadas pelos “Dragões da Independência”, cujo uniforme é cópia do da Guarda de Honra de d. Pedro I – e o da princesa para o Convento de Luz onde ficou provisoriamente depositado.

Na cripta do monumento do Ipiranga falaram o secretário de Cultura de São Paulo e os historiadores Pedro Calmon e Lourenço Luiz Lacombe. Junto ao monumento estacionaram alunos dos colégios do estado, oferecendo rosas aos presentes e atirando pétalas sobre o caixão à sua passagem.

O esquife da princesa Maria Amélia foi trazido para o Rio para ser depositado no Panteon do Convento de Santo Antônio, onde foi recebido pelo emm.^o Cardeal-Arcebispo.

1.3 Atividades Educativas e de Difusão Cultural

– Técnica de Pesquisa Aplicada à História: curso com aulas práticas para alunos de História da Universidade Católica de Petrópolis

– Bolsas de Estudo para Universitários: recebeu o Museu Imperial, através do MUDES, para prestação de serviços, sem vínculo empregatício, 10 estudantes, assim distribuídos:

Museologia:	1
Pedagogia:	2
História:	2
Ciências Contábeis:	1
Letras:	1
Belas Artes:	1

– Programa de Difusão Cultural do Museu Imperial e secretaria de Educação e Cultura de Petrópolis junto às escolas:

Projeto Museu/Escola, com participação de 977 estudantes do 1º grau.

Projeto especial Professorandas, junto às Escolas Normais de Petrópolis, com a participação de 208 estudantes.

Projeto especial de férias, a ser aplicado em janeiro, junto aos orfanatos e comunidade em geral.

Projeto Dia Nacional da Cultura, com a entrega de prêmios aos vencedores do concurso Rui Barbosa e a cidade de Petrópolis, junto às escolas particulares (8ª séries).

1.4 Eventos Artísticos

– No Auditório do Museu Imperial

Promoção do Museu Imperial e ABRARTE – Cultura Artística de Petrópolis.

– Recital do pianista Arnaldo Rebello

– Concerto da série Sábados Musicais

– Recital do pianista Luciano Rego

– Concerto do Quarteto da Camerata ABRARTE

– recital da pianista Harlei Aparecida

– Concerto do conjunto Música Antiga da Rádio MEC

– Concerto do pianista Arthur Brasil

- 4º Concurso Nacional de Piano Guiomar Novaes
- Recital do violonista Marcos Llerena
- Recital da pianista Inês Rufino
- Promoção do Museu Imperial e Instituto Histórico de Petrópolis
 - Seção Cívica em comemoração da elevação de Petrópolis à categoria de cidade, tendo como orador o dr. Claudionor de Sousa Adão.
 - Seção Cívica em comemoração ao aniversário de d. Pedro II; orador: o diretor do Museu Imperial, prof. Lourenço Luiz Lacombe
- Promoção do CREC – Petrópolis:
 - Aula inaugural do ano letivo
 - Palestra do gal. Moacyr Lopes
 - Entrega de diplomas de Grande Benemérito
 - II Festival Estudantil
 - Posse solene dos Centros Cívicos Escolares
- Promoção da Academia Petropolitana de Letras:
 - Palestra do dr. Murilo Fontes sobre a poesia de d. Pedro II
 - Posse de Acadêmicos
 - Sessão festiva do 60º aniversário da Academia Petropolitana de Letras
- Promoção da Academia Petropolitana de Educação:
 - Palestra sobre a vida e obra de Caxias, orador dr. Mário Fonseca
 - Concerto de música antiga, com o Quinteto de Flautas-Doces, sob a regência do maestro Paulo Brand
 - Concerto do Coral Municipal
 - Concerto da Camarata ABRARTE
- Outros eventos:
 - Música indiana conjunto Nakrosom
 - Show de música popular brasileira grupo AUÊ
 - Show de música popular brasileira grupo Fundo do Barril
 - Show de música popular brasileira grupo Prata da Casa, da Faculdade de Medicina de Petrópolis
 - Audiovisual *O Pequeno Mensageiro*, promovido pela Associação Brasileira de Rearmamento Moral
 - Conferência sobre Caxias, promovida pela 1ª Brigada de Infantaria Motorizada
 - Comemoração do aniversário dos Meninos Cantores de Petrópolis
 - Comemoração do Dia do Professor, promoção do Jornal de Cascatinha
 - Palestra com o pintor Win Van Dijk, tema *A Arte de Viver*, promoção do Liceu Municipal Cordolino Ambrósio
 - Apresentação de música e poesia por um grupo de estudantes
 - Encerramento do ano letivo do curso Big Apple English Course
- Na Sala de Música do Museu Imperial:
 - Concerto do grupo musical Quadrivium
 - Concerto do conjunto de Música Antiga da Rádio MEC
 - Recital do Coral Municipal de Petrópolis
 - Recital com o soprano Judith Imbassay, flautista Lenir Siqueira e a harpista Acácia Brasil

1.5 Atendimentos na Biblioteca

- Foram atendidas 778 pessoas, que se utilizaram de 1.096 obras.

1.6 Atendimentos no Arquivo Histórico

- Foram atendidas 82 pessoas, que se utilizaram de 1513 documentos.

2. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

2.1 Restauração, Recuperação e Instalações

- reforma dos sanitários públicos
- recuperação das calçadas que contornam o Museu Imperial e a Casa Cláudio de Sousa
- recuperação do gradil que circunda o Museu e confecção e colocação de grades e portas no prédio da Administração.
- elaboração de projeto estrutural de muro de arrimo para ser construído, na divisa lateral direita do Museu
- pavimentação do caminho que liga o prédio da Administração ao pátio do Museu, sendo também refeitas sarjetas e calçadas junto ao prédio das viaturas
- reforma geral dos sanitários e vestiários que servem aos guardas do Museu
- substituição de piso em cerâmica esmaltada no prédio da Administração e copa
- remoção da locomotiva, do parque, para o prédio das viaturas

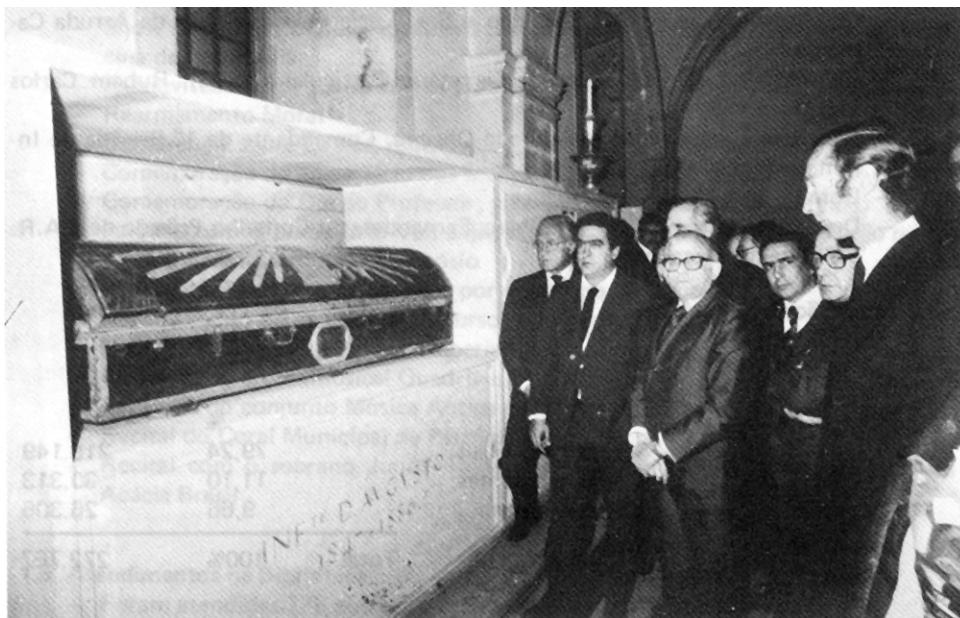
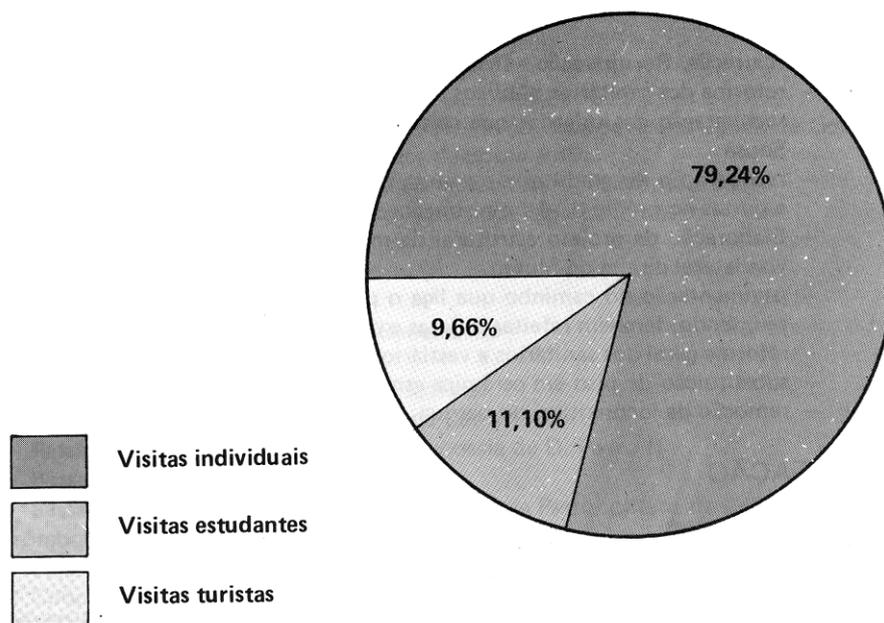
3. VISITAÇÃO

3.1 Visitas ilustres

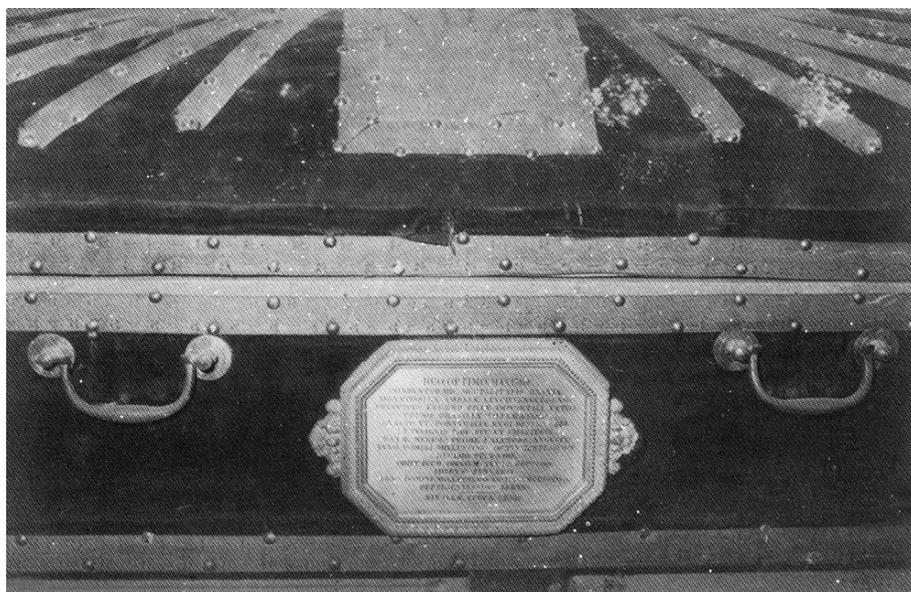
- Gal. Rubem Carlos Ludwig, ministro da Educação e Cultura
- Dr. Aloíso Magalhães, secretário da Cultura
- Dr. Irapoan Cavalcanti de Lyra, sub-secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- Dr. Marcos Vinícios Vilaça, secretário da Cultura (nomeado pelo falecimento do dr. Aloísio Magalhães)
- Dr. José Antônio Nonato Duque Estrada de Barros, assessor de imprensa da secretaria de Educação e Cultura
- Jean d'Ormessor, acompanhado do prof. Carlos Chagas Filho
- Dr. Armando de Arruda Camargo e sra. Lúcia de Figueiredo de Arruda Camargo
- Dr. Odualdo Pereira Valadão, secretário particular do gal. Rubem Carlos Ludwig
- Gal. Paulo Figueiredo de Andrade Oliveira, comandante da 1ª Brigada de Infantaria Motorizada
- Dom Duarte, duque de Bragança
- Deputado Henrique José Banilharo Fernandes, do Conselho Privado de s. a. r. o duque de Bragança

3.2 Visitação Geral (gráfico)

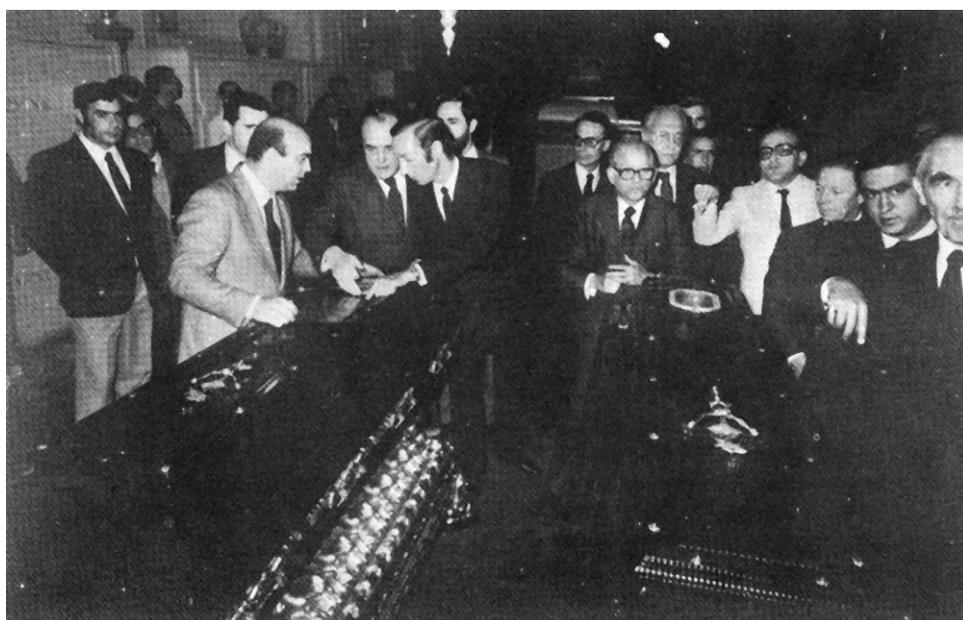
	%	
Visitas individuais:	79,24	216.149
Visitas estudantes:	11,10	30.313
Visitas turistas:	9,66	26.305
Total	100%	272.767



Cerimônia da remoção da lápide que guardava os despojos da imperatriz Amélia. Presentes: os príncipes d. Pedro Gastão e d. Manuel de Orleans e Bragança, o secretário de Cultura de São Paulo, o deputado Cunha Bueno, o dr. José Kanan Matta, correspondente do Museu Imperial em São Paulo e o diretor do Museu Imperial Lourenço Luiz Lacombe.



Placa de prata, com epitáfio em latim, posteriormente transferida para a nova urna.



Colocação da placa de prata, com epitáfio, na nova urna da imperatriz Amélia.



O governador do estado de São Paulo, Paulo Maluf, assina a ata de transferência dos despojos de d. Amélia e de sua filha, a princesa Maria Amélia. Na foto, aparecem: d. Pedro Gastão e sua esposa, princesa d. Esperanza, a condessa de Paris, o príncipe d. Duarte, o embaixador do Brasil em Lisboa, Dário de Castro Alves, o secretário de Cultura de São Paulo, deputado Cunha Bueno e o diretor do Museu Imperial Lourenço Luiz Lacombe.



O diretor do Museu Imperial e a museóloga Ma. de Lourdes Parreiras Horta, recebem das mãos de d. Isabel, condessa de Paris, da princesa d. Esperanza e do príncipe d. Pedro Gastão, a doação ao Museu Imperial, de uma camisola que pertenceu a d. Pedro I.



O ministro da Educação e Cultura, Rubem Carlos Ludwig, assinando o livro dos visitantes. Ao seu lado o secretário de Cultura, Aloísio Magalhães, e o diretor do Museu Imperial, Lourenço Luiz Lacombe.



Visita ao ministro da Educação e Cultura, Rubem Carlos Ludwig, em 12 de maio de 1982.



Visita do secretário de Cultura do MEC, Marcos Vinícios Vilaça, do subsecretário do SPHAN, Irapoan Cavalnati de Lyra e do assessor de imprensa da SEC, José Antônio Nonato Duque Estrada de Barros ao Museu Imperial. O secretário, ao lado do diretor do Museu Imperial, assina o livro dos visitantes.

Colaboraram neste volume

Gilberto Freyre

Presidente da Fundação Joaquim Nabuco
Do Conselho Federal de Cultura

D. Odilão Moura, O. S. B.

Monge da Ordem de São Bento
Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Aristides Monteiro

Do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

Vicente Barreto

Professor da Faculdade de Direito Cândido Mendes

Hilton Federici

Da Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Da Academia Campinense de Letras

Odette Levy

Grafóloga

Este Anuário foi produzido pela Fundação MUDES, em decorrência de contrato com o Museu Imperial. Foram responsáveis pela edição do presente volume, pelo Museu Imperial, Geral de Abreu Camargo e Cláudia Machado Sandri.

